

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Ricardo Barboza Alves

**O COMPLEXO CAFEEIRO E A INFLUÊNCIA DO CRÉDITO NA  
CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO (1873-1915).**

**Franca  
2012**

**RICARDO BARBOZA ALVES**

**O COMPLEXO CAFEEIRO E A INFLUÊNCIA DO CRÉDITO NA  
CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO (1873-1915).**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Social.**

**Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi**

**Franca  
2012**

Alves, Ricardo Barboza

O complexo cafeeiro e a influência do crédito na circunscrição  
do município de Descalvado (1873-1915) / Ricardo Barboza

Alves –Franca : [s.n.], 2012

177 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual  
Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Pedro Geraldo Tosi

1. Cafeicultura – História – Brasil. 2. Café – História econô-  
mica – Descalvado (SP). I. Título.

CDD – 981.552

**RICARDO BARBOZA ALVES**

**O COMPLEXO CAFEEIRO E A INFLUÊNCIA DO CRÉDITO NA  
CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO (1873-1915).**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito  
para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração:  
História e Cultura Social.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Franca:** \_\_\_\_\_ **de** \_\_\_\_\_ **de 2012.**

***A todos que amam a História.***

## Agradecimentos

Segundo José Saramago, “todos sabemos que cada dia que nasce é o primeiro para uns e será o último para outros e que, para a maioria, é só um dia mais”. Assim, apesar desse caráter renovador e de efemeridade da vida, nós, seres humanos, temos uma característica incrível que é a sociabilização, ou seja, qualquer atividade humana é impossível de ser realizada sozinha. Sendo assim, sempre há participação de várias pessoas no desenvolvimento e na realização dos mais diversos trabalhos e projetos e, no nosso trabalho, não seria diferente. Desta forma, gostaria de agradecer às inúmeras pessoas que contribuíram para a realização e a conclusão desse trabalho de forma indireta, pois elas, passando na minha vida, deixaram algo importante que me proporcionou o amadurecimento e a experiência necessária para compreender os momentos transcorridos na nossa curta existência.

Por outro lado, queria agradecer às pessoas que participaram diretamente no desenvolvimento da pesquisa.

Primeiramente, agradeço a meu orientador professor Pedro Geraldo Tosi, por ter-me aceitado como orientando e também por ser um grande professor, que sempre tem exercido seu ofício com exacerbada dignidade, mostrando-me as ferramentas adequadas para que eu conseguisse enxergar as nuances invisíveis nos caminhos perpassados durante a análise da pesquisa para a elaboração do trabalho.

Agradecimento especialíssimo ao grande amigo Rodrigo Fontanari, pelo incentivo a que eu retornasse aos estudos, com sua persistência sobre a necessidade de melhorar meus conhecimentos e, principalmente, pela ajuda e pelas contribuições durante o desenvolvimento do trabalho, sendo que no meu dicionário “amizade” encontrou um novo significado, que é “Rodrigo”.

Outra pessoa fundamental para o desenvolvimento da pesquisa foi meu irmão Reginaldo, que fez durante esses dois anos o papel de motorista, me transportando para todos os lugares, e por estar presente nos bons e nos maus momentos de minha vida, sendo sempre um braço amigo e incentivador, em todos os momentos e, principalmente, por suportar minha rabugice devido ao estresse, advindo da conclusão da dissertação do mestrado.

Também gostaria de agradecer a outras pessoas importantes, como:

- os professores e amigos da graduação da Faculdade Euclides da Cunha, de São José do Rio Pardo, especialmente os professores Ari Menardi, Marcos de Martini e Renaldo Mazaro Jr., e também os caríssimos amigos Maicon, Gilberto e Coelho, pelas enormes discussões acadêmicas que tínhamos no ambiente universitário, que estão certamente amalgamadas comigo e fazem parte deste trabalho;

- os professores da UNESP – Franca, em especial a professora Margarida Maria de Carvalho e os professores Antonio Theodoro Grilo e Lélío Luiz de Oliveira, pelas excelentes sugestões e orientações dadas na banca de qualificação desse mestrado;

- os companheiros da Pós- Graduação da UNESP – Franca, que também contribuíram bastante para o desenvolvimento e amadurecimento dos meus conhecimentos durante o curso, por intermédio das discussões engendradas nas aulas, com ressalva especial aos amigos Fabrício, Breiner, Victor, Helena e Juliano;

- os grandes amigos da Biblioteca da Faculdade Euclides da Cunha, D<sup>a</sup> Ana, D<sup>a</sup> Rita e Daniel, que exercem a função de bibliotecários com extrema dignidade, tendo amplo conhecimento acadêmico relativo aos livros, sendo sempre prestativos e companheiros durante os anos da minha graduação, colaborando amplamente para meu desenvolvimento profissional;

- os funcionários e amigos do Cartório Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado, por disponibilizarem o acesso às fontes de pesquisa e principalmente por me tratarem como uma pessoa conhecida há anos, me deixando extremamente à vontade para fazer a pesquisa; realmente, é uma singela homenagem a essas pessoas incríveis que o trabalho me possibilitou conhecer;

- o amigo Wendel, pelas colaborações relativas à transformação dos dados em gráficos no programa Excel, pois sem a ajuda dele acredito que até hoje estaria tentando fazer esses gráficos;

- e, por último, todas as pessoas que em algum momento passaram na minha vida e deixaram, sem dúvida, alguma marca.

Cumpramos ressaltar que todo conteúdo com as análises presentes no trabalho são de inteira e exclusiva responsabilidade do autor.



*O historiador defronta-se com realidades como a demográfica, a econômica, a das relações entre indivíduos e grupos derivadas de seus interesses (ideologias), a política, as simbologias culturais, etc. Nenhum dos âmbitos da atividade humana é alheio à historiografia. A complexidade das relações entre os homens é essencial para compreender quais são as principais dificuldades da construção explicativa que o historiador pretende apresentar como "história". A complexidade das relações humanas é, sem dúvida, o problema essencial do objeto historiográfico. O historiador pretende estabelecer como se comportam as realidades do homem no tempo: sem excluir nenhuma. O objeto da historiografia é apenas uma das dimensões do humano, mas que afeta a todas as demais, porque é uma atribuição comum a todas elas.*

Julio Aróstegui

ALVES, Ricardo Barboza. **O complexo cafeeiro e a influência do crédito na circunscrição do município de Descalvado (1873-1915)**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o complexo cafeeiro através da íntima relação da necessidade do crédito imprescindível para a manutenção da cultura cafeeira no âmbito regional; observaremos as nuances e as oscilações desse complexo no município de Descalvado, no período de 1873 a 1915. A historiografia relativa a esse conjunto, em algumas das localidades estudadas, distinguiu aspectos norteadores da análise, principalmente na acumulação de capital que ultrapassou a cultura do café e atingiu o setor industrial, deixando progressivamente à margem as relações do financiamento e do crédito aos cafezais. Desta forma, passamos a interpretar e verificar o mérito da lavoura de café e as relações de crédito predominantes em Descalvado, além dos reflexos na escala social dessas atividades. A pesquisa histórica foi sendo desenvolvida no decurso de sub-períodos, analisando os momentos de crise e expansão da cafeicultura, elementos tão rotineiros na produção de café como produto nuclear. Para desenvolver a pesquisa, recorreremos aos métodos e aos debates recentes, presentes em pesquisas na área de história econômica que lidam com fontes, tais como: os Livros Cartoriais, em especial as escrituras de dívidas hipotecárias e de penhores agrícolas. Esse procedimento confere panorama mais amplo e adequado para a análise das questões econômicas do município, observando seu papel no desenvolvimento da dinâmica de acumulação da riqueza em Descalvado e seus impactos na esfera social.

PALAVRAS-CHAVE: Descalvado; cafeicultura; crédito e economia.

ALVES, Ricardo Barboza. **The influence of credit for the coffee production in the district of the town of Descalvado (1873-1915)**. 2012. 177 f. Essay (Master in History ) – College of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2012.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the coffee complex through the close relationship between the need for credit, which is essential to the maintenance of the coffee plantation, at regional level, in which we will observe the nuances and variations of this complex in the town of Descalvado, comprising the period from 1873 to 1915. The historiography on this set, in some of the towns that we studied, has distinguished some aspects that guided the analysis, mainly the accumulation of money that exceeded the cultivation of coffee and hit the industrial sector, leaving financing and credit for coffee plantations progressively aside. In this way, we submit to construe and verify the merits of the coffee farming and the credit relations prevalent in Descalvado and also the reflections, at social scale, of these activities. Historical researches have been developed during sub-periods, analyzing the moments of crisis and expansion of coffee, that are routine elements in the production of coffee as the core product. To develop the research, we will resort to methods and recent debates present at investigations in the area of economic history dealing with sources such as: Notarial Books, in particular with the writings of mortgages and deeds of agricultural liens. This procedure gives us a wider and more appropriate framework for the analysis of economic issues in the town, noting its role in the development of the dynamics of wealth accumulation and its impacts in the social sphere in Descalvado.

**KEYWORDS:** Descalvado, coffee, credit and economy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 DESCALVADO: DE BOCA DO SERTÃO A URBE NO SISTEMA CAFEIEIRO.....</b>	<b>25</b>
1.1 Perspectivas da ocupação na área de origem de Descalvado no início do século XIX .....	25
1.2 As dinâmicas do município de Descalvado na inserção do complexo cafeeiro.....	45
<b>CAPÍTULO 2 NA ÓTICA DOS CREDORES: O FORNECIMENTO DE CRÉDITO PARA A ATIVIDADE CAFEIEIRA.....</b>	<b>73</b>
2.1 As nuances da atividade cafeeira no município de Descalvado.....	73
2.2 Os empréstimos fornecidos na dinâmica da produção cafeeira no município de Descalvado.....	81
2.3 Período 1873-1881.....	86
2.4 Período 1882-1890.....	96
2.5 Período 1891-1899.....	106
2.6 Período 1900-1908.....	112
2.7 Período 1909-1915.....	118
<b>CAPÍTULO 3 NA ÓTICA DOS DEVEDORES: AS INJUNÇÕES DA CADEIA CREDITÍCIA .....</b>	<b>125</b>
3.1 O destino dos créditos cedidos no município de Descalvado.....	125
3.2 Período 1873-1881.....	142
3.3 Período 1882-1890.....	149
3.4 Período 1891-1899.....	156
3.5 Período 1900-1908.....	160
3.6 Período 1909-1915.....	164
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>172</b>

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

### CAPÍTULO 1

#### Mapa

Mapa 1 – Mapa da região conhecida como “Oeste Paulista” .....	38
Mapa 2 – Zonas Cafeeiras de São Paulo.....	48

#### Tabela

Tabela 1 – Produtos produzidos na região de Araraquara, 1836-1837.....	28
Tabela 2 – Produtos produzidos na região de São Carlos, 1836-1837.....	29
Tabela 3 – Valores dos animais, Araraquara, 1830-1860.....	33
Tabela 4 – Valores dos produtos agrícolas 1836-1837.....	33
Tabela 5 – Região de origem dos moradores de Descalvado, 1836.....	42-43
Tabela 6 – Principais produtos exportados pelo Brasil, 1821-1900.....	46
Tabela 7 – Quadro Populacional da Mojiana e Paulista, 1836-1935.....	49
Tabela 8 – Produção cafeeira da Mojiana e Paulista, 1836-1935.....	49
Tabela 9 – Expansão da malha ferroviária de São Paulo, 1867-1940.....	58-59
Tabela 10 – População do município de Descalvado, 1854-1950.....	68

#### Gráfico

Gráfico 1 – Produtos produzidos na região de Descalvado, 1836.....	31
Gráfico 2 – Expansão cafeeira no Estado de São Paulo, 1880-1935.....	51
Gráfico 3 – Crescimento das Ferrovias em São Paulo, 1870-1937.....	58

### CAPÍTULO 2

#### Tabela

Tabela 11 – Quantidade de crédito concedido pelos credores no município de Descalvado, 1873-1881.....	86
Tabela 12 – Quantidade de crédito concedido pelos credores no município de Descalvado, 1882-1890.....	96
Tabela 13 – Quantidade de crédito concedido pelos credores no município de Descalvado, 1891-1899.....	106
Tabela 14 – Quantidade de crédito concedido pelos credores no município de Descalvado, 1900-1908.....	113
Tabela 15 – Quantidade de crédito concedido pelos credores no município de Descalvado, 1909-1915.....	119

#### Gráfico

Gráfico 4 - Quantidade de pés de café produzindo no município de Descalvado, 1909-1938.....	75
Gráfico 5 – Produção efetiva dos cafeeiros no município de Descalvado, 1909-1938.....	75

Gráfico 6 - Quantidade de empréstimos hipotecários realizados no município de Descalvado, 1873-1915.....	83
--	----

### **CAPÍTULO 3**

#### **Tabela**

Tabela 16 – Percentagem por função dos devedores nos créditos concedidos no município de Descalvado, 1873-1881.....	142
Tabela 17 – Percentagem por função dos devedores nos créditos concedidos no município de Descalvado, 1882-1890.....	149
Tabela 18 – Percentagem por função dos devedores nos créditos concedidos no município de Descalvado, 1891-1899.....	156
Tabela 19 – Percentagem por função dos devedores nos créditos concedidos no município de Descalvado, 1900-1908.....	161
Tabela 20 – Percentagem por função dos devedores nos créditos concedidos no município de Descalvado, 1909-1915.....	165

#### **Gráfico**

Gráfico 7 – Extensão dos bens hipotecados no município de Descalvado 1873-1915.....	130
Gráfico 8 – Extensão dos bens penhorados no município de Descalvado 1873-1915.....	134
Gráfico 9 – Taxa de juros praticados nas hipotecas registradas em Descalvado 1873-1915.....	141
Gráfico 10 – Taxa de juros praticados nos penhores agrícolas registrados em Descalvado 1873-1915.....	141

## INTRODUÇÃO

A pesquisa impetrada tem como objetivo analisar as relações de financiamento desenvolvidas no universo do café - principal atividade de São Paulo, nos fins do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, visando compreender suas variáveis e suas influências dentro do *complexo cafeeiro*, especialmente no circuito representado pelo município de Descalvado, no período que abarca 1873 a 1915. Isso porque, segundo Sérgio Milliet:

[...] a passagem do café pelo Estado de São Paulo, com suas repercussões sobre a situação demográfica das zonas percorridas, constitui sem dúvida um dos estudos mais curiosos e importantes da história econômica paulista. Durante pouco mais de um século, o panorama do nosso crescimento e do nosso progresso se desdobra num cenário de colinas riscadas por cafezais. Tudo gira em torno do “ouro verde”, dele tudo emana e a ele tudo se destina: homens, animais, máquinas. A terra cansada que ele abandona se despoeva, empobrece, definha; a terra virgem que ele deflora logo se emprenha de vida ativa, enriquece, progride [...].<sup>1</sup>

Por essa perspectiva de Sérgio Milliet, o café foi o fator condicionante das transformações ocorridas no Estado de São Paulo, determinando como as regiões deveriam se comportar consoante os interesses da atividade nuclear – o café. Entretanto, a questão do crédito foi pouco analisada nesse conjunto. Deste modo, adotaremos fundamentalmente a situação creditícia requerida pelo complexo cafeeiro como nosso primordial interesse de análise, buscando perceber como ocorria a obtenção de crédito aos agentes constituintes da atividade cafeeira e, por conseguinte, as atividades complementares. Apesar de nossa maior preocupação ser a questão do crédito, convém salientar que os fatores sociais, culturais e políticos serão integrados ao estudo econômico, já que estão interligados na esfera das relações derivadas da atividade cafeeira. Por isso, concordamos com Pierre Villar quando afirma que “apesar de desejar a quantificação máxima dos fatores de crescimento, “[...] tinha plena consciência de seus limites. Considerava indispensável a análise de fatores não quantificáveis, como os políticos, sociais e mentais”.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4ª ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1982. p. 11.

<sup>2</sup> COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (Org.). **Pierre Villar**: uma história total, uma história em construção. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 232.

No que se refere ao crédito, a despeito de o sistema financeiro estar pouco institucionalizado e formalizado no período estudado, sempre houve muita procura por crédito devido às características particulares da produção cafeeira. Por isso, buscaremos tornar visível a escala de fornecimento do crédito presente na economia paulista, pela qual buscaremos analisar como era adquirido o crédito, quais os grupos que adquiriam o mesmo, qual sua origem, sua influência no desenvolvimento das atividades e, principalmente, qual era o papel da lavoura e do *grande capital cafeeiro*<sup>3</sup> no âmbito regional. Porquanto, concordamos com Flávio Azevedo Marques de Saes que afirma:

[...] a economia paulista entre 1850 e 1930, em especial durante a Primeira República, tem na atividade agrária de exportação seu elemento dominante. A seu lado, no entanto, surgem outras atividades, ligadas ou não à produção cafeeira, a exigir caracterização bem mais complexa da economia paulista. Desse modo, se nos propuséssemos a investigar o papel do crédito na industrialização em São Paulo na Primeira República, estaríamos a observar horizonte bastante limitado. O crédito, na verdade, pode estar relacionado à expansão tanto do café quanto da indústria. Do mesmo modo, suas formas particulares podem privilegiar aquelas outras atividades (comércio, transportes, construção, serviços urbanos etc) que se vinculam de algum modo a café e indústria.<sup>4</sup>

A zona paulista onde está alocado o município de Descalvado foi uma grande área produtora de café, estabelecida intermediariamente entre dois grandes agrupamentos da produção cafeeira: São Carlos e Campinas. Vários estudos comprovaram que o desenvolvimento da atividade cafeeira trouxe uma série de modificações modernizadoras que alteraram profundamente a configuração da Província de São Paulo. Todavia, as áreas menos dinâmicas do complexo cafeeiro foram preteridas em favor dos centros mais dinâmicos. Por isso, nosso espaço selecionado visa estudar as interferências da atividade cafeeira e seu impacto na área de Descalvado especializada na produção de café, buscando compreender na esfera regional como ocorria a circulação de riqueza e o comportamento de

---

<sup>3</sup> O Grande Capital Cafeeiro compreendido como o grande capital diversificado, predominantemente mercantil, onde seus líderes são aqueles que dirigem a marcha do café para o oeste paulista, que aos poucos com a diversificação das atividades se afastam da gestão direta das fazendas e, vão se estabelecendo nos grandes centros como comerciantes, banqueiros e diretores de companhias ferroviárias. Conceito retirado de PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 35-45.

<sup>4</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. **O Desenvolvimento do Crédito e dos Bancos em São Paulo (1850-1930)**. 1983. 314 f. São Paulo: Tese (Livre-Docência), USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Departamento de Economia, 1983. p. 1.



Descalvado nesse sistema. A região aqui é vista como caráter analítico e operacional profundamente integrado às relações e movimentos derivados do complexo cafeeiro, sendo que:

De fato, a única maneira de usar com proveito a noção de região consiste em defini-la operacionalmente de acordo com certas variáveis e hipóteses, sem pretender que a opção adotada seja a única maneira “correta” de recortar o espaço e de definir blocos regionais. As razões são principalmente duas: 1) no fundo, toda delimitação territorial é uma abstração, uma simplificação de uma realidade mais complexa para finalidades de pesquisa ou de ação prática; 2) além disso, as relações entre o homem e o espaço, que em princípio servem de base à definição regional, não são imóveis, modificam-se no tempo conforme os graus variáveis de organização e exploração do meio ambiente pelo grupo humano, pior ou melhor armado de forças produtivas.<sup>5</sup>

Cabe ressaltarmos que a abordagem regional ao mesmo tempo é particular e global, pois visa compreender a ocupação e formação de uma determinada área do território paulista, no nosso caso o município de Descalvado, buscando tomar conhecimento de uma pequena parcela histórica da formação da sociedade brasileira, por meio de sua participação na expansão da economia cafeeira paulista. Desta maneira, por intermédio do âmbito regional, buscaremos compreender como as formas de financiamento atingiam a área produtora de café no complexo cafeeiro, principalmente no que se refere aos encadeamentos das atividades econômicas e, por consequência, como o município produtor se integrava com os centros mais dinâmicos do complexo cafeeiro, visando compreender o processo de dominação e subordinação desenvolvido, por causa da necessidade constante da obtenção de crédito dos lavradores. Sendo que:

[...] é a dominação o que mantém a coesão social, garante a permanência das relações sociais e a existência da própria sociedade. Ela se manifesta sob diversas formas: a interpretação da história de acordo com a visão do grupo dominante numa certa época, a imposição de normas de etiqueta e de convivência social consideradas adequadas, e a organização de regras para a vida política. É importante ressaltar que a dominação não é um fenômeno exclusivo da esfera política, mas um elemento essencial que percorre todas as instâncias da vida coletiva.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> CARDOSO, Ciro F. S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 73.

<sup>6</sup> QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. p. 131.

No contexto histórico analisado, o café foi o principal produto da economia brasileira com excepcional representação na Província de São Paulo, responsável pela instalação das formas capitalistas na sociedade brasileira, mais amplamente no conjunto do Capitalismo Tardio<sup>7</sup> - como afirma João Manuel Cardoso de Mello - trazendo um turbilhão de alterações profundas na sociedade, como a implantação das ferrovias, a instalação da mão-de-obra livre, principalmente do imigrante europeu, o desenvolvimento do comércio, a industrialização e a urbanização. Contudo, “[...] para compreender a história, é necessário saber mergulhar sob as ondas”<sup>8</sup>, por isso, buscaremos analisar essas modificações impetradas pelo complexo cafeeiro no município de Descalvado, integrante da zona paulista no interior de São Paulo, visando apresentar as particularidades e alterações provocadas nas extremidades do complexo cafeeiro. Daremos especial atenção às formas de captação do crédito da cultura cafeeira e das atividades derivadas da atividade principal - o café - ou seja, os encadeamentos decorrentes, como: o comércio, a urbanização e principalmente as propriedades rurais.

A decisão pela realização de um estudo sobre as formas de financiamento, em primeiro instante, ocorreu pelo impacto econômico representado na sociedade paulista, suas repercussões e suas representações derivadas da atividade cafeeira, conspurcada pela rotineira necessidade de crédito financeiro para a manutenção da produção de café. Além disso, elencamos as formas de financiamento como epicentro fundamental da pesquisa, devido ao caráter interpretativo da maioria da bibliografia relativa ao café, que priorizou a amplitude do desenvolvimento econômico e a modernização da sociedade derivadas da atividade cafeeira, especialmente no que tange ao acúmulo de capitais da grande lavoura investido no processo de industrialização. Em substância, pretendemos desenvolver a análise do crédito e sua multiplicidade de formas adotadas no seio regional de produção do café, objetivando compreender a amplitude da formação da sociedade.

Por essa ótica, queremos deixar claro que faremos uso constante da bibliografia relativa à produção cafeeira. Isso porque, apesar de esses estudos passarem superficialmente pela questão do crédito, colaboram no auxílio de compreensão da sociedade brasileira, já que demonstram o processo de

---

<sup>7</sup> MELLO, João Manuel de. **O Capitalismo Tardio**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

<sup>8</sup> BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. p. 48.

urbanização e de industrialização por intermédio da mobilidade da população e a exacerbada fluidez das fronteiras demográficas e econômicas capitaneadas pelo sistema agrário-exportador do café.

Primeiramente, verificamos o estudo realizado por Antônio de Barros Castro, no artigo *O café – auge, sobrevida e superação*<sup>9</sup>. Nesse artigo, o autor analisa a expansão da cultura cafeeira no Brasil, orquestrada na conjuntura mundial. Priorizam-se as estruturas de produção do café, o roteiro transcorrido pela rubiácea “o café” pela Província de São Paulo até chegar ao “Oeste Paulista”, relacionando as condições botânicas e naturais que agradam os cafezais, ou seja, sua investigação faz um balanço geral sobre a cultura cafeeira. Destarte, o autor foca sua atenção, principalmente, nos aspectos gerais da grande cafeicultura, promovendo uma visão generalizante da expansão cafeeira e que pouco tem a dizer acerca do fornecimento de crédito aos produtores de café.

Sobre os aspectos da circunscrição econômica, Caio Prado Júnior<sup>10</sup> atribui grande mérito do desenvolvimento da atividade cafeeira aos grandes cafeicultores com suas extensas lavouras. Outrossim, faz importante análise do “ciclo” do café, interligando que o final da escravidão foi o responsável pela liberalização de capitais presos antes na dinâmica escravocrata, em que esse desprendimento fluiu e, conseqüentemente, estimulou o setor financeiro do país. Segundo o autor, a economia seria cíclica, no qual havia um processo natural de expansão e retrocesso, seja por fatores naturais ou não, deveras afirmando pouco sobre as relações do complexo cafeeiro.

De acordo com Delfim Netto, a plantação cafeeira tem um profundo caráter cinético, ao qual o café estava inerentemente condicionado em um ciclo de vicissitudes relativas à antecipação de crédito para manter as atividades necessárias à produção do complexo cafeeiro.

Esse dilema provocava uma constante ciranda viciosa em busca do fornecimento de crédito enfrentada pelos cafeicultores, já que nas operações creditícias constava a cobrança de juros, que oscilavam conforme a fonte de obtenção do mesmo, o que diminuía os lucros dos cafeicultores. Conforme Netto, dois motivos seriam os grandes culpados por esse ciclo de dependência constante

---

<sup>9</sup> CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. Volume 2. p. 48-83.

<sup>10</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969.

do crédito. Primeiro, seriam os métodos e as técnicas inadequadas utilizados pelos cafeicultores, que conduziam à constante renovação dos cafezais. O outro problema seria a condição de inelasticidade do preço do café na dimensão varejista nos mercados consumidores, seja na Europa ou nos Estados Unidos, que provocou sérias crises econômicas no Brasil, juntamente com as políticas econômicas implantadas para defender a produção de café.<sup>11</sup> Apesar de explicitar a necessidade do crédito, Delfim Netto também não se aprofunda nessa problemática.

Posteriormente aos estudos acima abordados, surgiram novas pesquisas que buscavam entender a esfera do crédito pelas mais diversas matrizes. Por ora, surgiram estudos que percebiam a grande influência dos comissários de café no fornecimento de crédito, aparecendo a constante dependência do fazendeiro junto a esse intermediário, que fornecia o crédito atrelando, na maioria dos casos, a obrigação de o fazendeiro fornecer sua produção cafeeira para a casa comissária fornecedora do crédito. Outros estudos buscavam entender a formação do sistema formal de crédito, ou seja, a institucionalização dos bancos e sua representação no conjunto da esfera econômica no fornecimento de crédito, visando estabelecer as relações entre os setores formalizados da economia. Desta maneira, ambos contemplavam uma condição generalizante, haja vista que condicionavam a obtenção de crédito somente aos grupos que tinham acesso a condições particulares dentro do seio da sociedade.

Não obstante essa pequena exposição de estudos relativos às relações da atividade cafeeira, cabe ressaltar que:

[...] o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época.<sup>12</sup>

Portanto, o historiador estuda as matrizes preocupantes e vigentes no seu período; isso deriva uma enorme quantidade de estudos relacionados ao impacto da cafeicultura, principalmente na Província de São Paulo, que buscam compreender as interferências dessa atividade na formação da sociedade. Por isso, temos apenas

---

<sup>11</sup> DELFIM NETTO, Antônio. **O Problema do Café no Brasil**. São Paulo: Publicado para o Instituto de Pesquisas Econômicas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. p. 54-55.

<sup>12</sup> RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p.13.

uma brevíssima demonstração de alguns estudos da economia cafeeira e suas abordagens para estabelecer a compreensão do objeto estudado.

Por mais que esses estudos não se aprofundaram na dinâmica das relações de fornecimento do crédito como visamos estudá-los, os mesmos, deveras superficialmente, articularam em alguns instantes o mérito do crédito para a manutenção da atividade cafeeira e, por ampliação das atividades, perceberam o acúmulo de capitais no complexo cafeeiro, especificamente no processo industrial. Apesar de tal caráter superficial na questão do fornecimento de crédito, usaremos esses referenciais para compormos nosso estudo, pois há parâmetros que nos ajudaram na compreensão da dinâmica social e suas derivações. E, por acreditarmos que:

Somente podemos propor novas explicações para os fenômenos históricos se conhecermos a historiografia, pois muito embora a escrita da História dependa da exploração de novas fontes ou da leitura de fontes já conhecidas sob uma ótica renovada, ela não depende menos do diálogo com todo um repertório de interpretações pré-existentes.<sup>13</sup>

No que tange à história econômica atual<sup>14</sup>, os estudos mais recentes têm modificado a ótica do fornecimento de crédito nas perspectivas do complexo cafeeiro. Revelaram-se facetas obscuras do fornecimento de crédito na esfera local, percebendo que havia uma enorme gama de fornecedores de crédito para o desenvolvimento das relações de produção como: capitalistas, comerciantes, negociantes, fazendeiros e funcionários públicos. Concluem esses autores que, apesar de o grande capital determinar a maioria da circulação mercantil voltada para os grandes centros, houve um transbordamento do acúmulo de capitais da atividade principal - o café - que derivou localmente no incremento das atividades regionais.

Segundo Carlo M. Cipolla, “a história econômica é uma matéria eminentemente interdisciplinar: ela ocupa uma área do saber humano situada no cruzamento de outras duas disciplinas, a História e a Economia”.<sup>15</sup> Dessa forma, para emprendermos nossa análise, vamos usar como principal fonte de pesquisa

---

<sup>13</sup> LEFÈBVRE, Georges. **O nascimento de uma moderna historiografia**. Lisboa: Sá da Costa, 1981. p. 2.

<sup>14</sup> FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista – Casa Branca (1874-1915)**. 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011. p.14-18.

<sup>15</sup> CIPOLLA, Carlo M. **Introdução ao Estudo da História Econômica**. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 8.

os Livros Cartoriais, orientados especialmente pelas escrituras de dívidas hipotecárias e escrituras de penhores agrícolas. O motivo pela adoção desse tipo de fonte reside, essencialmente, na sua principal característica que é o armazenamento dos mais diversos registros de negócios, tornando-se, assim, um precioso manancial para a análise das questões econômicas e da sociedade derivada do complexo cafeeiro, especialmente no município de Descalvado.

Devemos salientar que, atualmente, o estudo dos Livros Cartoriais - norteados pelas escrituras de dívidas hipotecárias, pelas escrituras de penhores agrícolas e pelas escrituras de compra e venda - tem sido deveras valorizado nas pesquisas de história econômica. Primordialmente, isso tem ocorrido pelo motivo de que essas fontes nos permitem compreender as diversas formas desenvolvidas no fornecimento de crédito, que garantiam a manutenção das grandes, das médias e das pequenas lavouras de café – típicas propriedades presentes muitas vezes dentro da estrutura fundiária do complexo cafeeiro<sup>16</sup>, no qual as fontes trazem à tona informações relevantes como: data do empréstimo, nome, domicílio e profissão do credor e do devedor, valor do crédito adquirido, juros estipulados, época do pagamento (tempo para quitação), forma de pagamento, denominação do imóvel, características do imóvel penhorado ou hipotecado. Em alguns casos, os imóveis foram descritos detalhadamente, permitindo compreender o jogo de interações e de trocas dentro do complexo cafeeiro.

Entretanto, ressaltamos que, para o desenvolvimento de nossa pesquisa, daremos um enfoque maior às escrituras de dívidas hipotecárias e às escrituras de penhores agrícolas, visto que acreditamos que as mesmas nos abrirão uma perspectiva mais ampla sobre a acumulação de capitais dentro do complexo cafeeiro, e, por consequência, examinaremos a estreita relação da produção cafeeira com a conjuntura econômica. Por último, trataremos as fontes como uma análise crítica, respeitando o contexto de sua produção, porque acreditamos que:

O historiador não pode se submeter à sua fonte, julgar que o documento é a verdade, assim como o jovem candidato a recruta saiu de casa; antes de tudo, ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas

---

<sup>16</sup> TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; TEODORO, Rodrigo da Silva. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/ São Paulo, 1890-1914. **História**. São Paulo, v.24, n.2, p.291-327, 2005.

com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos.<sup>17</sup>

Ainda sobre as fontes do período analisado (1873/1915), pesquisamos os livros cartoriais denominados Livros de Inscrição Especial, sob os números 2 RH/A 1875, 2 RH/B 1875, IE 315/460, 2 RH 188/A, 2 RH 1890, 2 RH 1895, 2 RH 1902 e 2 RH 1908 nos quais foram pesquisadas 1281 hipotecas. Levantamos também 369 contratos de penhor agrícola, contidos no Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob os números 2 PA/E 1874 e 2 PA/E 1904. Esses livros cartoriais estão sobre a proteção e a guarda do cartório “Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado”.

Cumpramos ressaltar que perante as inconstâncias do sistema cafeeiro, vamos dividir nossa análise sobre as perspectivas econômicas do café e suas oscilações no município de Descalvado, no interstício de 1873 a 1915, em cinco sub-períodos que são: de 1873/1881, de 1882/1890, de 1891/1899, de 1900/1908 e de 1909/1915, porque compreendemos ser a melhor maneira de analisar a composição do fornecimento de crédito na esfera da atividade do café, visando a perceber como as crises tão rotineiras, os momentos de bons preços do café e as políticas econômicas adotadas pelo governo atingiram o universo do produtor cafeeiro na busca do crédito para manter as operações da unidade agrícola produtora de café. Assim, objetivamos ter uma visão mais ampla de como funcionavam realmente as operações do sistema de crédito e suas consequências na área estudada; visando, por intermédio dos rastros deixados nos sub-períodos, saber bem mais sob as influências e as mudanças do fornecimento de crédito no município de Descalvado.

Quanto à questão da teoria, usaremos como arcabouço teórico principal os pressupostos desenvolvidos pela Escola dos Annales, por acreditarmos que, no esforço de reconstituirmos os acontecimentos e também explicá-los, os conceitos interdisciplinares nos permitirão compreender a ação do conjunto relativo às relações econômicas vigentes no período e suas repercussões na formação da sociedade. Assim, torna-se imperativo o amálgama com quaisquer outros pressupostos que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, devido, principalmente à característica global inerente aos estudos do processo histórico, possibilitando enxergar as nebulosidades e evitando qualquer tipo de paroquialismo.

---

<sup>17</sup> PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 64.

Por isso, visamos estabelecer um processo simbiótico interdisciplinar que integre todas as ferramentas suficientes para a reconstituição e explicação dos aspectos econômicos e da sociedade, fundamentados no legado dos Annales, pelo qual:

[...] a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano [...] Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se [...], um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais.<sup>18</sup>

Diante desta breve explanação, acredita-se ter esclarecido, pelos elementos estabelecidos, a importância e a extensão que serão dedicados ao desenvolvimento da pesquisa. No entanto, ainda, é preciso destacar a divisão a ser feita no estudo.

O trabalho está dividido em três partes. No primeiro capítulo, buscaremos traçar os meandros da organização espacial da região, especialmente o processo de formação e inserção do município de Descalvado nas relações econômicas derivadas da atividade cafeeira. Neste primeiro momento, analisaremos o circuito de subordinação e dominação estabelecido nas interligações hierárquicas das cidades presentes no complexo cafeeiro.

Já no segundo capítulo, procuraremos nos concentrar na análise das escrituras de dívidas hipotecárias e das escrituras de penhor agrícola, percebendo as oscilações e as nuances econômicas da atividade cafeeira na circunscrição do município de Descalvado. Este capítulo está baseado na pesquisa empírica, buscando compreender a dinâmica das relações econômicas, por intermédio das diversas formas adotadas no que se refere ao fornecimento de crédito. Desta forma, vamos analisar o desenvolvimento das operações destinadas à obtenção de crédito, analisando como ocorria o acesso ao crédito tão fundamental para a manutenção da atividade cafeeira, focando em quem eram os agentes fornecedores e quais eram as exigências básicas estabelecidas nos empréstimos, especialmente no que tange à cobrança de juros e o prazo de vencimento.

---

<sup>18</sup> BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. p.126-127.



No terceiro capítulo, buscaremos, ainda, por intermédio das escrituras de penhor agrícola e hipotecas, a compreensão de como funcionava a dinâmica da obtenção de crédito no município de Descalvado, observando os impactos econômicos e as relações na ótica dos devedores, objetivando compreender como os devedores conseguiam adquirir crédito e se conseguiam honrar o pagamento da dívida, seja nos bons momentos ou nos momentos das crises tão rotineiras da atividade cafeeira.

## CAPÍTULO 1 DESCALVADO: DE BOCA DO SERTÃO A URBE NO SISTEMA CAFEIEIRO

### 1.1 Perspectivas da ocupação na área de origem de Descalvado no início do século XIX

*A História trata sempre de todas as esferas da existência, porque o historiador visa sempre a reconstituir os acontecimentos, não apenas explicá-los.<sup>19</sup>*

O presente capítulo dirige seu olhar ao processo de formação e ocupação da área que se tornaria o município de Descalvado. Para tal, iniciaremos nossa análise nos primórdios do século XIX, quando a região era considerada uma “boca de sertão”, visando observar as relações econômicas e sociais aplicadas nesta região e os desdobramentos que a levaram a se inserir no conjunto das atividades cafeeiras, tornando-se uma grande área produtora de café na segunda metade do século XIX, devido à constante caminhada itinerante do café em busca do eldorado de terras férteis do “Oeste Paulista”.

Nesta parte inicial, o objetivo é inserir no processo de formação do município de Descalvado, demonstrando a importância do sertão paulista – regiões distantes dos principais centros produtores - juntamente com suas relações econômicas e sociais. Visamos, assim, à compreensão do lócus inicial como forma de estabelecermos alguns subsídios que possam nos auxiliar a compreender como a região foi povoada durante o século XIX.

Com o descobrimento de ouro das minas de Cuiabá (1718) e, posteriormente, das minas de Vila Boa de Goiás (1725), ocorre um grande surto migratório para a região aurífera, sendo que:

À medida que as áreas de mineração se expandiam, intensificava-se o fluxo das trocas com os núcleos de população mais antigos, criando e sedimentando antigas trilhas e caminhos. Negociantes, tropeiros, autoridades ou simples aventureiros circulavam periodicamente pelas estradas, contribuindo para a fixação de moradores ao longo dos percursos. Na beira dos caminhos iam se

---

<sup>19</sup> NOVAIS, Fernando Antônio. **Aproximações**: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 401.

disseminando ranchos, roças e vendas de gêneros da terra e surgindo locais para abastecimento e pernoite, os pousos.<sup>20</sup>

No início do século XIX, a região de Araraquara era uma “boca de sertão”. Desta maneira, a região se inseria tardiamente como área subsidiária no processo das atividades auríferas. Estabeleceu-se como um caminho alternativo para as minas de Cuiabá, servindo como área de transição aos grupos que buscavam atingir as possibilidades de riqueza da região aurífera. Como as viagens pelo sertão paulista eram muito perigosas e distantes, foi surgindo pela área o estabelecimento de locais de pouso e de alimentação para os viandantes que se aventuravam nas longas jornadas rumo a Mato Grosso. Nesse caminho, a área de São Carlos, desde os fins do século XVIII, possuía uma posição estratégica dentro dessa movimentação pelo interior, pois:

As terras de São Carlos eram cortadas desde 1799 pelo chamado “picadão de Cuiabá”. Essa estrada saía de Piracicaba, que era também boca de sertão, atravessava os campos do Córrego do Feijão e rompia a mata densa do Pinhal atingindo extensos cerrados dos Campos de Araraquara, até a margem direita do Rio Tietê. Transferir-se de uma cidade ou um vilarejo significava percorrer longas distâncias, a viagem era difícil, fatigante e muitas vezes perigosa. A extensão territorial brasileira com sua exuberante e desconhecida natureza intimidava até mesmo os grandes desbravadores. Os viajantes optavam por viajar, mesmo demorando dias e até semanas, em canoas ou nos chamados batelões através do Tietê, o principal e o mais conhecido rio navegável da Província de São Paulo.<sup>21</sup>

A partir de 1809, na área de São Carlos integrada pelas Sesmarias do Monjolinho (1810) e do Quilombo (1812), houve a ocupação por posseiros, em sua maioria, oriundos da Província de Minas Gerais. Desse grupo, destacou-se o posseiro Agostinho José Alves de Amorim, originário de Santa Catarina – Província de Minas Gerais, que se estabeleceu ao norte do futuro patrimônio que geraria o núcleo inicial da cidade de Descalvado, buscando as terras férteis próximas às margens do rio Mogi-Guaçu e do rio do Pântano, onde estabeleceu a Fazenda

---

<sup>20</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 39.

<sup>21</sup> MESSIAS, Rosane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 23.

“Caridade”, que possuía de comprimento mais ou menos uma légua por três quartos de légua de largura.<sup>22</sup>

No que se refere às atividades econômicas desenvolvidas pelos primeiros habitantes da região e a estrutura social, podemos inferir que essas estavam baseadas na agricultura de subsistência trabalhadas no seio familiar, dentro da esfera do mercado interno. Isso porque, na região de Araraquara, a criação de gado estava em plena expansão, havendo em paralelo a produção de milho, arroz, feijão e mandioca. Já em São Carlos havia a produção de milho, mandioca e algodão, também criando suínos e bovinos. Produzia-se também toucinho, que era vendido nas praças de São Paulo e de Santos, para onde era transportado por tropeiros.<sup>23</sup> Desta maneira, podemos deduzir que, por estarem na mesma área, os primeiros habitantes de Descalvado estavam baseados no mesmo tipo de produção, sendo, provavelmente, o milho a principal cultura, devido ao intenso transitar de tropeiros que forneciam animais e suprimentos na região, levando principalmente o toucinho para os grandes centros da época, quando:

O consumo de milho pelas bestas, em particular, é tão volumoso e constitui negócio de tal modo lucrativo para os fornecedores, que estes, para atrair os viajantes, não só lhes põem à disposição ranchos onde pousem na jornada, mas dão ainda mantimentos gratuitos para o pessoal das tropas e pasto para os animais.<sup>24</sup>

Conseqüentemente, a exploração econômica dos pousos:

[...] podiam ser considerados um tipo especial de negócios, montado para satisfazer as necessidades dos viajantes, de suas mulas e gados. [...] Observa-se, não raro, um caráter de complementaridade entre fazenda, rancho, venda, pastagens, postos em serviço de modo integrado. Produção, venda e atendimento a homens e animais constituíam um conjunto de ofertas que permitiam aos seus proprietários converter o comércio à beira de estradas numa prática lucrativa, apesar da precariedade de suas bases de organização.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. **Conheça Descalvado.** p. 10. Disponível em: <http://www.descalvadoonline.com.br/conhecadedescalvado/index.htm>. Acessado em: 04 Setembro 2011.

<sup>23</sup> MESSIAS, Rosane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888.** São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 29.

<sup>24</sup> PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. p.163.

<sup>25</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista.** São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 49.

**Tabela 1 – Produtos produzidos na região de Araraquara, 1836-1837.**

Açúcar	440 arrobas
Aguardente	70 canadas
Arroz	1.735 alqueires
Feijão	3.654 alqueires
Milho	61.131 alqueires
Fumo	157 arrobas
Algodão em rama	84 arrobas
Porcos	5.883 cabeças
Gado cavallar	287 cabeças
Gado muar	4 cabeças
Gado vaccum	2.667 cabeças
Gado lanigero	181 cabeças

**Fonte:** MÜLLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p.127.

Segundo Daniel Pedro Müller<sup>26</sup>, o levantamento desenvolvido das atividades produtivas exercidas na região de Araraquara determinou que a soma dos produtos relacionados equivaliam ao valor total de 91:882\$000. Os dados evidenciam que os produtos eram itens com características voltadas para o mercado interno, sendo o milho a principal produção realizada na área compreendida da região de Araraquara, com uma ocupação de 61.131 alqueires, seguido bem distante pela produção de outros gêneros constituintes da dieta dos habitantes, como o arroz (1.735 alqueires) e o feijão (3.654 alqueires). Contava, ainda, com uma pequena produção de açúcar (440 arrobas), fumo (157 arrobas), aguardente (70 canadas) e algodão em rama (84 arrobas); mesmo esses itens que participavam da pauta de exportação do Brasil, pela quantidade e as dificuldades de transportes, nos levam a considerar como produzidos para abastecer o mercado interno, pois a criação de gado contava com uma produção expressiva de gado vaccum (2.667 cabeças), em que os produtores da região resolveram investir no mercado promissor pecuarista<sup>27</sup>, visando abastecer as áreas internas, especialmente os grupos que habitavam os caminhos para a área mineradora. Entretanto, a atividade criatória mais expressiva na região era a produção de suínos com 5.883 cabeças, devido à facilidade operacional de manutenção da atividade e o grande apreço da carne de porco que gerava o

<sup>26</sup> MÜLLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

<sup>27</sup> MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 34.

toucinho - que era fonte de banha para a atividade culinária. De acordo com Rosane Carvalho Messias:

Os produtos comercializados pelos fazendeiros araraquenses, como o feijão, milho e porcos, já faziam parte da alimentação brasileira desde o século XVI. Na época, em São Vicente a variedade era o arroz e a carne de vaca e de porco. O feijão, o milho e a mandioca, plantas indígenas, constituíam, pois, o que se poderia chamar triângulo básico da alimentação caipira, alterando-se mais tarde com a substituição da mandioca pelo arroz.<sup>28</sup>

**Tabela 2 – Produtos produzidos na região de São Carlos, 1836-1837.**

Café	8.081 arrobas
Açúcar	158.447 arrobas
Aguardente	7.399 canadas
Arroz	3.672 alqueires
Farinha de mandioca	952 alqueires
Feijão	21.015 alqueires
Milho	96.786 alqueires
Fumo	358 arrobas
Porcos	3.137 cabeças
Gado cavallar	221 cabeças
Gado muar	29 cabeças
Gado vaccum	687 cabeças
Gado lanigero	134 cabeças

Fonte: MÜLLER, D. P. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p.126.

Para a região de São Carlos, o levantamento verificou uma produção na sua maioria com elementos voltados para o abastecimento interno e local, como: arroz (3.672 alqueires), farinha de mandioca (952 alqueires), feijão (21.015 alqueires) e milho (96.786 alqueires). Contudo, encontramos nas atividades desenvolvidas três produtos importantes na pauta de exportação brasileira: o café com produção de 8.081 arrobas, o açúcar com produção de 158.447 arrobas e o fumo com produção de 358 arrobas.<sup>29</sup> Além disso, havia uma boa produção de aguardente, produto muito consumido no mercado interno, e uma atividade criatória diversificada com

<sup>28</sup> MESSIAS, Rosane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 30.

<sup>29</sup> MÜLLER, D. P. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p.126.

quatro tipos de gado diferentes, porém o grande destaque era a produção criatória de suínos com 3.137 cabeças, devido ao grande apreço dos moradores do sertão pelo toucinho, que além do fornecimento da carne, permitia extrair a gordura necessária para as atividades culinárias. A região, ainda, contava com instalações voltadas para a produção dos produtos derivados da cana de açúcar, possuindo 29 engenhos de açúcar e 93 destilarias de aguardente; também havia 6 fazendas de criar, 9 fazendas de café e 16 engenhos de serrar.<sup>30</sup> Todas as atividades exercidas na área de São Carlos foram estimadas no valor de 308:325\$620, o que representava um valor duas vezes maior do que o produzido na área de Araraquara.

Pelos dados acima citados, percebemos, impreterivelmente, como estavam as regiões de Araraquara e de São Carlos, as quais compreendiam nesse período grande extensão de terras, entre elas os futuros municípios de São Bento de Araraquara, São Carlos do Pinhal e Nossa Senhora do Belém do Descalvado. Nota-se que as atividades agrícolas eram desenvolvidas no intuito de atender e de abastecer o mercado interno, baseadas numa atividade diversificada com propriedades agrícolas voltadas para a policultura e com mão-de-obra estritamente familiar. Isso ocorreu devido às condições existentes na região, por ser uma via de trânsito pelo sertão para atingir as regiões mineradoras.

No entanto, a agricultura tem o papel base na região, conforme a **tabela 1 e tabela 2** mostram, porém são dados referentes às atividades da região de Araraquara e de São Carlos. Desta forma, fica a preocupação de como se comportava a região onde surgiria o município de Descalvado, quais seriam as principais atividades desenvolvidas, as relações de aprofundamento dessas atividades e os principais produtos efetivamente produzidos nessa área. Vamos ver como estavam as relações produtivas agrícolas desenvolvidas na região do futuro município de Descalvado, pois:

Sabemos, no entanto, que a obtenção, definição e elaboração de uma dieta dependem estreitamente de organização correspondente, e que os ritos agrários se encontram na base dos desenvolvimentos culturais mais surpreendentes. Vida, meio e grupo se integram e unificam muitas vezes em função do alimento.<sup>31</sup>

---

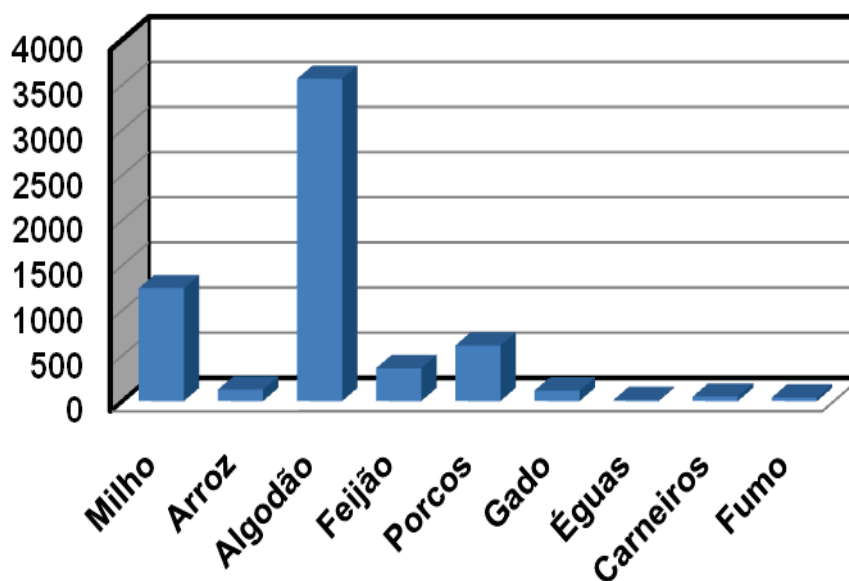
<sup>30</sup> MÜLLER, D. P. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p.131.

<sup>31</sup> CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. p. 35.

Sendo assim:

Esses locais afastados começaram a formar uma rede imensa de pequenos municípios que se interligavam e possuíam as mesmas características econômicas: plantas para o gado, uma tímida criação de animais e um comércio irregular de artigos de primeira necessidade. Com o passar dos anos perdiam essa característica de paragem e começavam a participar do mercado interno.<sup>32</sup>

**Gráfico 1 – Produtos produzidos na região de Descalvado, 1836.<sup>33</sup>**



Fonte: BELLI, Sonia. *Descalvado de 1809 – 1996*. Porto Ferreira, SP: Ed. Gráfica São Paulo. p.161-166.

Nota-se que o gênero com maior representação foi o algodão – único produto que fazia parte da pauta de exportação do Brasil no período<sup>34</sup>, perfazendo um total de 3570 hectares produzidos, o que equivalia a 58,2% dos itens produzidos na região de Descalvado. Entretanto, não podemos afirmar que a região participava da pauta de exportações desse produto, devido a região ser uma “boca de sertão”, profundamente distante de qualquer via adequada para o escoamento da produção para o porto exportador. Podemos concluir que era um item que participava de um circuito local de comercialização existente entre os moradores da área e os

<sup>32</sup> MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 32.

<sup>33</sup> Todos os produtos agrícolas foram medidos por hectares plantados, exceção somente do item fumo que teve como medida a arroba e os animais foram contados por cabeças.

<sup>34</sup> Para maiores detalhes sobre os produtos exportados pelo Brasil no período, ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 62, 104; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 58.



viandantes que rumavam para as áreas auríferas, como todos os outros demais itens produzidos na área.

Em relação aos outros artigos agrícolas da região, temos como maior destaque o milho, com um total de 1250 hectares plantados, que perfazia 20,4% da área produzida; depois seguem o feijão, com 365 hectares plantados, o que equivalia 6% do total da área; e o arroz, com 128 hectares plantados, perfazendo 2% da área produtiva da região. Nota-se que a produção de fumo equivalia somente a 40 arrobas produzidas por dois produtores, situação que mudará futuramente, sendo Descalvado grande produtor de fumo como destacavam as casas comerciais e os jornais de São Paulo e Campinas nos anos de 1871 e 1872, em que a propaganda alertava sobre a qualidade do fumo descaldense “[...] aos amantes do bom fumo, pede-se que não deixem de ver, porque com certeza não encontram igual em qualquer outra parte”.<sup>35</sup>

No que se refere aos animais, temos uma composição fortemente dominada pela criação de porcos, com um total de 616 cabeças ou 10% da produção agropastoril da região; em seguida, a produção de gado, com 116 cabeças ou 2% do total produzido. Também havia uma pequena produção de carneiros, com 49 cabeças, que representava apenas 1% do total das atividades agropastoris e, por último a região contava com 13 éguas, o que significava 0,1% das atividades agropastoris da região.

Para Rosane Carvalho Messias, esses produtos agrícolas básicos foram responsáveis pelo desenvolvimento econômico do sertão da Província de São Paulo, em que a comercialização desses produtos ativou e formou um circuito interno de pequenos municípios integrados pelas mesmas características econômicas.<sup>36</sup> Também ressalta que havia atividades comerciais do circuito interno possuidoras de taxas de acumulação de capitais similares ao comércio externo, como, por exemplo, a criação de animais como: gado bovino, muar e suíno. Sobre a dinâmica comercial das atividades pastoris, estabeleceu os seguintes preços para a região de Araraquara:

---

<sup>35</sup> KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. **Conheça Descalvado**. p. 44. Disponível em: <http://www.descalvadoonline.com.br/conhecadescalvado/index.htm>. Acessado em: 04 Setembro 2011.

<sup>36</sup> MESSIAS, Rosane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 32-35.

**Tabela 3 – Valores dos animais, Araraquara, 1830-1860.**

<b>Década</b>	<b>Bovinos</b>	<b>Equinos</b>	<b>Suínos</b>	<b>Caprinos</b>
1830	11\$400	23\$800	1\$000	\$932
1840	14\$000	24\$000	1\$400	1\$000
1850	20\$000	35\$000	6\$000	1\$000
1860	23\$000	32\$000	6\$500	1\$400

**Fonte:** MESSIAS, Rosane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista:** mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 35.

**Tabela 4 – Valores dos produtos agrícolas, 1836-1837.**

<b>Produtos</b>	<b>Preço máximo</b>	<b>Preço médio</b>	<b>Preço mínimo</b>
Arroz	3\$000	2\$000	1\$600 a 1\$440
Feijão	3\$000	2\$560	\$720 a \$500
Milho	1\$000	\$850 a \$640	\$500 a \$640
Algodão	2\$560	1\$600 a 1\$280	\$960

**Fonte:** MÜLLER, D. P. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo.** Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p.122-123.

Em 1836, havia uma agricultura principalmente voltada para o abastecimento local, com produtos típicos da alimentação caipira, como milho, arroz, feijão e alguns animais como gado, porcos, carneiros e éguas. A única exceção encontrada foram as 40 arrobas de fumo, em que Bento José e José Ferreira da Silva produziram ambos 20 arrobas. Segundo Antonio Candido, a dieta alimentar dos povoadores do sertão paulista, denominados “caipiras” era integrada por três elementos básicos chamados “triângulo base da alimentação caipira”: eram o milho, o feijão e a mandioca; todos esses produtos foram assimilados e incorporados pelos caipiras da cultura indígena, que os usava largamente na sua dieta e no processo de povoamento do sertão foram amplamente cultivados pelos povoadores do sertão. Para Antonio Candido, os caipiras assimilaram os três elementos base porque as técnicas indígenas colaboravam e os ajudavam a aproveitarem melhor as condições

da terra, permitindo maior mobilidade através da assimilação do equilíbrio ecológico já organizado pelos indígenas. A única exceção foi o arroz branco asiático, introduzido no Brasil desde o século XVI; todavia sua cultura tornou-se amplamente cultivada somente no século XVIII, por influência das instruções pombalinas.<sup>37</sup>

Tal dinâmica abre caminho para estabelecermos algumas análises, utilizando a lista de moradores de Descalvado, em 1836, e os produtos agropastoris produzidos na região, principalmente no que tange as **tabelas 3 e 4**, referentes ao valor dos produtos agropastoris. Nessa lista organizada em 1836, encontramos um total de 44 moradores para a região do futuro município de Descalvado, onde há 25 agricultores, 2 oleiros fabricantes de telhas, 1 carpinteiro, 1 dono de comércio, 4 atividades diversas, 7 atividades indeterminadas e 3 viventes de esmolas. Desta maneira, podemos, pela análise desses dois elementos, buscar a compreensão de como estava a formação do circuito produtivo no âmbito local entre as pessoas que viviam nesses rincões da Província de São Paulo.

Nota-se que a região estava habitada, fundamentalmente, por agricultores, porém chama a atenção as atividades sem relação direta com as atividades agropastoris, como as exercidas por Joaquim Barreto, natural de Pouso Alegre (MG), idade 50 anos, branco e viúvo, que tinha como forma de sobrevivência econômica a produção de telhas. Nessa seara da produção de telhas também havia Cândido Soares, natural de São Gonzalo (MG), idade 28 anos, solteiro, que, como no caso de Joaquim Barreto, vivia somente da produção de telhas.<sup>38</sup>

Apesar da vida difícil e modesta existente na “boca de sertão” que era Descalvado, nos anos iniciais do século XIX, especialmente pelos dados nominativos do ano de 1836, ainda tínhamos a presença de atividades diversificadas, como os fabricantes de telha acima mencionados. Porém, havia outras atividades econômicas distintas da função principal – a agricultura e a criação de animais, como as exercidas por José Antonio, natural de Santa Ana (MG), idade 40 anos, branco e solteiro, que exercia a função de negociante; no entanto, não temos a descrição de quais eram as mercadorias negociadas pelo mesmo. Na região ainda havia o carpinteiro João Bernardes, natural de Lavras (MG), idade 64 anos, mulato, casado com Anna Francisca, idade 30 anos, mulata, natural de

---

<sup>37</sup> CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. p. 62-65.

<sup>38</sup> BELLI, Sonia. **Descalvado de 1809 – 1996**. Porto Ferreira, SP: Ed. Gráfica São Paulo. p.161-164.

Campanha (MG), sendo que o casal tinha um filho chamado Joaquim, idade 14 anos, natural de Campanha (MG).<sup>39</sup>

A região ainda contava com uma série de trabalhadores que exerciam a função de jornaleiros, ou seja, trabalhavam por jornada muito provável no período de colheita dos alimentos produzidos na atividade agropastoril ou nas outras atividades quando era necessário, trabalhando por dia e recebendo conforme a diária estipulada; eram representantes dessas atividades: Felis Antonio, idade 54 anos, pardo e viúvo; Manuel Francisco, idade 28 anos, pardo e casado; Salvador Pires, idade 30 anos, mulato e casado; e José Joaquim, idade 24 anos, mulato e solteiro.<sup>40</sup>

Podemos perceber que havia na região um conjunto de atividades subsidiárias em relação à atividade agropastoril. Porém, fica a dúvida: como estavam as relações do desenvolvimento da atividade agrícola. Era, basicamente, uma agricultura de abastecimento voltada para o mercado interno, expressamente familiar, que produzia animais e os alimentos básicos da dieta caipira; entretanto, essa agricultura possuía alguma dinâmica que possibilitava o acúmulo de capitais dentro do âmbito local.

Na questão da produção agropastoril, aparece, com grande destaque – Alexandre José Castilho, natural de Piuhy (MG), idade 49 anos, branco e casado com Maria Francisca, natural de Dores (MG), idade 47 anos, branca, tendo o casal 9 filhos. O produtor define sua atividade econômica como agricultor e criador, tendo como produção efetiva: 500 hectares de milho, 18 hectares de feijão, 10 hectares de arroz; com relação aos animais criados, possuía 50 cabeças de gado, 76 porcos, 30 carneiros e 7 éguas. Também contava com 12 elementos escravos.<sup>41</sup> Podemos perceber que o agricultor tinha uma produção diversificada, com um bom plantel de animais.

Nessa diversificação produtiva da região, outro destaque foi a viúva Mariana Francisca de Jesus, branca, idade 46 anos, natural de Piuhy (MG) e 10 filhos. Tinha como atividade a produção agrícola e a criação de animais; contava com 80 hectares de milho, 12 hectares de feijão, 18 hectares de arroz; quanto aos animais, possuía 20 cabeças de gado, 19 carneiros, 20 porcos e 3 éguas. Também contava com 4 elementos escravos.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> BELLÍ, Sonia. **Descalvado de 1809 – 1996**. Porto Ferreira, SP: Ed. Gráfica São Paulo. p.161-164.

<sup>40</sup> Ibid.

<sup>41</sup> Ibid., p.163.

<sup>42</sup> Ibid., p.164.

Ainda nessa questão da diversificação podemos destacar Germano José Ferreira, branco, idade 40 anos, natural de Casa Branca (SP), casado com Maria Cecília, natural de Cabo Verde (MG), idade 40 anos, branca e o casal possuía 5 filhos. Sua produção era: milho (não especificada a quantidade), 200 hectares de algodão, 50 hectares de feijão, 30 hectares de arroz; quanto aos animais, possuía 50 porcos e 20 cabeças de gado. Também era proprietário de 5 elementos escravos; vale frisar que o proprietário também sabia ler e escrever.<sup>43</sup>

Poder-se-á agora, perceber que a região de Araraquara, São Carlos e Descalvado contava com uma gama de produções diferenciadas, baseadas na agricultura de abastecimento com os elementos constituintes da dieta do caipira, criação de animais com destaque para a criação suína e atividades mais elaboradas como: a produção de telhas, os engenhos de açúcar, as destilarias de aguardente, o cultivo de fumo e de algodão e uma incidente produção de café. Desta maneira, pelos valores presentes nas **tabelas 3 e 4**, podemos dimensionar que havia condições de acúmulo de capitais, especialmente em relação à carne de porco – extremamente apreciada – tendo seu principal derivado, o toucinho, atingido o valor de 7\$000 a arroba, no ano de 1836/1837.<sup>44</sup>

Ainda vale ressaltar que, no início do século XIX, São Carlos contava com uma fábrica de panos grosseiros que absorvia a produção de algodão da região<sup>45</sup>, ampliando as relações e desenvolvendo, fundamentalmente, o circuito local de comércio, que aproveitava do fluxo dos tropeiros e suas mulas que indubitavelmente faziam o transporte dos produtos mais dinâmicos como o açúcar, o café, a aguardente e o fumo. Essa dinâmica permitia estabelecer uma comercialização dos moradores com os tropeiros, sem falar no transbordamento das trocas dos moradores locais entre eles, devido às atividades distintas e a necessidade de obter os elementos necessários para constituir sua alimentação. Podemos inferir que houve esse transbordamento comercial, pois havia na região de Descalvado, por exemplo, produtores de telhas, produtores somente da dieta básica do caipira, jornaleiros e produtores agropastoris, o que nos permite estabelecer que esses

---

<sup>43</sup> BELLI, Sonia. **Descalvado de 1809 – 1996**. Porto Ferreira, SP: Ed. Gráfica São Paulo. p.161.

<sup>44</sup> MÜLLER, D. P. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p.123.

<sup>45</sup> MESSIAS, Rosane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 29.

grupos exerciam um intercâmbio comercial entre eles, pois segundo Antonio Candido o homem necessita do equilíbrio social.

[...] o meio natural aparece de início como grande celeiro potencial, que não será utilizado indiferentemente, em bloco, mas conforme as possibilidades de operação do grupo; pois os animais e as plantas não constituem, em si, alimentos do ponto de vista da cultura e da sociedade. É o homem quem os cria como tais, na medida em que os reconhece, seleciona e define. O meio se torna deste modo um projeto humano nos dois sentidos da palavra: projeção do homem com as suas necessidades e planejamento em função destas – aparecendo plenamente, segundo queria Marx, como uma construção da cultura.<sup>46</sup>

Assim organizadas as relações econômicas na região da “boca do sertão”, onde surgiram os municípios de Araraquara, São Carlos e Descalvado, fica a dúvida de como ocorreu o povoamento dessa área tão rústica e distante dos deslocamentos mais dinâmicos, quem foram os reais povoadores e o que estas pessoas esperavam e buscavam quando rumavam para esse lugar ermo e difícil, onde as adaptações provocaram a assimilação, principalmente, da cultura indígena, essencialmente nos aspectos alimentares e da produção agrícola, ainda que as atividades agropastoris fossem fundamentalmente voltadas para o abastecimento interno, mas que provocou o transbordamento para a formação de uma incipiente rede de comércio local, havendo o intercâmbio entre as diferentes habilidades e as produções desenvolvidas pelos moradores da região.

Deve-se, com tudo isso, ressaltar a importância desses primeiros povoadores que afluíram para a região conhecida ainda como “boca de sertão”, no início do século XIX. Percebe-se pelas atividades agropastoris desenvolvidas que o interstício do povoamento na região, ainda que incipiente e esparso nos primórdios do século XIX, recebeu várias tendências e influências, anteriores ao surto de desenvolvimento provocado pela implantação e desenvolvimento da cultura cafeeira, ou seja, anterior à “Civilização do Café”<sup>47</sup>, tendo *a priori* um movimento significativo na área, como demonstrado pelas atividades agropastoris, antes de a região tornar-se uma

---

<sup>46</sup> CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. p. 34.

<sup>47</sup> “A Civilização do Café” era mais definidora, abarcando antecedentes, início de ciclo, auge e passagem para outro ciclo. Sem decadência, a rubiácea impunha sua ação civilizadora, criando receitas cambiais, instaurando a autonomia econômica, antes mesmo da independência política do país, implantando vilas e cidades, abrindo estradas e promovendo a emigração, para, assim, marcha indômita, ir ocupando os espaços vazios necessários à cafeicultura nacional, dínamo gerador de todo o progresso de nossa economia atual. MOTTA SOBRINHO, Alves. **A Civilização do Café**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978. p.1.

excepcional produtora de café e essa área ficar conhecida como “Oeste Paulista”. Esse povoamento do interior paulista foi extremamente significativo, ainda mais se observarmos o crescimento geral da população paulista, pois São Paulo possuía 116.975 habitantes, em 1777, e já no ano de 1805 contava com 192.729 habitantes<sup>48</sup>, pois, segundo Caio Prado Júnior:

A agricultura é o nervo econômico da civilização. Com ela se inicia – se excluirmos o insignificante ciclo extrativo do pau-brasil – e a ela deve a melhor porção de sua riqueza. Numa palavra, é propriamente na agricultura que assentou a ocupação e exploração da maior e melhor parte do território brasileiro.<sup>49</sup>

**Mapa 1 – Mapa da região conhecida como “Oeste Paulista”**



Fonte: DOMINGUES NETO, Hilário. *Navegando o Mogi-Guaçu: a agroexportação cafeeira no Oeste Paulista e a formação de um mercado interno regional (1883-1903)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 23.

Desta maneira, Descalvado teve uma origem anterior ao surto cafeeiro, mesmo o Brasil, no início da década de 1830, já contar com uma produção

<sup>48</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. p. 81-82.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p.130.

representativa de café estimada em cerca de 650 mil sacas, possuindo a maior produção mundial – seguido por Cuba, Java e Haiti, oscilando com produções estimadas entre 350 e 450 mil sacas de café, sendo a produção mundial calculada em cerca de 2,5 milhões de sacas por ano<sup>50</sup>; nesse período (1831/1840) o café tinha se tornado o primeiro item na pauta de exportações, com vendas que representavam 43,8%<sup>51</sup> dos itens vendidos pelo Brasil ao mercado externo. Como vimos, somente a área de São Carlos tinha uma produção de 8.081 arrobas de café (1836/1837), tendo as outras áreas de Araraquara e Descalvado, fundamentalmente, atividades agropastoris voltadas para o mercado interno. Deste modo, Descalvado teve um ponto de partida amalgamado a dois acontecimentos importantes transcorridos na Província de São Paulo, que influenciaram e motivaram o desenvolvimento da ocupação do interior paulista na área conhecida como “Oeste Paulista”.

Primeiramente, tivemos um grande surto emigratório para o sertão paulista durante o terceiro século da colonização portuguesa, especialmente comandado pelos bandeirantes paulistas por intermédio da descoberta de ouro e pedras preciosas na região de Minas Gerais e, posteriormente, novas jazidas foram encontradas em Goiás e Mato Grosso. Esse fato provocou um grande fluxo de pessoas para o interior, impulsionando diversas atividades econômicas interligadas ao abastecimento da região aurífera e, conseqüentemente, no caminho, foram surgindo locais de pouso para atender às necessidades advindas do tráfego dos viandantes e tropeiros, que se aventuravam rumo aos locais de exploração dessas riquezas. Desta maneira, estabelecia uma protoatividade comercial, na qual o fornecimento das necessidades dos homens e dos animais permitia aos proprietários envolvidos transformarem o comércio na beira do caminho numa atividade geradora de lucro, apesar da organização precaríssima das instalações.<sup>52</sup>

Ainda durante o século XVIII, especialmente no governo do Morgado de Mateus (1765/1775), D. Antônio de Souza Botelho Mourão tomou uma série de medidas que visavam à organização e ao desenvolvimento das atividades econômicas mais lucrativas da Província de São Paulo, obedecendo às determinações da metrópole portuguesa sob o domínio do Marquês de Pombal.

---

<sup>50</sup> JOHNSTON, E. ; MARTINS, M. **150 anos de Café**. 2ª ed. São Paulo: Salamandra Editorial, 1992. p. 20.

<sup>51</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 62, 104.

<sup>52</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 38-39.



Para evitar principalmente os avanços espanhóis e garantir a ocupação do sertão paulista, foi feita uma lista dos moradores com o objetivo de avaliar o potencial econômico e humano da província. Concomitantemente, foi restabelecida a concessão de sesmarias, com o objetivo de atrair novos moradores, e elevaram-se 20 arraiais à condição de vilas, objetivando concentrar as pessoas que estavam debandadas pelos matos. Essas medidas contribuíram para o alargamento do povoamento da região de Araraquara e propiciaram, juntamente com a migração, o estabelecimento de novas possibilidades para as pessoas se assentarem no sertão paulista.<sup>53</sup>

Posteriormente, em fins do século XVIII e início do século XIX, a Província de Minas Gerais estava sofrendo grave crise econômica, derivada da decadência da exploração do ouro, que havia diminuído consideravelmente, provocando o malogro das atividades econômicas da região. Com a crise, os mineiros começaram a buscar novas alternativas para desenvolverem a pecuária e a agricultura, pois “as regiões mineradoras não eram, no seu conjunto, favoráveis nem à agricultura, nem à pecuária”.<sup>54</sup>

Sendo assim, os mineiros adentraram o sertão paulista, por causa da oferta das condições adequadas ao desenvolvimento da pecuária e da agricultura, contribuindo para isso a qualidade das terras e a pouca ocupação territorial, que permitia facilmente a posse. Nesse cenário, a região de Araraquara, tributária do caminho para as minas de Mato Grosso, foi atingida profundamente pelo influxo dessas famílias que retornavam das regiões mineradoras, principalmente da Província de Minas Gerais.

Na questão do povoamento do sertão, Pierre Monbeig analisa que quase todos os primeiros habitantes do sertão paulista foram conduzidos de Minas Gerais, a partir da metade do século XIX (1850), devido, principalmente ao colapso derradeiro das atividades relacionadas à mineração. Afirma que o crescimento da pobreza forçou o mineiro a ter como única solução para o problema a emigração; juntamente ressalva as instabilidades políticas derivadas da tentativa revolucionária de 1842 que aumentaram a pressão para a saída dos mineiros para as novas terras do sertão ainda inculto da Província de São Paulo. Por último, demonstra o impacto

---

<sup>53</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 42.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 44.

da Guerra do Paraguai (1864-1870), onde houve um bom número de mineiros que resolveram enfrentar as agruras do sertão, ao invés de se sujeitar ao serviço militar.<sup>55</sup>

Já para Pedro Geraldo Tosi, houve uma série de motivações que impeliram a emigração dentro do território colonial:

Com a decadência do ouro, houve uma nova movimentação dentro do território colonial, tanto da atividade mineradora quanto das atividades complementares. Esse movimento não se resume no simples deslocamento de populações, há uma política metropolitana, há as subdivisões em Capitânicas e, sobretudo, as instituições, a riqueza e o poderio gestado durante a mineração. É sob esse diapasão, de complexas motivações, que ocorrerá a ocupação do “Sertão do Rio Pardo”.<sup>56</sup>

As descrições acima demonstram que a ocupação do sertão paulista tinha como foco principal a decadência da atividade mineradora, Pierre Monbeig identifica uma tríade: decadência da mineração, instabilidade política e Guerra do Paraguai; já Pedro Geraldo Tosi analisa pelo viés da crise mineradora, que provocou uma realocação das atividades complementares, ativadas pela política metropolitana. Porém, para a região da “boca do sertão”, onde surgiu Descalvado, os dados econômicos das atividades exercidas na área nos permitem perceber que seu povoamento, apesar de ínfimo, começou no início do século XIX, sendo que a partir de 1836 contava com um número de 44 moradores que se apossaram de terras ecúmenas, ou seja, áreas naturais que facilitavam a ocupação humana, as quais possuíam terras capazes de oferecer produtos da dieta caipira e permitissem a criação de animais, e também o aproveitamento da via de circulação de riquezas por ser um local tributário do caminho para a região mineradora.

Outro ponto importante sobre o povoamento sempre recaiu no aspecto da naturalidade dos pioneiros do povoamento do sertão paulista. No que se refere à área do surgimento do município de Descalvado, temos uma extrema representação dos mineiros que correspondiam a 77% dos habitantes do local, sendo naturais das cidades mineiras de Cabo Verde, Santa Ana, Santa Catarina, Ouro Fino, Piuhy, Dolores, Pouso Alegre, Três Pontas, Tamanduá, Lavras, Campanha, São Francisco,

---

<sup>55</sup> MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1984. p.133.

<sup>56</sup> TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no Interior: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. Franca: UNESP –FHDSS, 2002. p. 28.

São Gonçalo, Nazaré e Carmo. O outro grupo relevante correspondia a 20 % dos habitantes do local e eram oriundos de cidades paulistas como: Campinas, Casa Branca, Itu, Atibaia e Piracicaba. Havia, ainda, 3% de pessoas sem origem definida.

**Tabela 5 – Região de origem dos moradores de Descalvado, 1836.**

<b>Nome</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado civil</b>
Antonio Luiz Gonçalves	Cabo Verde (MG)	22 anos	solteiro
Germano José Ferreira	Casa Branca (SP)	40 anos	Casado
João Matozo	Santa Ana (MG)	40 anos	Casado
Anna Rosa de Jesus	Santa Ana (MG)	48 anos	Viúva
Elias Antonio de Mello	Campinas (SP)	28 anos	Casado
Agostinho José de Amorim	Santa Catarina (MG)	46 anos	Casado
José de Mello	Itu (SP)	55 anos	Casado
Manuel Vicente	Campinas (SP)	47 anos	Casado
Vicente da Silva	Campinas (SP)	42 anos	Viúvo
Joaquina Maria	Campinas (SP)	46 anos	Viúva
Pedro de Moraes	Atibaia (SP)	34 anos	Casado
Felis Antonio	Cabo Verde (MG)	54 anos	Viúvo
Manuel Francisco	Ouro Fino (MG)	28 anos	Casado
José Antonio	Santa Ana (MG)	40 anos	Solteiro
Alexandre José Castilho	Piuhy (MG)	49 anos	Casado
Jose Joaquim Vieira	Piuhy (MG)	24 anos	Casado
Maria Joaquina	Dores (MG)	47 anos	Viúva
Joaquim Barreto	Pouso Alegre (MG)	50 anos	Viúvo
Antonio Vieira	Piuhy (MG)	35 anos	Casado
Custódio Joaquim	Três Pontas (MG)	27 anos	Casado
Baltazar Joaquim	Tamanduá (MG)	24 anos	Casado
Francisco Antonio Ferreira	Lavras (MG)	28 anos	Casado
João da Silva	Campanha (MG)	42 anos	Casado
Francisco Antonio	São Francisco (MG)	33 anos	Casado
Candido Soares	São Gonçalo (MG)	28 anos	Solteiro
Mariana Francisca de Jesus	Piuhy (MG)	46 anos	Viúva
José Antonio	Piuhy (MG)	27 anos	Casado
João Francisco	Atibaia (SP)	40 anos	Casado
José Ferreira da Silva	Santa Ana (MG)	57 anos	Casado
Francisco Manuel	Campanha (MG)	38 anos	Casado
Joaquim Lourenço	Dores (MG)	59 anos	Viúvo
Francisco Luis	Dores (MG)	56 anos	Casado
Joaquim Marques	Santa Ana (MG)	30 anos	Casado
José Delfino	Santa Ana (MG)	25 anos	Casado
Antonio da Silva	Campanha (MG)	56 anos	Casado
Antonio Ignacio	Santa Ana (MG)	42 anos	Casado
José Correa		20 anos	Casado

<b>Nome</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado civil</b>
Antonio de Pontes	Campanha (MG)	20 anos	Casado
Salvado da Cunha	Nazaré (MG)	96 anos	Casado
Bento José	Carmo (MG)	30 anos	Solteiro
Lourenço Antonio	Piracicaba (SP)	28 anos	Casado
Salvador Pires		30 anos	Casado
João Bernardes	Lavras (MG)	64 anos	Casado
José Joaquim		24 anos	Solteiro

Fonte: BELLI, Sonia. **Descalvado de 1809 – 1996**. Porto Ferreira, SP: Ed. Gráfica São Paulo. p.161-166.

Em 1832, José Ferreira da Silva, dono da fazenda “Areias”, por intermédio de uma promessa feita a Nossa Senhora do Belém, comprometeu-se com a doação de uma área para a formação de uma capela em homenagem à santa, caso houvesse a melhora das condições de saúde de sua mulher Florência Maria de Jesus. Como tal fato realmente aconteceu, José Ferreira da Silva cumpriu seus votos e mandou construir uma capela no alto da colina, sob os auspícios de Nossa Senhora do Belém, e doou um patrimônio de três quilômetros e meio em quadra para a Igreja. Em 1842, José Ferreira da Silva legalizou a doação por meio de escritura de doação:

Dizemos nós, abaixo assinado, eu, José Ferreira da Silva e minha mulher Florência Maria de Jesus, que somos senhores e possuidores de um terreno livre e desembargado, neste lugar denominado Descalvado, do Termo da Vila da Constituição o que tem por divisa o se segue, principia pela barra do Tamanduá, acima até a sua última cabeceira e desta a rumo direito ao Córrego do nosso monjolo e por este acima até as cabeceiras divisando com a Fazenda Nova, até o alto pelo lado esquerdo e daí pelo espigão que divisa as águas de São Bento com as que pertence a esta doação e seguindo pelo mesmo espigão a procurar o Ribeirão Bonito até a cabeceira do Córrego da divisa e por ele abaixo até sua borda como o Ribeirão Bonito onde mora João da Silva e pelo dito ribeirão acima até a barra do Tamanduá já referido onde teve princípio esta divisa, ficando reservado terreno de quatro alqueires que hoje possui Cândido José Soares e também cem braças, para cá, digo, e também cem braças de terreno desde a forquilha do Córrego pelo braço direito acima até a barra do corguinho de nossa aguada até sua cabeceira e desta arruma direto até o Córrego do Monjolo onde fizer testada outras cem braças da dita forquilha o qual terreno assim divisado doamos como de fato doado temos de hoje em diante a Nossa Senhora do Belém, pelo Patrimônio de sua Igreja, que será distribuído este terreno aos povos que nele se quiserem arrancar e contribuir para as obras da mesma Igreja, por um Procurador da Igreja que o Capelão ou Pároco nomear para esse fim o qual Procurador assim nomeado poderá passar título de terrenos do dito patrimônio que distribuir com os povos recebendo o preço e a quantia que com os mesmos contratar para ser aplicado

nas obras da dita Igreja. Declaramos que durante a vida de mim e minha mulher ninguém poderá fazer obras dentro do terreno que se compreende nos dois córregos que faz forquilha abaixo de nossa casa porém sim em todo o mais terreno e por ser esta doação feita de nossas livres vontades e sem constrangimento de pessoa alguma, pedimos e rogamos as Justiças deste Império que dê a este papel toda força e vigor como se fosse escritura, digo, fosse escritura pública que não duvidamos passar quando se nos exigir e se nele falta alguma cláusula ou cláusulas em direito necessários para seu inteiro vigor, aqui as havemos por expressadas como se de cada uma dela fizéssemos especial menção.<sup>57</sup>

Outros motivos podem estar por trás da doação feita para o patrimônio da Igreja, como a legitimação da posse por via inversa, ou seja, a partir da verificação se o terreno respeitava as condições exigidas pela Igreja; haveria a consequente integração pela Igreja da área e assim, o doador recebia a legitimação da posse por intermédio da doação reconhecida sobre as terras doadas.<sup>58</sup> Também havia a questão relativa às vantagens imateriais adquiridas pelos doadores, que, graças ao feito da doação, gozariam de grande prestígio em relação às pessoas que viviam na região. Isso porque, por meio do caráter religioso, tal fato criaria a interposição na mentalidade dos habitantes locais de uma grande personalidade, generosa e abnegada, que proporcionou um lugar adequado para a formação do patrimônio e que doou todo o dinheiro gerado pela venda dos terrenos da área para as obras de construção da igreja.

Desta forma, no ano de 1844, Descalvado foi elevada à condição de Freguesia<sup>59</sup>, sendo, no processo, determinada sua anexação ao município de Mogi-Mirim. A elevação a freguesia não representava autonomia política e administrativa, mas era o princípio inicial para conseguir a elevação a vila, que levaria, então, à conquista da autonomia. Também a elevação a freguesia não garantia que a área seria rapidamente transformada em vila, pois contribuíam para essa transição fatores como a economia, a política e a demografia. Sendo assim, Descalvado vai ser

<sup>57</sup> KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. **Conheça Descalvado**. p. 11. Disponível em: <http://www.descalvadoonline.com.br/conhecadescalvado/index.htm>. Acessado em: 04 Setembro 2011.

<sup>58</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 79-81.

<sup>59</sup> Lei nº 21, de 28 de fevereiro de 1844, Manoel Felizardo de Souza e Melo, Presidente da Província de São Paulo, faço saber a todos os habitantes que a Assembléia Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte: Artigo 1º - Fica erecta em Freguesia a Capela Curada de Nossa Senhora do Belém do Descalvado, da Paróquia de Araraquara, e o Presidente da Província autorizado para demarcar-lhe limites. Artigo 2º - Esta freguesia fica desanexada do município de Araraquara, e reunida com todo o seu território ao de Mogi-Mirim. Artigo 3º - Ficam revogados as disposições em contrário. Mando portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente, como nela se contém [...].BELLI, Sonia. **Descalvado de 1809 – 1996**. Porto Ferreira, SP: Ed. Gráfica São Paulo. p. 119.

elevada a Vila, em 1865<sup>60</sup>, quando a produção cafeeira já estava avançando por sua área.

## 1.2 As dinâmicas do município de Descalvado na inserção do complexo cafeeiro

*A maior criação da humanidade foi suas cidades. Elas representam a extrema realização de nossa imaginação enquanto espécie, atestando nossa capacidade de reformar o ambiente das maneiras mais profundas e duradouras.*<sup>61</sup>

Como vimos na primeira parte do capítulo, a região denominada “Oeste Paulista” possuía um povoamento esparso e tímido, baseado na produção de produtos integrados na economia de abastecimento e alimentação dos moradores da região, que era um lugar ermo e distante dos centros mais dinâmicos, como a região de Campinas, configurando, desta maneira, uma verdadeira boca de sertão, fato que perdurará até a introdução sistemática e expansão do cultivo da atividade cafeeira. Não obstante as dificuldades do sertão paulista, pode-se compreender pelo conjunto produtivo da região do sertão do rio Mogi-Guaçu, especialmente na área em que surgirá São Carlos do Pinhal, que havia, em 1836/1837, uma pequena e tímida produção de 8.081 arrobas de café. Sendo que a região ficará fundamentalmente entregue à dinâmica produtiva do mercado interno até meados da década de 1870, devido às dificuldades de escoamento da produção agrícola.

Vale ressaltar que o café foi introduzido no Brasil por volta de 1727, quando as primeiras sementes foram contrabandeadas pelo sargento-mor Francisco de Mello Palheta. Inicialmente, o café estabeleceu-se no Pará, com produções pequenas e esparsas, devido às poucas sementes trazidas por Palheta. Todavia, no ano de 1760, o café já havia sido introduzido na Província do Rio de Janeiro; porém nesses primeiros instantes o café foi tratado como planta ornamental porque “[...] tinha pequeno valor comercial, era cultivado basicamente em quintais e sítios,

---

<sup>60</sup> Lei nº 72 de 22 de abril de 1865. O Dr. João Crispiniano Soares, do Conselho de Sua Majestade, o Imperador e Presidente da Província de São Paulo, Faça saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e sanciona a lei seguinte: Artigo Único – Fica elevada à categoria de Vila a Freguesia de Belém do Descalvado, do município de São João do Rio Claro, com as mesmas divisas; revogadas as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. BELLI, Sonia. **Descalvado de 1809 – 1996**. Porto Ferreira, SP: Ed. Gráfica São Paulo. p. 123.

<sup>61</sup> KOTKIN, Joel. **A cidade: uma história global**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 18.

destinado sobretudo ao consumo doméstico, havendo pequeno excedente para a venda em cidades próximas”.<sup>62</sup>

Não obstante a parca produção cafeeira durante o século XVIII, o café já havia se propagado por quase todas as partes da colônia, servindo nesse período, fundamentalmente, às necessidades de consumo interno; apesar disso, segundo José Roberto do Amaral Lapa, havia modestas exportações de café para a Europa que se mantiveram com certa regularidade, especialmente na segunda metade do século XVIII.<sup>63</sup> Inicialmente, o café exportado era originário do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense; contudo, essa área limitada de produção cafeeira rompe-se no começo do século XIX, com a marcha insaciável do café, primeiramente atingindo a parte Sul, no perímetro da parte litorânea (Parati, Bananal, Ubatuba, São Sebastião) e no Vale do Paraíba, seguida pelas Zonas da Mata e Sul de Minas Gerais, e depois rumou para o Oeste (Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Itu) e finalmente atingiu toda a Província de São Paulo, buscando as excelentes terras roxas presentes no “Oeste Paulista”.<sup>64</sup> Podemos observar melhor a penetração da cafeicultura e sua importância, quando verificamos o avanço do café na pauta de exportação brasileira, durante o século XIX, conforme expresso na **tabela 6**.

**Tabela 6 - Principais produtos exportados pelo Brasil, 1821-1900.**

Decênio	Café	Açúcar	Fumo	Algodão	Borracha	Couro/Pele
1821-1830	18,4%	30,1%	2,5%	20,6%	0,1%	13,6%
1831-1840	43,8%	24%	1,9%	10,8%	0,3%	7,9%
1841-1850	41,4%	26,7%	1,8%	7,5%	0,4%	8,5%
1851-1860	48,8%	21,2%	2,6%	6,2%	2,3%	7,2%
1861-1870	45,5%	12,3%	3%	18,3%	3,1%	6%
1871-1880	56,6%	11,8%	3,4%	9,5%	5,5%	5,6%
1881-1890	61,5%	9,9%	2,7%	4,2%	8%	3,2%
1891-1900	64,5%	6,6%	2,2%	2,7%	15%	2,4%

**Fonte:** Adaptado de BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). **Na Estrada do Anhanguera:** uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 58.

Celso Furtado identifica que o primeiro passo a provocar o aumento produtivo do café no Brasil ocorreu no fim do século XVIII, quando a colônia francesa do Haiti,

<sup>62</sup> GRIEG, Maria Dilecta. **Café:** histórico, negócios e elite. São Paulo: Olho d'Água, 2000. p. 26-27.

<sup>63</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira.** 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998. p.12.

<sup>64</sup> SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Ed. Nacional e Ed. USP, 1968. p. 28.

maior produtora do período, entra em dificuldades devido à desorganização, o que conseqüentemente provoca o aumento do preço do café. Tal fato estimula a expansão interna dos cafeeiros, que vai ganhando maior destaque comercial durante as décadas iniciais do século XIX e, com sua expansão e ampliação, o café torna-se o epicentro da produção brasileira, por volta da metade do século XIX, pois o Brasil, especialmente o sudeste, possuía as condições ecológicas e botânicas fundamentais para o desenvolvimento da produção cafeeira.<sup>65</sup> Para Josef Love, a atividade cafeeira fundamentalmente necessitava:

Em 1º lugar, os cafeeiros precisam de um clima temperado e de certos tipos de solo, sendo que o melhor é a terra roxa em terreno elevado (para evitar geadas). Em 2º lugar, a produção de café requer a continua criação de novas plantações já que a planta se deteriora após algumas décadas, depois de ter despojado o solo de seus elementos nutrientes. Esses fatos botânicos, acompanhados do desejo de explorá-los, imprimiram à fronteira pioneira dois traços peculiares: caracterizou-se pela procura e apropriação de tabuleiros de terra roxa próximos a Campinas, na década de 1870, logo que se descobriu o valor desse tipo de solo para o cultivo do café.<sup>66</sup>

Sendo assim, o Brasil, a partir do século XIX, posicionou-se como fornecedor do café que era extremamente requisitado pelo mercado internacional, sendo que, no primeiro quartel do século XIX, os maiores compradores eram representados pelas praças europeias como: Bélgica, Holanda e os portos do Báltico; no entanto, na metade do século XIX, as exportações, tanto para a Europa como para os Estados Unidos,<sup>67</sup> equivaliam à média anual de 1,2 milhão de sacas de café para cada área consumidora.<sup>68</sup> Esse cenário vai provocar uma febre de expansão cafeeira pelo interior do Brasil, especialmente no interior da Província de São Paulo, havendo forte estímulo imperial para tal desenvolvimento e, também porque a

<sup>65</sup> FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 168-169.

<sup>66</sup> LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 20.

<sup>67</sup> A população dos Estados Unidos praticamente triplicou entre 1850 e 1900, o que aumentou de maneira muito ponderável o consumo de café. Pode-se argumentar em contrário, afirmando-se que uma parcela importante desse aumento é, de fato, transferência de população. O ponto importante a se notar, entretanto, é que mesmo essa transferência tende a aumentar o consumo, pois o imigrante entra em contato com uma população já habituada ao produto e, o que é mais importante, encontra melhores oportunidades para aumentar seu rendimento. Na Europa, ele era um consumidor potencial, mas nos Estados Unidos ele se transforma num consumidor atual. Outro aspecto importante do problema não diz respeito à evolução quantitativa da população americana, mas sim qualitativa. Desde 1850 é que se nota uma tendência muito clara ao envelhecimento da população norte-americana. Naquele ano, cerca de 52% da população era menor de 20 anos, contra menos de 45%, em 1900. Este fato produz uma elevação do consumo de café. DELFIM NETTO, Antônio. O Mercado Cafeeiro sem a intervenção governamental. In: PELÁEZ, Carlos Manoel; BUESCU, Mircea. **A Moderna História Econômica**. Rio de Janeiro: Apec, 1976. p. 47.

<sup>68</sup> JOHNSTON, E. ; MARTINS, M. **150 anos de Café**. 2ª ed. São Paulo: Salamandra Editorial, 1992. p. 156.





possibilidades de produção de café, expandindo, especialmente, nas áreas de Campinas, Bragança e Piracicaba. Para Sérgio Milliet, as atividades cafeeiras assenhorearam-se da área do sertão ao mesmo tempo, onde tanto a Mojiana e a Paulista progredem pelas novas áreas numa cadência idêntica, ressaltando que havia um insignificante atraso para a região da Paulista em relação à população, que será solucionado com o rápido avanço do café entre 1854/1886 na Paulista.<sup>70</sup> De acordo com Sérgio Milliet, as regiões possuíam as seguintes características:

**Tabela 7 – Quadro Populacional da Mojiana e Paulista, 1836-1935.**

Anos	Mojiana	Paulista
1836	20.341	2.764
1854	51.265	21.889
1886	163.831	133.697
1920	811.974	537.237
1935	845.442	661.920

**Fonte:** Adaptado de MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios:** contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4ª ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1982. p. 49.

**Tabela 8 – Produção cafeeira da Mojiana e Paulista, 1836-1935.<sup>71</sup>**

Anos	Mojiana	Paulista
1836	821	8.461
1854	81.750	223.470
1886	2.262.599	2.458.134
1920	7.852.020	4.148.462
1935	8.521.076	6.110.213

**Fonte:** Adaptado de MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios:** contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4ª ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1982. p. 49.

Evidencia-se, pelos dados acima, que a região da Paulista vai ter seu grande surto de expansão da atividade cafeeira entre 1854 a 1886, saltando de uma produção de 223.470 arrobas (1854) para um total de 2.458.134 arrobas (1886), tendo um crescimento vertiginoso na escala de 1.100%. Nesse ínterim, Descalvado – na região da Paulista, vai desenvolver e expandir suas atividades voltadas para a cultura do café e sofrerá as influências derivadas do complexo agrário-exportador, desenvolvido principalmente pela atividade nuclear do café.

<sup>70</sup> MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios:** contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4ª ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1982. p. 49.

<sup>71</sup> A produção de café está estimada em arrobas.

Os indicadores da produtividade na **tabela 8** indicam que as fazendas de café estavam ampliando sua área de ocupação, desbravando os rincões da Paulista, alcançando Limeira, Rio Claro, São Carlos e Araraquara. Mostra-se claramente que, anterior à penetração do café, havia apenas um povoamento espalhado e com atividades econômicas voltadas para o abastecimento interior. Tal fato somente vai mudar quando os cafeicultores percebem a potencialidade da região e iniciam o plantio sistemático do café, em que os fazendeiros cafeicultores na marcha itinerante buscavam as melhores condições para a produção cafeeira, especialmente a oferta de terras férteis – a famosa terra roxa<sup>72</sup> - devido às necessidades botânicas e ecológicas da rubiácea, e também por causa das técnicas agrícolas aplicadas na cafeicultura que provocavam:

O esgotamento do solo, provocado pelo desmatamento e queimadas sem qualquer preocupação de adubagem, sequer de aproveitamento dos detritos vegetais, contribuindo para extinguir a reserva de matéria orgânica, levou uma média de meio século para cada região anterior, após o que a produtividade foi acentuadamente caindo, bem como, por outro lado, as conjunturas favoráveis irão sendo responsáveis pelo deslocamento da fronteira do café para novas direções, em largas faixas de terra, geralmente tendo como divisores naturais os rios e recebendo nomes das ferrovias de que são tributárias.<sup>73</sup>

É fácil compreender-se que não havia somente as dinâmicas internas como fatores da expansão cafeeira pelos lugares ermos do sertão, especialmente na Província de São Paulo. Contudo, havia também os fatores externos; sem dúvida, nesse período da Segunda Revolução Industrial, em que os países europeus e, principalmente os Estados Unidos, eram grandes consumidores de café. Para Antonio Delfim Netto, houve um extraordinário progresso material da economia mundial, a partir da segunda metade do século XIX, no qual o elevado dinamismo da procura do café foi decorrente das taxas de aumento do rendimento per capita dos países consumidores que aumentou a procura por café de 5 milhões de sacas , nos

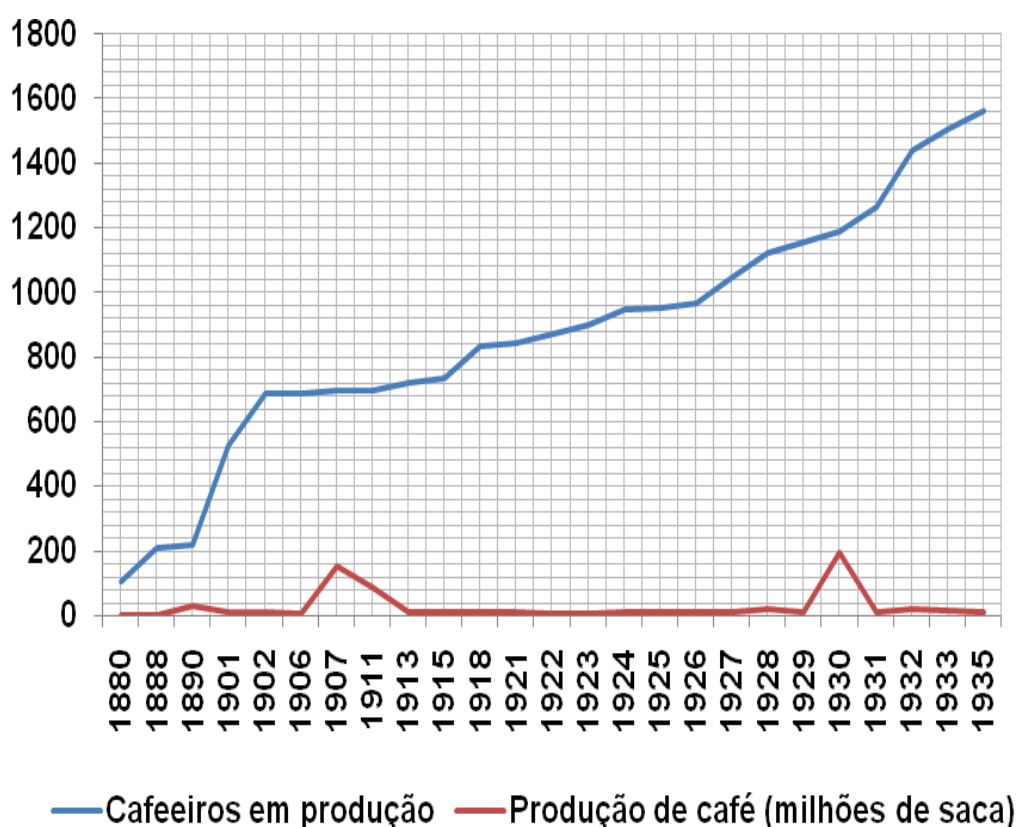
<sup>72</sup>As condições naturais no oeste de São Paulo são excelentes para o café. Uma camada de lava diabase, que um dia cobriu grande parte da área, se decompôs num solo poroso, rico em ferro e potássio, de que a planta do café precisa. Em algumas áreas de maior concentração, tal solo adquire uma aparência purpurina. Esta é a terra roxa, pela qual São Paulo se tornou famoso entre as regiões cafeeiras do mundo. Apenas cerca de 2% do planalto, no entanto, são cobertos pela verdadeira terra roxa. Uma área muito maior tem solos vermelhos, chamados massapé e salmourão, quase tão bons quanto a terra roxa. As fazendas espalharam-se por muitos tipos de solo, da terra roxa a áreas arenosas inferiores, conhecidas como terra branca, e mesmo nos solos menos férteis o clima é favorável ao café. HOLLOWAY, Thomas H., **Imigrantes Para o Café: café e sociedade em São Paulo, 1836-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 45.

<sup>73</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998. p. 40-41.

anos 1850, passando para pouco acima de 10 milhões, nos anos 1880 e chegando a cerca de 14 milhões, nos fins do século XIX.<sup>74</sup>

Deste modo, o grande surto cafeeiro vai ocorrer na Província de São Paulo durante os anos de 1850 a 1930, sendo o setor agrário-exportador o elemento fundamental da economia brasileira, quando “a partir de 1880, São Paulo tornou-se o maior produtor brasileiro de café. Em 1886, o Vale do Paraíba representava 25,3% da produção do Estado, superado pelo interior: Campinas (29%), Mojiana (23,7%) e a Paulista (22%)”.<sup>75</sup>

**Gráfico 2 - Expansão cafeeira no Estado de São Paulo, 1880-1935.**



Fonte: Adaptado de CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5ª ed. Campinas: UNICAMP. IE, 2007. p. 49.

Poder-se-á, por intermédio dos dados da **tabela 8**, perceber claramente que a dinamização da expansão da cultura cafeeira na região da Paulista ocorreu

<sup>74</sup> DELFIM NETTO, Antônio. O Mercado Cafeeiro sem a intervenção governamental. In: PELÁEZ, Carlos Manoel; BUESCU, Mircea. **A Moderna História Econômica**. Rio de Janeiro: Apec, 1976. p. 47.

<sup>75</sup> GRIEG, Maria Dilecta. **Café: histórico, negócios e elite**. São Paulo: Olho d'Água, 2000. p. 28.

especialmente a partir dos anos 1850. Sérgio Milliet, em seu estudo<sup>76</sup>, faz um levantamento geral da região, mas não parte para as especialidades de cada município, traçando um panorama das atividades, especialmente no tocante à produção cafeeira.

Fica claro que a abertura de novas fazendas e a integração na produção cafeeira nas novas áreas do interior paulista, a partir dos anos 1850, estava ocorrendo num momento em que o regime escravocrata já estava em decadência. Porém, o negro escravo foi fundamentalmente a mão-de-obra responsável pelo início das plantações na região, embora logo será substituído amplamente na região pelo trabalho do europeu imigrante, que ajudará a consolidar a produção cafeeira nas novas áreas produtoras do interior.

A seguir, partiremos para a compreensão do município de Descalvado, que estava alocado na região da Paulista, participando ativamente da produção cafeeira, a partir da década de 1870. Segundo Eunice Ribeiro Durham<sup>77</sup>, o desenvolvimento da produção cafeeira com as grandes fazendas de café ligadas ao mercado internacional começou entremeado por fazendeiros advindos das zonas paulistas mais antigas como: Capivari, Itu, Sorocaba, Campinas e, posteriormente, da região de Limeira. Inicia-se a ocupação da área, pois Descalvado possuía boas condições da famosa terra roxa<sup>78</sup> e apresentava altitude média de 670 a 685 metros, circundado pelo rio Mogi-Guaçu; essas eram condições extremamente perseguidas e valorizadas pelos grandes fazendeiros de café. Assim, começa a haver várias modificações nas relações econômicas e sociais no município, encadeadas pela produção cafeeira, pois os cafeicultores disponibilizavam e investiam capitais relativamente elevados na compra de escravos fundamentais para a abertura das novas fazendas.

---

<sup>76</sup> MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4ª ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1982.

<sup>77</sup> DURHAM, Eunice Ribeiro. **Assimilação e Mobilidade**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1966. p. 14.

<sup>78</sup> A qualidade das terras – os terrenos que se estendem entre o Mogy-Guassú e o Pardo constituindo os municípios de Santa Rita, São Simão e Ribeirão Preto, são em quase sua totalidade terra roxa de excelente qualidade para café. Não nos referimos, porém senão a zona que percorremos neste reconhecimento sem falar em Santa Rita, por serem inteiramente livres das mais fortes geadas. Especializaremos a parte do Ribeirão Preto que vai das cabeceiras do ribeirão da Onça pela cordilheira do Cascavel até a confluência desse ribeirão com o Mogy-Guassú, e daí, Mogy acima, até Avassununga. É verdadeiramente deslumbrante esta parte da Província. A terra roxa é à base de toda essa formação orographica. As matas indicam a maior fertilidade conhecida nesta Província pela abundancia do jaracatiá, do pau d'alho, da jangada brava, da ortiga e de outros indicadores infallíveis. In: Villas e Povoações, J.S. de Castro Barboza, Relatório da Cia. Paulista de Estradas de Ferro apud GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Caminhos para Santa Veridiana**: as ferrovias em Santa Cruz das Palmeiras. Santa Cruz das Palmeiras: A Cidade, 2003. p.10.

Apesar da crise do trabalho escravo, explicitam-se, nesse momento, que os escravos foram elementos fundamentais na formação das fazendas, como mão-de-obra inicial das grandes propriedades de café. Tal fato fica evidente por meio da análise das escrituras de hipotecas, pois muitas fazendas contavam com um número significativo de escravos, demonstrando os investimentos de capitais na região.

Em 1874, o Banco do Brasil concede a Antonio de Camargo Campos e sua mulher Dona Rita Antonia da Silva Terra, lavradores, residentes em Descalvado, a quantia de 120:000\$000. Foi elencado como garantia da hipoteca a área total da Fazenda “Santa Rita”, de cultura e campos com 1.400 alqueires e as seguintes benfeitorias:

320 mil pés de café, casa de vivenda assobradada, com os seguintes instrumentos: máquina de cilindro para beneficiamento do café movida a água, moinho de milho, rancho de tropas, casa coberta de telhas para camaradas e tropeiros, chiqueiros, terreiros, 5 carros ferrados com carretas, 50 bois de carro, 25 muares e como acessórios 121 escravos empregados na lavoura.<sup>79</sup>

Joaquim Candido de Almeida Leite e sua mulher Dona Idalina Francisca de Camargo; Antonio José Soares Fagundes e sua mulher Dona Maria Mandim, todos lavradores e sócios da firma sociedade agrícola Joaquim Candido e Fagundes, em 1877, captam o empréstimo de 110:000\$000 do Banco do Brasil. Como garantia foi dada a Fazenda “Sertãozinho”, com:

427 alqueires de terras, 75 mil pés de café formados e, aproximadamente, 45 mil novos pés de café, casa de vivenda e suas dependências, treze lanças de senzala, casa para empregados, estrebaria, grande paiol para milho, depósito para café, tulhas, moinho de milho, 14 bois de carro, 3 vacas de criar, 1 carro ferrado, 3 arados e como acessórios 51 escravos empregados na lavoura.<sup>80</sup>

No que se refere aos capitais investidos na região, a hipoteca firmada em 1878, por Reducino Teixeira de Camargo e sua mulher Dona Eulalia Umbelina de Camargo, junto ao Banco do Brasil, na quantia de 33:000\$000, tinha como garantia a Fazenda “São Domingos”, contendo: 136 alqueires de terras, 65 mil pés de café,

---

<sup>79</sup> Escritura de hipoteca nº 14. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro e Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>80</sup> Escritura de hipoteca nº 104. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro e Imóveis e Anexos de Descalvado.

casa de vivenda, tulha, senzalas, paiol, moinho, 2 casas de colonos, 4 monjolos, 1 casa de negócio à beira da estrada, 2 carros forrados, 2 bois de carro e como acessórios 20 escravos.<sup>81</sup>

Tais hipotecas abrem a percepção de que havia uma grande presença do braço escravo na composição das fazendas, entretanto permite-se também inferir que Descalvado estava vivendo um momento de modificações e encadeamentos provocados com a expansão da atividade cafeeira, tendo um aparelhamento misto e transitório. Assim, encontram-se tanto monjolos, instrumentos mais simples, e instrumentos mais modernos, como a máquina de beneficiar café movida a água, tulhas, depósitos para café, ou seja, havia um rearranjo para equipar melhor a produção de café, o que demonstra haver investimentos mais elevados na estruturação da atividade produtiva. E, também, havia a introdução ainda que incipiente da mão-de-obra assalariada, pois começavam a estabelecer as casas de colonos e empregados nas fazendas, concomitante com a fonte principal de mão-de-obra da fazenda – o escravo negro.

À medida que o café expandia-se pelo interior da Província de São Paulo, ocorriam indubitavelmente dificuldades enormes no escoamento da produção cafeeira, fato que afetou também o município de Descalvado. Segundo Flávio Azevedo Marques de Saes, na década de 1870, os tropeiros com suas mulas eram a única infraestrutura de transporte do sistema, pois somente assim as regiões mais distantes conseguiam escoar sua produção para o centro exportador, tornando-se o transporte, desta feita um peso elevadíssimo para os custos de produção.<sup>82</sup>

Portanto, no Brasil, especialmente na economia cafeeira, a introdução do sistema ferroviário de transportes foi um aspecto contundente sobre a infraestrutura de consolidação do complexo cafeeiro; havendo uma enorme influência dos fazendeiros cafeicultores para que o governo estabelecesse e aplicasse recursos públicos no desenvolvimento da instalação das ferrovias. Os fazendeiros cafeicultores buscavam romper, principalmente, com o gargalo dos transportes que limitava a distância dos cafezais, devido aos altos custos relativos aos transportes efetivados pelos tropeiros com suas mulas, aumentando assim suas possibilidades

---

<sup>81</sup> Escritura de hipoteca nº 136. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro e Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>82</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1981. p. 40-41.

de lucro com o barateamento do transporte do café.<sup>83</sup> Assim, os fazendeiros foram guiados para o sistema ferroviário<sup>84</sup> como melhor perspectiva para a solução do problema do custo de escoamento porque haviam observado as transformações decorrentes da introdução da ferrovia em países que já as haviam introduzido com sucesso. Desta maneira,

Fazendeiros de visão convenceram o governo provincial a colaborar com a administração central no sentido de garantir as taxas de lucro para as companhias ferroviárias. Estas expandiram suas operações rapidamente: São Paulo contava com 140 km de trilhos em 1870, 1.200, uma década mais tarde e 2.400, em 1890. Em 1937, o estado possuía 22% das linhas ferroviárias do país – 7.400 km, quase tanto quanto Minas Gerais, cujo território é duas vezes maior. Embora o sistema de estradas de ferro no Brasil já tenha sido criticado muitas vezes por sua falta de integração, São Paulo teve a sorte de construir um sistema regionalmente integrado. Além do mais, em termos de quilômetros quadrados, possui o sistema mais extenso em toda a América do Sul, com exceção da região dos pampas úmidos, em torno de Buenos Aires.<sup>85</sup>

Contudo, segundo Odilon Nogueira de Matos, a significativa expansão das ferrovias no Brasil, especialmente no complexo agrário-exportador do café, somente foi possível por meio da Lei nº 641, de 26 de junho de 1852. A Lei estabelecia duas condições inovadoras que estimularam a iniciativa de investidores na formação da infraestrutura ferroviária como: o privilégio de zona que determinava 5 léguas (trinta quilômetros) para cada lado do perímetro da linha férrea, ou seja, somente a

---

<sup>83</sup> Uma característica que divide o velho Oeste do novo Oeste tem, mais uma vez, relação com a rede de transporte. Os fazendeiros calcularam que o transporte em lombo de burro podia ser usado economicamente dentro de um raio de uns duzentos quilômetros, a partir do fim dos trilhos. Assim, depois de 1867 o café começou a se expandir muito mais para o interior do que seria aconselhável nos tempos pré-ferrovia. A construção de estradas de ferro nas zonas Central, Mogiana e Paulista só ocorreu depois de o café estar bem estabelecido nessa área. As ferrovias eram construídas para explorar o potencial mercante de áreas que antes já eram supridas por tropas de mulas, e não para abrir territórios virgens. HOLLOWAY, Thomas H., **Imigrantes Para o Café: café e sociedade em São Paulo, 1836-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 40-41.

<sup>84</sup> Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular. Mal tinham as ferrovias provado ser tecnicamente viáveis e lucrativas na Inglaterra (por volta de 1825-30) e planos para sua construção já eram feitos na maioria dos países do mundo ocidental, embora sua execução fosse geralmente retardada. As primeiras pequenas linhas foram abertas nos EUA em 1827, na França em 1828 e 1835, na Alemanha e na Bélgica em 1835 e até a Rússia em 1837. Indubitavelmente, a razão é que nenhuma outra invenção revelava para o leigo de forma tão cabal o poder e a velocidade da nova era; a revelação fez-se ainda mais surpreendente pela incomparável maturidade técnica mesmo das primeiras ferrovias. [...] A estrada de ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia. HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. p. 72.

<sup>85</sup> LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 23-24.



companhia férrea detentora da linha poderia atuar nessa área determinada; e também estabelecia a garantia de juros até 5%.<sup>86</sup>

É evidente que, a partir do estabelecimento da Lei, houve uma pressão do setor cafeeiro extremamente bem organizada pelos fazendeiros devido às demandas relativas ao transporte, haja vista as dificuldades provocadas pelo gargalo do escoamento da produção e, também visando buscar, fundamentalmente, uma alternativa mais rápida e viável que diminuísse os custos operacionais relativos ao transporte. Inicia-se, assim, na Província de São Paulo, em 24 de novembro de 1860, a construção da ferrovia Santos-São Paulo; porém, essa ferrovia extremamente lucrativa com apenas 139 quilômetros de extensão, único tronco que ligava ao porto de escoamento da produção cafeeira, foi construído somente por capital inglês controlado por investidores capitalistas ingleses. Por isso, a ferrovia ficou conhecida pela alcunha de “A Inglesa”, pois, desta feita, estava estabelecido o monopólio aos ingleses sobre a chegada do café ao porto de Santos.<sup>87</sup>

A partir do rompimento dessa inércia relativa aos transportes ferroviários, abriram-se negociações entre Saldanha Marinho e a companhia inglesa, objetivando-se estabelecer o prolongamento da linha férrea inicial até a região produtora de Campinas; mas os ingleses deixaram bem claro que não estavam interessados em desenvolver a ampliação da ferrovia para o interior. Sendo assim, em reunião realizada, em 30 de janeiro de 1868, foram aprovados os estatutos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro de Jundiaí a Campinas. A reunião foi presidida pelo Senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, sendo a mesa diretora composta pelos senhores Bernardo Gavião Peixoto, Martinho da Silva Prado e Falcão Filho.<sup>88</sup>

Desta forma, as obras de construção da Companhia Paulista de Estrada de Ferro até Campinas foram finalizadas em 11 de agosto de 1872, por causa da iniciativa dos fazendeiros, pois houve a formação do espírito associativo, aglutinando o recurso de várias famílias para a implantação da ferrovia. É interessante observar que o café<sup>89</sup>

---

<sup>86</sup> MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1990. p. 63-64.

<sup>87</sup> HOLLOWAY, Thomas H., **Imigrantes Para o Café**: café e sociedade em São Paulo, 1836-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 22.

<sup>88</sup> MATOS, op. cit., p. 78.

<sup>89</sup> Todas as ferrovias no Centro-Sul do Brasil estavam intimamente ligadas ao café. Um explorador norte-americano comentou que a Estrada de Ferro D. Pedro II ‘foi construída para transportar café, este é seu negócio principal e quase que sua única fonte de receita’. De igual maneira, nos dois primeiros meses de operações da São Paulo Railway Company mais da metade da carga transportada foi café. Quando no ano seguinte o tráfego na linha aumentou em 36%, a explicação podia ser encontrada no ‘rápido desenvolvimento’ da produção de café. Quando as exportações de café aumentavam, os lucros subiam; e quando diminuían, os lucros caíam. Foi, portanto, a demanda do mercado internacional que fez do café um produto importante, e foi a busca desse produto cuja cotação subira

foi o elemento definidor da instalação das ferrovias, pois o alto custo do transporte prejudicava muito a atividade cafeeira, sendo que:

Em 1863, antes da chamada da estrada de ferro, os custos de transporte de Campinas a Santos representavam mais de 40% do preço de exportação. É provável que, em média, a ferrovia tenha reduzido os custos do frete a 20% do preço vigente no porto. Na década de 1920, as despesas com transporte representavam pouco mais de um décimo dos gastos correntes incorridos pelos fazendeiros.<sup>90</sup>

No que se refere ao impacto da implantação da ferrovia na vida da Província de São Paulo, poder-se-á destacar que a estrada de ferro colaborou para a incorporação de novos hábitos e amplificou a interligação do circuito cafeeiro de forma dinâmica com a economia nacional e mundial. E também ascendeu São Paulo de uma área de importância periférica secundária para uma área altamente proeminente e pujante da economia brasileira. Sobre o impacto das ferrovias, Ana Luiza Martins resume, assim, as transformações:

Antes da instalação da ferrovia, o transporte de toda a produção do Brasil, fosse ela de açúcar, ouro, algodão e agora café, era feito em lombo de burros, através de imensas tropas de muares que desde o extremo sul do país chegavam até os centros consumidores mais distantes atingindo os portos do litoral [...] Entretanto, à proporção que o café avançava para o interior, o custo desse transporte aumentava. Quanto maior a distância entre a fazenda e o porto de escoamento, mais se elevava o frete e menor era o lucro do fazendeiro. A situação chegou a um ponto em que plantar café além de Rio Claro, então “boca do sertão”, passou a ser inviável devido ao alto frete. [...] A solução foi a ferrovia [...] Com a locomotiva chegou o progresso. As distâncias encurtaram, os fazendeiros não mais permaneciam nas fazendas, construindo seus palacetes nas cidades e sobretudo em São Paulo, conhecida então como Capital dos Fazendeiros. Com a facilidade dos transportes, promoveram-se melhoramentos urbanos que embelezaram as cidades. Até a circulação de notícias se fez com mais rapidez, com o transporte de jornais das capitais para o interior. Eram os novos tempos.<sup>91</sup>

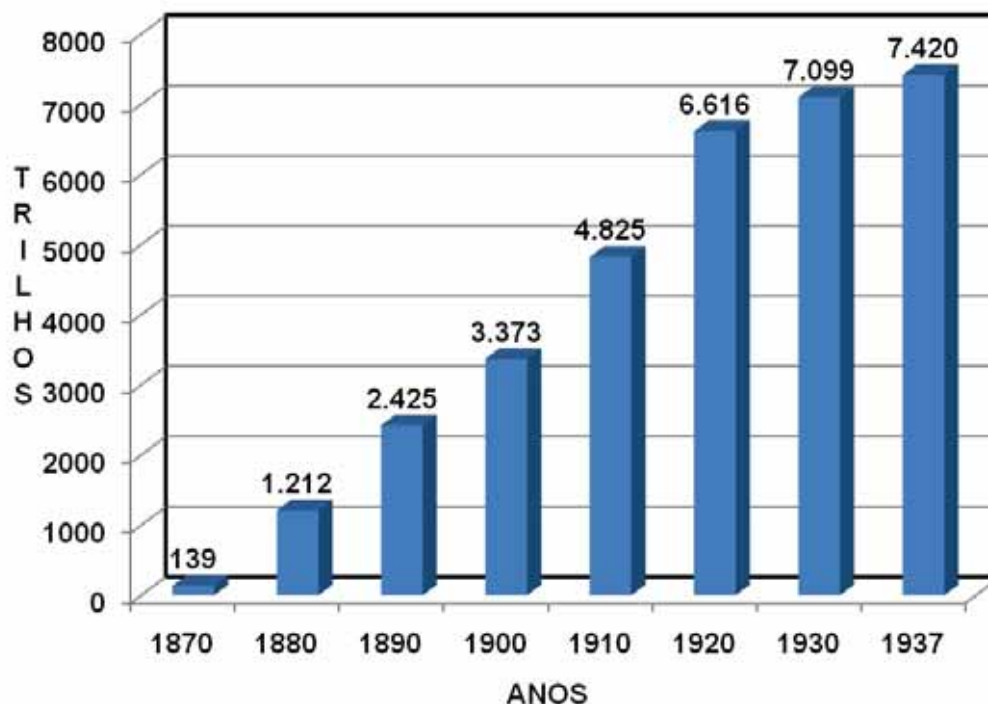
---

recentemente que levou as ferrovias a entrar pelo interior. ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de; NICOL, Robert. **Economia Agrícola**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987. p. 176.

<sup>90</sup> LOVE, Joseph. **A Locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 68.

<sup>91</sup> MARTINS, Ana Luiza. **Império do Café**: a grande lavoura do Brasil, 1850 a 1890. 16ª ed. São Paulo: Atual, 1990. p. 15-16.

**Gráfico 3 – Crescimento das Ferrovias em São Paulo, 1870-1937.**  
(em quilômetros de trilhos)



**Fonte:** Adaptado de LOVE, Joseph. **A Locomotiva:** São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 94.

Podemos observar que a malha ferroviária teve um grande avanço posterior à sua introdução na Província de São Paulo, quando a Companhia Paulista de Estrada de Ferro avançou rapidamente pelo interior da província, chegando até Santa Bárbara, em agosto de 1875, Limeira, em junho de 1876, Rio Claro, agosto de 1876, Araras, em abril de 1877, Leme, em setembro de 1877, Pirassununga, em outubro de 1878 e Porto Ferreira, em janeiro de 1880.<sup>92</sup>

**Tabela 9 – Expansão da malha ferroviária de São Paulo, 1867-1940.**

Ano	São Paulo	Paulista	Mojiana	Sorocabana
1867	139	-	-	-
1870	139	-	-	-
1875	655	58	106	108
1880	1.212	224	203	145
1885	1.640	243	368	186
1890	2.425	250	784	340
1895	2.962	791	833	636

<sup>92</sup> MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias:** a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1990. p. 84.

Ano	São Paulo	Paulista	Mojiana	Sorocabana
1900	3.373	807	909	905
1905	3.843	1.055	1.048	940
1910	5.204	1.151	1.194	1.310
1915	6.293	1.161	1.347	1.466
1920	6.616	1.245	1.347	1.707
1925	6.823	1.283	1.347	1.864
1930	7.101	1.475	1.347	1.867
1935	7.366	1.497	1.347	2.100
1940	7.540	1.512	1.347	2.144

Fonte: Adaptado de SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1981. p. 29.

Em Descalvado, a estrada de ferro - organizada pela Companhia Paulista - chegou em 07 de novembro de 1881, em terreno doado pelo Dr. Manoel Batista da Cruz Tamandaré, proprietário da Fazenda “Boa Esperança” (Tamandaré). Fica evidente a grande participação dos fazendeiros cafeicultores na expansão da ferrovia pelo município, haja vista a composição da comissão responsável por preparar a festa de inauguração da ferrovia. Tal comissão era composta por membros do comércio e da lavoura, sendo a mesma, amplamente, dominada pelos membros da atividade cafeeira.<sup>93</sup>

Para Flávio Azevedo Marques de Saes, as novas ferrovias implantadas na Província de São Paulo eram estradas de ferro voltadas exclusivamente ao transporte de café, sendo os caminhos da estrada de ferro na maioria dos casos ligados aos caprichos das grandes fazendas de café e a posição das cidades do café.<sup>94</sup>

Assim, com a inserção da ferrovia em Descalvado, o universo se desabrochou com as condições favoráveis para a expansão da atividade cafeeira como um organismo multifacetado, que pulsava e empurrava as perspectivas econômicas do município. Colaboraram para essa expansão também os mecanismos internacionais e a economia mundial, consubstanciados pelo caráter imperativo do capitalismo que

<sup>93</sup> Representantes da Lavoura: Dr. Ângelo Pires Ramos, Antonio Leocádio de Matos, Antonio de Camargo Campos, José Ferreira de Figueiredo, Francisco José de Araújo Lima, Dr. Vitor Meyer, Arthur Horácio d’Aguiar Whitaker, Antonio José de Araújo, José Elias de Toledo Lima, Antonio Gonçalves Correia de Moura, Antonio Francisco de Arruda e Frederico Ernesto de Aguiar Whitaker. Representantes do Comércio: Francisco de Paula Carvalho, Gabriel Amâncio Lisbôa, Bernardino de Sena Mota Magalhães, José Nunes da Costa e Manoel Martins de Oliveira. BELLI, Sonia. **Descalvado de 1809 – 1996**. Porto Ferreira, SP: Ed. Gráfica São Paulo. p. 93.

<sup>94</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1981. p. 33.

imprimiram a dinâmica da atividade cafeeira no Brasil. Desta maneira, a incipiente atividade cafeeira já instalada no município de Descalvado encontrava o grande motor de estímulo para o crescimento da sua produção, com a chegada da ferrovia que inseria a zona produtora distante ao porto exportador<sup>95</sup> e, conseqüentemente, a integração à economia do mundo por intermédio da atividade nuclear do café.

Evidencia-se, assim, um processo de dominação e subordinação em duas esferas: na primeira seria a relação local entre o município produtor Descalvado com o centro dinâmico da província – o município de São Paulo; e a segunda, por consequência, seria a dependência internacional, onde a região produtora devido aos interesses do capital industrial que estavam se consolidando na Europa, forçavam o Brasil a ser um mero fornecedor de produtos primários requisitados nos mercados industriais. Segundo João Manuel Cardoso de Melo, o caráter primário-exportador introduzido no Brasil foi decorrente, principalmente, porque as exportações do café figuravam como a única possibilidade autônoma de crescimento da renda, representando o mercado externo como centro dinâmico da economia.<sup>96</sup> Em vista disso, resumidamente, o capitalismo industrial apresenta como alvitre a organização de uma periférica zona produtora de produtos primários de exportação em massa.<sup>97</sup> Desta feita, a posição do Brasil, na economia mundial foi consubstanciada pela subordinação, onde:

[...] as diferentes economias “nacionais” são ligadas por relações de subordinação-domação. As leis que asseguram a reprodução ampliada do capital em escala mundial asseguram ao mesmo tempo ‘uma forma determinada de dominação-subordinação das diferentes formações sociais, a reprodução do sistema das posições correspondentes a essas relações de dominação-subordinação, os ritmos desiguais de desenvolvimento que resultam dessas posições e as condições de troca que delas resultam’. Ao nível da formação social, obstáculos e elementos motores são efeitos contraditórios de uma mesma estrutura, a estrutura econômica própria à formação social em via de desenvolvimento capitalista à época da dominação das relações capitalistas em escala mundial. [...] Essas relações,

---

<sup>95</sup> Em todos os casos trata-se da infra-estrutura orientada essencialmente para o exterior e cuja função é drenar a produção de determinada localidade do país para o porto que comunica com a atividade produtora com os centros consumidores de ultramar. E isto gera uma característica muito peculiar nos sistemas de transporte que tais países herdaram do período de expansão exportadora: esses sistemas de transportes apresentam a singularidade de levar carga praticamente num só sentido – da área produtora ao porto de exportação. O volume de carga que percorre caminho inverso é de mínima importância porque, como logo veremos, a população desse tipo de países tende a concentrar-se nos portos de exportação ou nas cidades principais. SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo.** São Paulo: Ed. HUCITEC, 1981. p. 32.

<sup>96</sup> MELLO, João Manuel de. **O Capitalismo Tardio.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. p. 29.

<sup>97</sup> *Ibid.*, p. 45.

apesar de implicarem em formas de dominação políticas e ideológicas tão violentas quanto às da época colonial, apóiam-se fundamentalmente sobre relações econômicas. As relações de dominação-subordinação internacionais que caracterizam o mundo a partir do final Século XIX são o resultado – ou melhor, uma manifestação – da dominação e reprodução das relações capitalistas em escala mundial.<sup>98</sup>

Está claro que, à medida que a expansão do café e a conseqüente formação do complexo cafeeiro foi orquestrada pela consolidação do capitalismo industrial, este, como um regente (maestro), determinava aos músicos (fazendeiros cafeeiros) de que maneira a música deveria ser executada. Apesar disso, no tocante ao mercado interno, houve o domínio dos fazendeiros cafeeiros, pelo qual esses agentes dominadores do principal produto gerador de renda do país – o café - foram responsáveis pela consolidação de um intrincado sistema de proteção à atividade cafeeira, baseado no domínio político, pelo qual levaram à criação de um circuito favorável voltado a beneficiar suas atividades, estabelecendo uma rede amplamente interligada na principal região produtora, a Província de São Paulo. Tal rede integrada somente foi desenvolvida graças à preponderância paulista no cenário político nacional, sendo que “[...] nos primeiros anos da República, São Paulo liderava indiscutivelmente a vida política nacional, fato claramente evidenciado pelo controle que a máquina política estadual exerceu sobre a presidência, durante 12 anos, a partir de 1894”.<sup>99</sup>

Nota-se, indubitavelmente, pelos dados apresentados sobre Descalvado que o café já estava presente anteriormente à implantação da ferrovia, todavia o binômio café/ferrovias será fundamental para a inserção do município nas novas perspectivas, pelas quais “os desenvolvimentos tecnológicos no transporte e a comunicação, que virtualmente assimilam uma nova época na história humana, acentuaram o papel das cidades como elementos na nossa civilização [...]”.<sup>100</sup> Fundamenta-se o café como mediador das transformações juntamente com a expansão das ferrovias, onde por intermédio desse binômio café/ferrovias, tivemos a formação do complexo cafeeiro. O aprofundamento dessa relação provocou o maior fenômeno de urbanização da América do Sul, advinda, fundamentalmente, do

---

<sup>98</sup> SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1995. p. 20-21.

<sup>99</sup> LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 149.

<sup>100</sup> VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 93.

caráter imperativo impetrado pela amálgama das necessidades impostas pelo motor econômico – o café.

A partir da volúpia de expansão do café no complexo cafeeiro, florescem as circunstâncias adequadas para o estabelecimento de uma rede urbana com uma hierarquização entre as cidades produtoras e o centro mais dinâmico. Nesse cenário, teremos a cidade de São Paulo como a cidade alfa, ou seja, a cidade centralizadora e hospedeira de parte da riqueza produzida pelo café; também haverá as cidades betas, como o caso de Campinas, que será um centro menos dinâmico dentro do complexo cafeeiro; e, por fim, as cidades gamas, essencialmente especializadas na produção cafeeira, no nosso caso, o município de Descalvado. Segundo Joel Kotkin, as cidades são consideradas a maior invenção da humanidade, pois representam as maiores protagonistas do movimento e do desenvolvimento de parte da arte, da religião, do comércio e da tecnologia presentes na vida dos homens, possuindo três princípios críticos para determinar sua saúde, que são: o aspecto sagrado, a segurança, a projeção de poder e, o comércio com o papel centralizador das relações na circunscrição da cidade.<sup>101</sup>

Fica evidente que as cidades do complexo cafeeiro nasceram como derivativos das interações da atividade cafeeira, tendo o desenvolvimento das cidades íntima relação com a comercialização do café, em que a rede urbana surgida dentro do complexo cafeeiro fazia a interligação entre o interior e a capital, disparando um processo de intercâmbio e trocas que beneficiam ambas as partes. Essa necessidade de abastecimento e trocas desenvolveu um circuito entre as cidades, pelo qual a cidade alfa era o centro mais dinâmico, concentrando a organização do sistema e do aparelhamento necessário para manter as atividades e, por isso, ficava com grande parte dos recursos gerados pelo café; a cidade beta que possuía uma posição intermediária no circuito e a cidade gama que era extremamente especializada na produção, ficando somente com os sobejos do circuito.

De acordo com Paul Singer, a partir da década de 1860, com o surto de avanço do café pelo “Oeste Paulista”, a cidade de São Paulo começa a ampliar e assumir o papel de grande centro comercial do café. Rapidamente, São Paulo desenvolve o aparelhamento necessário para solver as necessidades da atividade

---

<sup>101</sup> KOTKIN, Joel. **A cidade**: uma história global. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 18-20.

cafeeira, pois “em 1873 havia em São Paulo apenas 4 estabelecimentos: 2 agências e 2 casas bancárias. Em 1889 existiam em São Paulo 5 bancos, além de 2 sucursais de bancos estrangeiros (ingêses)”.<sup>102</sup> Deste modo, tornava-se também São Paulo um centro financeiro/bancário, responsável por agenciar os recursos e ativos vitais para a manutenção da atividade cafeeira. Conforme houve a expansão da cafeicultura, São Paulo assume cada vez mais seu papel preponderante, sendo que nas primeiras décadas do século XX já era área protagonista da dinâmica do complexo cafeeiro. Também tornava-se um centro de atração de povos diversos, com diferentes culturas, havendo “[...] interações sutis e vívidas [...] onde surgem as novas variedades e os novos tipos sociais.”<sup>103</sup>

Deve-se ressaltar que a cidade de São Paulo estava a passar, no início do século XX, por inúmeras tentativas de realinhamento urbanístico, fruto de projetos de influência europeia, cujo objetivo e desejo das elites eram promover a imagem de progressistas e de modernos perante a sociedade. Não obstante os projetos urbanísticos à moda europeia, sempre houve exacerbadas discussões acerca de qual modelo deveria ser aplicado para o melhoramento da infraestrutura da cidade, visto que existiam vários projetos de grupos dissonantes que lutavam para efetivá-los, sendo que as elites nunca chegaram a um consenso sobre qual seria o melhor projeto para realizar as reformas, pois o processo de modernização era:

[...] parcial e excludente por sua própria natureza, o processo de modernização urbana tornara-se espelho dos mecanismos mais gerais que banalizavam a construção do país. Permaneciam as profundas fraturas sociais herdadas da escravidão e do latifúndio, e persistiam no poder os setores tradicionais, configurando um quadro de resistências que limitaria qualquer mudança. A modernidade seria usufruída por poucos, mesmo porque sua disseminação efetiva exigiria o questionamento de nossas estruturas de dominação, propriedade fundiária e divisão social. No seu lugar, teríamos apenas a eterna miragem da modernização.<sup>104</sup>

Deve-se destacar que somente traçamos uma breve e singela apresentação sobre as transformações implantadas na cidade alfa – São Paulo<sup>105</sup>, dentro das relações desenvolvidas no complexo cafeeiro, em razão de não ser nosso objetivo

<sup>102</sup> SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Nacional e Ed. USP, 1968. p. 33.

<sup>103</sup> VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 61-62.

<sup>104</sup> CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 24.

<sup>105</sup> Para melhor esclarecimento sobre as transformações da cidade de São Paulo, ver: CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.



principal; contudo, São Paulo será o centro dinâmico de concentração do complexo cafeeiro, formando um sistema integrado entre as cidades presentes no circuito de comercialização da atividade nuclear – o café. Nota-se, a formação de uma hierarquia entre as cidades e suas funções, pois, segundo Fernand Braudel:

Não há cidade nem vila que não tenha as suas aldeias, a sua porção de vida rural anexa, que não imponha ao seu “plat pays” as comodidades do seu mercado, a utilidade de suas lojas, dos seus pesos e medidas, dos seus prestamistas, dos seus juristas, até de suas distrações. Para existir, ela tem de dominar um império, por minúsculo que seja.<sup>106</sup>

Não obstante a força centralizadora da cidade principal, Fernand Braudel evidencia haver a necessidade de um conjunto de cidades secundárias que suprimiriam as necessidades de abastecimento das cidades mais dinâmicas, havendo, assim, uma interação entre a cidade principal e as secundárias<sup>107</sup>, cada qual se integrando sobremaneira conforme as necessidades do circuito. Por esse enquadramento da hierarquia e das funções estabelecidas pelas cidades do circuito, fica a dúvida, no caso do complexo cafeeiro, sobre como ocorria o desenvolvimento das cidades gamas amplamente especializadas na produção de café para a cidade alfa de São Paulo. Sendo assim, agora veremos o município de Descalvado, especialmente no que se refere às atividades relativas a cidade, ou seja, os reflexos e os encadeamentos provocados pela atividade cafeeira na área urbana do município.

A cidade de Belém do Descalvado floresce profundamente combinada com as atividades desenvolvidas pelo complexo cafeeiro, no qual graças a esse pilar econômico o número de municípios de São Paulo cresceu de 46 em 1850, para 261 em 1934.<sup>108</sup> Ainda que a atividade cafeeira continuasse a ser a força econômica motriz da economia local, a partir dos fins da década de 1880<sup>109</sup> a cidade começava

<sup>106</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. As Estruturas do Cotidiano. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 442.

<sup>107</sup> Ibid., p. 462.

<sup>108</sup> HOLLOWAY, Thomas H., **Imigrantes Para o Café: café e sociedade em São Paulo, 1836-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 33.

<sup>109</sup> O “Almanach Comercial e Industrial da Província de São Paulo”, de 1885, atribui à vila de Belém do Descalvado “200 e tantas casas”, 2 largos, 10 ruas, 1 igreja e 2 capelas. A vila possuía então duas sociedades recreativas e uma tipografia que imprimia um jornal semanal. Serviam a população 3 advogados, 3 médicos, 2 farmacêuticos, 2 dentistas e 3 professores de música. Possuía “diversos” estabelecimentos comerciais e artesanais. DURHAM, Eunice Ribeiro. **Assimilação e Mobilidade**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1966. p. 37.

a pulsar de uma maneira diferente e agir num ambiente com maiores índices de relações sociais na esfera urbana, sendo que as cidades aparecem “[...] como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, caldeiam constantemente a vida dos homens”.<sup>110</sup> Embora esse caráter transformador característico da essência das cidades, Descalvado manterá o seu vínculo irrestrito com o campo porque todas as cidades:

[...] para além de características diversas, originais, todas falam obrigatoriamente uma mesma linguagem fundamental: o diálogo ininterrupto com o campo, necessidade primordial da vida cotidiana; a presença das pessoas, tão indispensável como a água para a roda do moinho; o orgulho citadino, o desejo de as cidades se distinguirem uma das outras; a sua situação obrigatória no centro de redes de ligações mais ou menos longínquas; a sua articulação com os seus arrabaldes e com outras cidades. Nunca uma cidade se apresenta sem o acompanhamento de outras cidades. Umas senhoras, outras servas ou mesmo escravas, estão ligadas, formam uma hierarquia, na Europa, na China ou em qualquer lugar.<sup>111</sup>

Cumpram ressaltar ainda que “[...] outra característica comum a todas as cidades, e que, no entanto, está na origem das suas diferenças profundas de fisionomia, é que todas elas são produtos das suas civilizações”.<sup>112</sup> Percebe-se que tal fato marcará profundamente a cidade de Descalvado no seu desenvolvimento e, principalmente, no desenrolar dos problemas sucedidos de nossa herança portuguesa, pois a cidade sempre estará impregnada pela falta de planejamento na organização espacial do município – elemento amplamente característico de nossa colonização portuguesa, onde:

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena [...]”.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. As Estruturas do Cotidiano. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 439.

<sup>111</sup> Ibid., p. 441.

<sup>112</sup> Ibid., p. 464.

<sup>113</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 110.

No que se refere às reformas urbanísticas, a cidade gama de Descalvado, ao contrário da cidade alfa de São Paulo, nunca teve discussões sobre projetos urbanísticos para aparelhar e melhorar a vida dos cidadãos no seio da cidade. Em vista disso, nunca houve ao menos um delineamento inicial que discutisse projetos de urbanização para a cidade de Descalvado; no entanto, às vezes, houve algumas intervenções municipais em alguns problemas decorrentes do crescimento sem organização da área espacial da cidade, sendo apenas pequenas corruptelas paliativas que funcionavam como medidas tampão.

A primeira intervenção significativa foi a permissão do poder público para o estabelecimento de casas para a venda de gêneros alimentícios na cidade. Tal fato ocorreu em virtude da crise relativa ao abastecimento de gêneros alimentícios, entre 1850 e 1855, que grassou profundamente a cidade. E porque as casas de secos e molhados não possuíam uma boa estrutura, sendo construídas de paredes de taipa, no qual os alimentos eram armazenados e vendidos sem nenhuma higiene. Tal situação das casas de secos e molhados perdurará até 1877, quando o governo municipal tomou a frente e construiu uma Praça de Comércio, que também era um prédio sem boa estrutura, com 5 quartos sem as mínimas condições de higiene e bom atendimento à população; essa situação somente melhorará em 1877, com a construção do Mercado Municipal, organizado pela comissão de Obras Públicas de Descalvado.<sup>114</sup>

Outra medida visando a melhoria do espaço urbano foi tomada em 07 de junho de 1890, quando a Câmara Municipal lançou um edital para a construção do Matadouro Municipal. A construção deveria ser realizada por investimentos privados mediante concessão do privilégio de uso por algum tempo. Concorreram para a construção os sócios Vicente Sessa Augusto de Castro e Joaquim Ribeiro de Castro Paranhos contra Augusto Arouche, em que ambos apresentaram a mesma proposta relativa aos preços cobrados para abater os animais<sup>115</sup>; porém venceu a licitação os sócios Vicente e Joaquim porque apresentaram o privilégio de uso de 12 anos contra 15 anos de Augusto Arouche. A partir da escolha dos vencedores, as obras

---

<sup>114</sup> KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. **Conheça Descalvado**. p. 19. Disponível em: <http://www.descalvadoonline.com.br/conhecadescalvado/index.htm>. Acessado em: 04 Setembro 2011.

<sup>115</sup> Ibid., p. 89 - Em 7 de julho de 1890 Vicente Sessa Augusto de Castro e Joaquim Ribeiro de Castro Paranhos propunham a construção de um matadouro [...] na chácara do finado Antônio Joaquim Bueno, tudo conforme planta por ele apresentada e mediante o privilégio de 12 anos e o direito de poderem cobrar durante esse tempo as taxas de 4\$000 por cabeça de rês, 2\$000 por cabeça de porco, 1\$500 por cabeça de carneiro ou cabrito e \$500 por cabeça de leitão, que forem abatidos no Matadouro por eles construído. Idêntica proposta fez o cidadão Augusto Arouche, pedindo o privilégio pelo tempo de 15 anos.

de construção foram realizadas, sendo o Matadouro Municipal inaugurado em 13 de abril de 1891.<sup>116</sup>

Percebe-se que o pouco interesse nas reformas eram uma constante devido à composição da Câmara Municipal que era responsável por fazer os planejamentos necessários para amparar e desenvolver a infraestrutura da cidade. A Primeira Câmara foi estabelecida em 01º de janeiro de 1866, composta pelos seguintes membros:

Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho (fazendeiro), Antônio de Camargo Campos (fazendeiro), José Elias de Toledo Lima (fazendeiro), Feliciano Alves de Oliveira (fazendeiro), Bernardino José Pereira (fazendeiro), Gabriel Amâncio Lisbôa (comerciante e comissário de café) e José Gonçalves de Araújo (indefinido).<sup>117</sup>

Assim, pode-se inferir que a cidade era apenas um apêndice para os fazendeiros que buscavam somente garantir e manter principalmente a produção cafeeira por meio do poder político e de benfeitorias parciais no ambiente citadino, que era apenas uma extensão dos núcleos produtores de café; todavia era fundamental manter sob seu domínio a extensão urbana como uma área de influência dos cafeicultores, pois a cidade representava a autonomia do município, permitindo, desta maneira, aos cafeicultores um poder muito maior e mais dinâmico na circunscrição do município.

Como vimos, o município estava sob controle dos fazendeiros cafeicultores que controlavam o aspecto político, fundamentado na força econômica da atividade cafeeira; sendo que o município e, principalmente, a cidade serão desenvolvidos graças à associação de diferentes etnias e culturas, influenciadas por fatores internos e externos. Internamente houve grande migração de mineiros nos anos iniciais do século XIX, entretanto, foi com a expansão da atividade cafeeira, em Descalvado, que o município aumentaria significativamente sua população, devido a chegada dos imigrantes na sua maioria italianos, e em menor escala alemães e portugueses, que buscavam as grandes fazendas produtoras de café da região. Tal fato da chegada dos imigrantes italianos era oriundo da consolidação na economia mundial da divisão internacional do trabalho, em que o Brasil se encaixou nesse

---

<sup>116</sup> KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. **Conheça Descalvado**. p. 88-89. Disponível em: <http://www.descalvadoonline.com.br/conhecadescalvado/index.htm>. Acessado em: 04 Setembro 2011.

<sup>117</sup> Ibid., p. 25-26.

contexto como fornecedor de matéria-prima, no caso o café, pois os imigrantes italianos eram requisitados na Província de São Paulo – maior produtor de café – para servirem como a mão-de-obra assalariada necessária para manter os cafezais e a lucratividade dos cafeicultores.

**Tabela 10 – População do município de Descalvado, 1854-1950.**

Anos	Descalvado
1854	2.430
1874	5.709
1886	8.257
1900	23.838
1920	22.035
1934	19.182
1940	16.467
1950	14.113

**Fonte:** Adaptado de DURHAM, Eunice Ribeiro. **Assimilação e Mobilidade.** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1966. p. 59.

Segundo Fernand Braudel, “uma cidade não pode viver se não garantir o seu fornecimento de gente. Atrai pessoas. E as pessoas vão muitas vezes por si até as suas luzes, as suas liberdades reais ou aparentes, os seus salários melhores”.<sup>118</sup> Por intermédio dessa perspectiva, a cidade de Descalvado terá seu desenvolvimento sustentado amplamente pelo impulso da imigração italiana, em que os italianos buscavam o ambiente citadino permeado pelo caráter libertário da mesma, atraídos pelas atividades comerciais presentes na cidade, porque “[...] qualquer cidade, seja ela qual for, é antes de tudo um mercado”.<sup>119</sup> A presença italiana na cidade fica clara, com a análise de Eunice Ribeiro Durham, que identifica entre 1900 e 1905, as seguintes atividades exercidas por italianos:

[...] 3 armazéns, 2 lojas de tecidos, 2 lojas de calçados, 4 bares e sorveterias, 2 joalherias, uma casa de louça e ferragens, uma quitanda e um botequim. São mencionados também 10 outros negociantes cujo ramo não se especifica. Além desses estabelecimentos puramente comerciais encontram-se em mãos de italianos 3 marcenarias e carpintarias, 3 alfaiatarias, 4 barbearias, 2 açougues, 2 oficinas, 2 padarias, uma selaria, uma funilaria, uma cocheira de animais de aluguel, uma fábrica de macarrão, uma fábrica de manteiga e uma torrefação e moinho de café. São também

<sup>118</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo:** séculos XV-XVIII. As Estruturas do Cotidiano. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 449.

<sup>119</sup> Ibid., p. 459.

italianos 2 fotógrafos, 2 parteiras diplomadas, 2 empreiteiros construtores, um modista, diversos músicos e professores de música, os dois maestros da banda da cidade, um afinador de piano, um sapateiro e um guarda-livros. Mencionam-se ainda 2 padres, um dentista, 4 farmacêuticos, 2 médicos e um advogado, 3 engenheiros e um veterinário. Além dessas ocupações, os italianos emprestam a juros, possuem uma casa bancária, dirigem a Empresa de Fôrça e Luz e ocupam grande número de empregos públicos municipais (carroceiro, porteiro, veterinário, delegado, inspetores sanitários). Há na cidade 2 sociedades italianas (posteriormente reunidas em uma única, a “Fratelanza Italiana”) e uma escola ítalo-brasileira.<sup>120</sup>

Nessa perspectiva de mudança no ambiente citadino, percebe-se que nas crises rotineiras da atividade cafeeira, alguns imigrantes se libertavam e buscavam a cidade, visando encontrar melhores condições de vida. E assim, a cidade começa a pulsar de forma extremamente diferente, com a abertura de novos estabelecimentos comerciais, artesanais e prestadores de serviço, ativados graças às especializações profissionais dos imigrantes e sua integração na cidade. Dessa forma, as relações comerciais estimulam a circulação de dinheiro<sup>121</sup> e, fundamentalmente, a cidade deixara de ser um simples apêndice da atividade cafeeira, formando assim um circuito na área do município entre a zona rural e a zona urbana, pois a cidade passou a exercer o papel de fornecedora de produtos e de serviços para a manutenção da produção cafeeira como: a fabricação de carroças, arreios, móveis e também o conserto das máquinas agrícolas, veículos e instrumentos agrícolas.

Como pode-se observar, a cidade começa a se expandir pelos arredores vizinhos, aumentando sua área urbana devido à ampliação e ao desenvolvimento das relações comerciais no município. Porém, sua ampliação foi consubstanciada **stricto sensu** pela desordem na ocupação da área espacial urbana, sendo a presente desorganização um elemento característico de nossa herança colonial portuguesa. Cumpre ressaltar que as novas construções urbanas fundamentalmente estavam concentradas na área de influência do quadrilátero pertencente ao Patrimônio da Igreja Matriz, porque já havia uma pré-estrutura apropriada para o desenvolvimento das atividades comerciais, artesanais e da prestação de serviços.

---

<sup>120</sup> DURHAM, Eunice Ribeiro. **Assimilação e Mobilidade**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1966. p. 39.

<sup>121</sup> [...] que anda de mão em mão, que estimula a troca, paga os aluguéis, as rendas, os rendimentos, os lucros, os salários – esse dinheiro que entra nos circuitos, força-lhes as portas, acelera-lhes a velocidade, esse dinheiro é um bem capital. BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. Os Jogos das Trocas. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 209.

Outra consequência derivada da diversificação dos ramos comerciais foi a melhoria expressiva da cultura material, especialmente nas construções urbanas, em que as moradias urbanas passam a ser construídas de tijolos com cobertura de telhas de barro, os quartos passam a ser ladrilhados, juntamente aparecem os cômodos forrados e assoalhados, algumas casas possuíam muros de tijolos nos quintais; mas a frente das casas era sem muros, sendo constituídas de uma porta e normalmente 2 janelas, e algumas casas possuíam um portão lateral que dava acesso ao quintal.<sup>122</sup> Percebe-se, desta maneira, as vinculações entre o mercado municipal (interno) com o mercado central, principalmente São Paulo e outras cidades mais dinâmicas do circuito, no qual havia uma ligação entre os três mercados existentes: mercado municipal, mercado nacional e o mercado internacional por intermédio das interações inerentes do complexo cafeeiro, no qual as ferrovias eram as artérias de ligação responsáveis por abastecer a rede comercial interna dos produtos requisitados, alimentando assim a rede de relações comerciais do complexo cafeeiro.

Apesar da diversificação das atividades econômicas do município, especialmente na cidade, cabe ressaltar a forte presença dos fazendeiros cafeicultores fundamentados no sistema capitalista, formando “[...] um grupo, uma categoria, quase uma classe à parte na sociedade”<sup>123</sup>; em que os fazendeiros cafeicultores estavam sempre presentes nas principais decisões relativas ao município e à cidade, pois os fazendeiros cafeicultores agiam como um vírus que estava constantemente em busca da melhoria da atividade cafeeira, visando fazer a organização do município a fim de que permitisse a maximização dos seus lucros.<sup>124</sup>

A despeito do domínio político e econômico, os fazendeiros cafeicultores sempre gozaram da simpatia dos habitantes do município, pois utilizavam estratégias engenhosas, intrincadas e astutas para ludibriar a população local, sendo que os cafeicultores sempre tomavam a frente dos projetos de infraestrutura, trazendo algumas melhorias paliativas, como: a construção do hospital, o fornecimento de água e a energia elétrica que eram elementos amplamente reivindicados pelos cidadãos, colocando-se assim como beneméritos da comunidade descaldadense, porque apesar das reformas serem singelas, sempre

---

<sup>122</sup> Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875 e 2RH 1883. Oficial de Registro e Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>123</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. Os Jogos das Trocas. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 204.

<sup>124</sup> Ibid., p. 216.

causava um grande impacto na população, contribuindo para identificar os fazendeiros cafeicultores como homens benfeitores da sociedade local.

No que tange à conquista da simpatia da população, o fato mais marcante foi a primeira reforma da Igreja Matriz, em 1875, quando a comissão responsável pela obra foi composta pelos seguintes fazendeiros cafeicultores: Antônio de Camargo Campos, Joaquim Félix Pereira de Carvalho, Arthur Horácio D'Aguiar Whitaker e Antônio Leocádio de Matos, sendo que a reforma finalizada custou 80:000\$000.<sup>125</sup> Cumpre destacar a grande doação feita por José Elias de Toledo Lima (futuro Barão de Descalvado) e Antônio de Camargo Campos – ambos eram fazendeiros cafeicultores - que contribuíram juntos com o valor de 24:644\$920, o equivalente a 30,8% do custo total da obra.

Pode-se inferir que a doação e a reforma da Igreja Matriz organizadas pelos fazendeiros visavam engendrar na população local a imagem dos cafeicultores como generosos católicos benfeitores, marcando sua presença por intermédio do caráter religioso. Assim, firmava-se a impressão ideológica de grandes personalidades e homens fiéis, apelando para a grande religiosidade da população, pois o novo prédio seria a marca indelével e material da generosidade dos fazendeiros cafeicultores no seio da sociedade descaldense, sendo que:

As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.<sup>126</sup>

Nota-se que, apesar do complexo cafeeiro e sua dinâmica transformarem o universo gravitacional da cidade de Descalvado, fundamentando novas relações sociais, econômicas e políticas por meio da ampliação das atividades comerciais; a formação do circuito local somente deu ocasião a pseudo-integrações no campo de ação cidadão, pois a cidade estava sob domínio dos fazendeiros cafeicultores que

---

<sup>125</sup> BELLI, Sonia. **Descalvado de 1809 – 1996**. Porto Ferreira, SP: Ed. Gráfica São Paulo. p. 59.

<sup>126</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 10.



realizavam algumas alterações modernizadoras, que visavam o controle e a dominação da vida urbana como forma de garantir o fortalecimento da atividade cafeeira. Desta maneira, a cidade nunca conseguiu cumprir seu verdadeiro caráter libertário, que é criar cidadãos plenos e conscientes, porque o caráter modernizador implantado pelos fazendeiros cafeicultores:

[...] compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes [...] a modernização, pelo que seu toque voluntário, senão voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes [...] ao contrário da modernidade, cinde a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira do que na segunda.<sup>127</sup>

---

<sup>127</sup> CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p.27.

## CAPÍTULO 2 NA ÓTICA DOS CREDORES: O FORNECIMENTO DE CRÉDITO PARA A ATIVIDADE CAFEEIRA

### 2.1 As nuances da atividade cafeeira no município de Descalvado

*A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores.*<sup>128</sup>

Neste capítulo, vamos voltar nosso foco, especificamente, para a ótica das relações econômicas do complexo cafeeiro no município de Descalvado, no qual buscaremos a compreensão sobre como ocorriam as operações de crédito tão essenciais para a manutenção da atividade nuclear – o café. Não obstante a preocupação principal ser o fornecimento de crédito na atividade cafeeira, cabe frisar que as questões culturais e políticas também estarão presentes na análise, pois o complexo cafeeiro foi fundamentado por todas essas partículas que estavam profundamente interligadas e amalgamadas no circuito de comercialização do café. Busca-se, assim, uma maior compreensão das relações impetradas pelo circuito do café, pois segundo Fernando Novais “[...] a História trata sempre de todas as esferas da existência, porque o historiador visa sempre a reconstituir os acontecimentos, não apenas explicá-los”.<sup>129</sup>

É importante ressaltar que caminharemos em nossa análise pelo período em que a atividade cafeeira era a principal atividade econômica do Brasil, sendo que, a partir de 1850, São Paulo tornou-se o grande produtor de café da sociedade brasileira, graças à taxa de crescimento da demanda mundial de café que teve como estimativa o crescimento de 2,7% ao ano, durante o intervalo de 1830 a 1900, possuindo uma taxa de crescimento maior do que o PIB dos países desenvolvidos,

<sup>128</sup> HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século xx – 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13.

<sup>129</sup> NOVAIS, Fernando Antônio. **Aproximações**: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 401.

que ficou em torno de 2,1% ao ano no mesmo intervalo.<sup>130</sup> Assim, o café se tornará entre 1850 e 1930<sup>131</sup> – o principal produto de exportação brasileira, pois os fazendeiros cafeicultores começaram uma intensa marcha itinerante por melhores áreas de produção cafeeira, marcando profundamente a fisionomia da Província de São Paulo, o principal epicentro produtor de café:

Na sua itinerância, cansaria terras, abandonaria regiões, mataria cidades. Faria conjugar verbos no passado, como lembrou Monteiro Lobato em deliciosa crônica sobre as “cidades mortas”, as cidades que viviam do café e que morreram quando ele, na sua trajetória, procurou outras regiões. Mas, por outro lado, povoaria regiões novas, abriria zonas pioneiras, plantaria um rol de cidades vivas, que durante muito tempo vão viver do café, e as quais, quando ele as abandonou, sempre na sua itinerância, procurarão outros embasamentos econômicos e às vezes de tal maneira que, visitando-as hoje, nem nos lembramos de que ali, um dia existiu café.<sup>132</sup>

Por esse prisma acima, partiremos para a compreensão das relações da atividade cafeeira no município de Descalvado, no intervalo de 1873 a 1915, buscando compreender como o município se integrou e reagiu na esfera do circuito de comercialização do café estabelecido na Província de São Paulo, em que Descalvado foi, indubitavelmente, contagiado e influenciado pela atividade cafeeira, visando perceber as repercussões e as reações no âmbito desse município voltado, fundamentalmente, para a produção cafeeira.

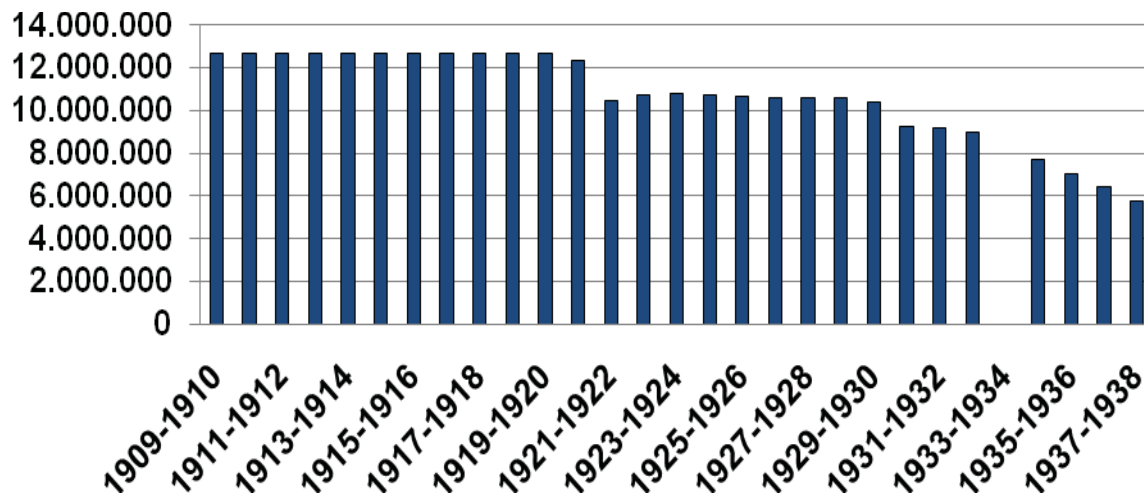
---

<sup>130</sup> JOHNSTON, E. ; MARTINS, M. **150 anos de Café**. 2ª ed. São Paulo: Salamandra Editorial, 1992. p. 18.

<sup>131</sup> Sabemos que a grande lavoura foi o esteio da economia nacional até o fim da Primeira República; também, que as extensas culturas de produtos primários produzidos para a exportação baseavam-se em poucos produtos dos quais o café assumiu a liderança (já nos anos trinta do século XIX), seguido pelo açúcar; igualmente, sabemos que a exportação desses produtos mantinha os níveis crescentes do saldo da balança de pagamentos. Por esse motivo, interessa referir-nos aqui à evolução da técnica nas propriedades agrícolas, destacando inicialmente a lavoura cafeeira e as plantações de cana-de-açúcar, principais produtos das exportações brasileira na segunda metade do século. MAURO, José Eduardo Marques. Os Primórdios do Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1850-1930). In: PELÁEZ, Carlos Manoel; BUESCU, Mircea. **A Moderna História Econômica**. Rio de Janeiro: Apec, 1976. p. 139.

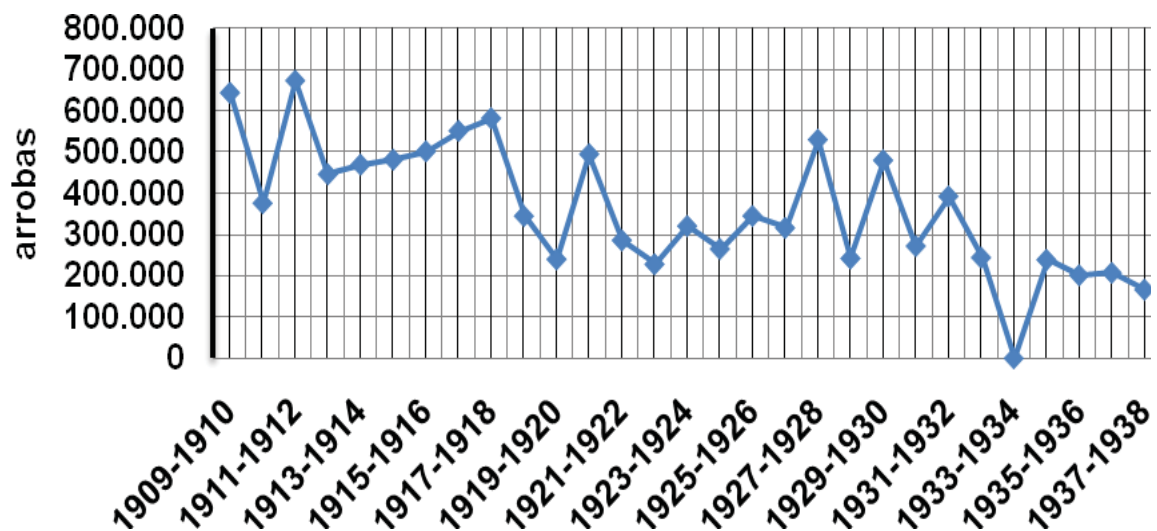
<sup>132</sup> MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1990. p. 43.

**Gráfico 4 - Quantidade de pés de café produzindo no município de Descalvado, 1909-1938.**



Fonte: São Paulo. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1919, 1929, 1937-1938.

**Gráfico 5 – Produção efetiva dos cafeeiros no município de Descalvado, 1909-1938.**



Fonte: São Paulo. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1919, 1929, 1937-1938.

Nota-se, pelos **gráficos 4 e 5**, a importância da atividade cafeeira no município de Descalvado, pois o número de pés de café atingiu seu ápice por volta da década de 1910, contando com o número total de 12.683.100 cafeeiros. Também

fica claro que o número de cafeeiros manteve-se no mesmo patamar dos 12 milhões de pés até o ano de 1921, sendo que a partir de 1922 o número de cafeeiros teve uma queda significativa para o montante um pouco acima dos 10 milhões de cafeeiros, que foram mantidos nesse nível até o ano de 1930. Na década de 1930, sentiu-se a queda abrupta do número de cafeeiros para a casa dos 9 milhões de pés nos anos iniciais e continuou seu declínio até o ano de 1938, quando tinha aproximadamente 5,7 milhões de pés, sendo que a atividade cafeeira jamais voltaria a se portar como a principal atividade econômica produtiva do município.

No que se refere à produção cafeeira, percebe-se que a produção em Descalvado sempre contou com oscilações abruptas na quantidade de arrobas produzidas pelos cafeeiros, sendo que as maiores produções foram nos anos de 1909/1910 e 1911/1912, quando foram produzidas, respectivamente, 643.750 e 673.180 arrobas de café; nos demais anos, a produção teve diminuições significativas, contando somente com uma produção expressiva entre os anos de 1914 e 1918, que ficou em cerca de 500.000 arrobas de café.

Durante os próximos anos, a atividade cafeeira mostrou uma vigorosa produção somente nos anos 1920/1921, com 495.000 arrobas, e nos anos 1927/1928 com 530.000 arrobas; nos demais anos, a produção oscilou enormemente entre 200.000 e 340.000 arrobas produzidas de café. Comparando com Casa Branca no mesmo período, percebe-se que Descalvado chegou ao apogeu por volta de 1909/1910 na quantidade de pés de café, sendo que o apogeu dos cafeeiros em Casa Branca, segundo Rodrigo Fontanari<sup>133</sup>, somente vai acontecer na metade da década de 1920, contando com 10 milhões de cafeeiros. No entanto, percebe-se que, apesar de Descalvado sempre contar com mais cafeeiros do que Casa Branca, a produção de arrobas de café em Casa Branca sempre foi superior à produzida em Descalvado. Para uma breve comparação, utilizaremos os anos de 1909/1910, em que Casa Branca produziu 700.000 arrobas de café com seus 8 milhões de cafeeiros; já Descalvado produziu 643.750, apesar de contar com mais de 12 milhões de cafeeiros. Tal fato, indubitavelmente, evidencia que a produção cafeeira teve diferenças na sua composição nos municípios especializados na atividade nuclear – o café, o que nos leva a compreender como a cafeicultura

---

<sup>133</sup> FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento:** uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista – Casa Branca (1874-1915). 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011. p. 74.

afetou diferentemente o desenvolvimento dos municípios produtores, dentro do complexo cafeeiro paulista.

Apesar da dilatada função desempenhada pela dinâmica da plantação cafeeira, é importante frisar que a produção cafeeira sofria um ciclo de vicissitudes constantes em relação à antecipação de crédito para manter as atividades produtivas do complexo cafeeiro. Tal fato colocava, obviamente, os fazendeiros cafeicultores num ciclo constante em busca de crédito para manter sua produção, o que provocou o estabelecimento de um circuito financeiro fornecedor de crédito baseado na cobrança de juros entre o credor e o devedor. Nota-se que a formação desse ciclo vicioso ocorreu, principalmente, devido aos métodos e às técnicas incorretas estabelecidas pelos fazendeiros cafeicultores, o que obrigava a constante renovação dos cafezais para buscar aumentar sua produção.

No que se refere às técnicas e aos métodos de produção, o principal aspecto adotado pelos fazendeiros cafeicultores certamente foi a extrema falta de preocupação com o aprimoramento da produção e a preservação das condições do solo. As operações de cuidado da lavoura cafeeira eram rústicas, pois imperava o uso da enxada e da foice<sup>134</sup> para a manutenção dos cafeeiros e para abrir novas lavouras aplicava-se a coivara à moda indígena, pela qual o preparo do solo consistia primeiramente na derrubada das árvores e, em seguida, ateava-se fogo no solo para tirar os resíduos. Isso provocava a desestabilização no equilíbrio do solo, pois havia a eliminação da matéria orgânica e dos detritos vegetais, o que comprometia a qualidade do solo, levando ao seu esgotamento.

Segundo José Roberto do Amaral Lapa, essa falta de preocupação dos fazendeiros cafeicultores foi o fator fundamental no deslocamento da atividade cafeeira, porque a produtividade decrescia nas regiões devido à rusticidade das técnicas agrícolas, suportando uma produção razoável somente por meio século.<sup>135</sup> Ainda havia a falta do estabelecimento interno de estudos relativos à compreensão da produção de café, sendo que os poucos manuais que auxiliavam os fazendeiros a produzir o café eram inadequados por serem claramente singelas traduções de

---

<sup>134</sup> Dois instrumentos de trabalho são fundamentais e quase exclusivos na grande lavoura cafeeira – a enxada e a foice -, ferramentas tradicionais do trabalhador da terra em nosso país. Ajustavam-se à rusticidade da mão-de-obra escrava, à organização do trabalho coletivo, como também às condições topográficas do Vale do Paraíba. Este se manteve sempre como o domínio irredutível da enxada nas lavouras cafeeiras. O despertar do interesse pelo arado ou charrua, entre os fazendeiros de café, parece datar dos anos 70. CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sergio Buarque (Coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 116-117.

<sup>135</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998. p. 40-41.

obras estrangeiras, sem falar que eram poucos os fazendeiros alfabetizados, o que provocava o emperramento da utilização desses manuais.<sup>136</sup> Outro fato importante era que:

“[...] os cafeicultores paulistas não tendiam a ver a terra como um patrimônio ancestral, a ser conservado. Consideravam-na um fator de produção e estavam constantemente a comprar novas propriedades à medida que as velhas perdiam sua fertilidade”.<sup>137</sup>

É importante ressaltar que esse desprezo pelo cuidado da terra relativo à aplicação de melhores técnicas agrícolas foi amplamente sustentado pela disponibilidade de terra<sup>138</sup>, principalmente no “Oeste Paulista” e pelos baixos preços da terra como fator de produção, até a década de 1910. Quando a especulação entre 1912 e 1927, segundo Josef Love, provocou o aumento do valor da terra em 30 vezes.<sup>139</sup>

Outro fator importante relativo à constante necessidade de crédito, refere-se ao contínuo plantio de novos cafezais efetivado pelos fazendeiros cafeicultores, pois o café possuía como principal característica botânica um grande tempo de maturação para que a planta atingisse sua vida adulta produtiva; geralmente, o ciclo de desenvolvimento dos novos pés de café demorava de 3 a 4 anos para ocorrer a primeira florada, sendo que a maturidade plena ocorria entre 6 e 8 anos.<sup>140</sup> Durante esse ciclo, o cafeicultor deveria manter constantemente os cuidados rotineiros de manutenção do cafezal, sendo o principal aspecto operacional a carpa<sup>141</sup> do cafezal efetivada pelos funcionários da fazenda, e para manter o funcionamento e os

<sup>136</sup> MAURO, José Eduardo Marques. Os Primórdios do Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1850-1930). In: PELÁEZ, Carlos Manoel; BUESCU, Mircea. **A Moderna História Econômica**. Rio de Janeiro: Apec, 1976. p. 139.

<sup>137</sup> LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 83.

<sup>138</sup> Não resta dúvida que o desenvolvimento da cafeicultura contava também com fatores propícios. O mais importante foi, sem dúvida, a disponibilidade de terras. Tinha a seu favor terras arroteáveis e o estatuto legal que regia a ocupação. CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In. HOLANDA, Sergio Buarque (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 108.

<sup>139</sup> LOVE, op. cit., p. 66.

<sup>140</sup> Registre-se que no ciclo de vida do cafezal novo, uma vez que tenha este sido plantado em condições favoráveis de clima e solo, pode ter a sua florada mais significativa já no terceiro ano, a partir de quando a produção média por pé vai num crescendo, sendo o melhor rendimento atingido aos 7 ou 8 anos, prolongando-se dos 15 aos 20 anos, excepcionalmente até os 40 anos, sempre de maneira irregular de um ano para o outro, embora a árvore possa viver outro tanto de anos. LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998. p. 23.

<sup>141</sup> Nos anos 70 tendia-se em São Paulo à prática de maior número de carpas, em geral quatro, mas até oito, nas melhores fazendas. Já se entendia que “lavar a terra equivale a adubá-la, chegando à planta as ervas carpidas, que acolchoam o solo e impedem a evaporação”. “Uma limpa equivale a uma chuva”, dizia o provérbio dos lavradores de café. Desde os anos 60 aconselhava-se a utilização das cascas do café como adubo e o sombreamento das plantações, mas nem os escritos nem o exemplo de uns poucos conquistaram muitos discípulos. CANABRAVA, op. cit., p. 116.

cuidados da fazenda nesse período de espera de maturação do cafezal, os fazendeiros recorriam aos empréstimos para fazer o pagamento dos custos operacionais devido ao grande tempo de espera.<sup>142</sup>

Além dessas inconstâncias do sistema cafeeiro, deve-se frisar que ainda havia as complicações ocasionadas na comercialização do café, pois segundo Delfim Netto o preço do café sofria da condição de inelasticidade determinada pelas nuances dos mercados varejistas dos países compradores, seja nos Estados Unidos ou na Europa; tal fato provocou sérias crises econômicas no Brasil, juntamente com as políticas inadequadas e equivocadas sancionadas pela política brasileira altamente dominada pelos fazendeiros cafeicultores.<sup>143</sup>

Nessa interface, dividiremos nossa análise sobre as perspectivas econômicas do café e suas oscilações no município de Descalvado, no interstício de 1873 a 1915, em cinco sub-períodos que são: de 1873/1881, de 1882/1890, de 1891/1899, de 1900/1908 e de 1909/1915, porque compreendemos ser a mais prudente forma de analisar as dificuldades enfrentadas pela atividade cafeeira.

No que tange às fontes cartoriais presentes no “Oficial de Registro e Imóveis e Anexos de Descalvado”, cumpre ressaltar que arrostamos com um mistifório em relação às atividades profissionais dos credores constantes nos processos cartoriais, em que as funções profissionais não eram definidas com clareza, pois ocorria constantemente o aparecimento de pessoas exercendo a função de fazendeiro em determinado ano e em outros anos aparecia somente como proprietário, demonstrando, assim, haver certa indiferença com relação à nomenclatura das atividades profissionais, especialmente no que tange à qualidade dos credores.

É importante frisar que seria praticamente complicado e impossível, empreendermos nossa análise, se seguíssemos a complexidade e a confusão relativas às atividades profissionais; por isso torna-se fundamental, a adoção de uma padronização das atividades profissionais, visando equilibrar e auxiliar o desenvolvimento da pesquisa; sendo assim, vamos adotar a padronização

---

<sup>142</sup> Apesar da pouca precisão das informações a respeito do rendimento dos cafeeiros, é mais ou menos evidente que o proprietário territorial que objetivava tornar-se fazendeiro só poderia auferir renda capitalista do solo depois de um longo período de tempo, provavelmente do sexto ano em diante, pois só a partir daí poderia lançar no mercado valores suficientes para cobrir os custos de produção, o lucro do empreendimento e ainda a renda da terra. Antes disso, além de não auferir renda, teria que, como capitalista, assalariar trabalhadores para cuidar dos cafeeiros durante todo o período sem realizar nenhum valor. Acresça-se a isto as despesas com a construção do terreiro, da tulha, das casas dos trabalhadores etc. SALLUM JÚNIOR, Brasília. **Capitalismo e cafeicultura**: Oeste paulista, 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982. p. 27.

<sup>143</sup> DELFIM NETTO, Antônio. **O Problema do Café no Brasil**. São Paulo: Publicado para o Instituto de Pesquisas Econômicas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. p. 54-55.



estabelecida no trabalho de Rodrigo Fontanari - *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista, Casa Branca (1874-1914)*, pela qual:

Priorizamos por aquelas denominações que mais se repetiram, salvo no caso dos tidos como “capitalistas”, que uma vez denominados assim, fizemos uso dessa classificação. A designação capitalista não pressupunha empréstimos eventuais, mais sim enquadravam aqueles sujeitos que praticavam a atividade creditícia com certa constância, uma espécie de agiota nos dias de hoje. Os negociantes e comerciantes correspondem àqueles sujeitos que vivem ou mantêm negócios de compra e venda de mercadorias, seja em escala local ou não, salvo os fazendeiros que possuíam vendas, que foram classificados como “lavradores”. Destacamos, como veremos adiante, diferentes escalas de atuação nesse segmento, pois em muitos casos havia uma nítida separação entre varejistas, que atuavam no âmbito local, e atacadistas, que possuíam estabelecimentos nos centros urbanos de maior volume. Quanto aos classificados como proprietário há uma grande alternância nas escrituras, designando: proprietários urbanos, como era mais comum; donos de casa de aluguel ou de prédios para negócios, rentistas, e até mesmo proprietários rurais de pequenas posses, como os donos de chácaras. Foi o segmento mais lacônico, ou seja, o mais difícil de se avaliar, pois não especificava realmente uma ocupação em si; mas, no geral, foi utilizado para designar um agente do meio citadino. Reservamos a classificação de comissários a todas as empresas ou elementos que atuassem a partir de Santos ou São Paulo, e que se ocupavam com a compra e venda exclusiva do café. A princípio, eram agentes independentes, prevalecendo o caráter pessoal nos negócios, mas com o passar dos anos, e com o incremento das atividades, transformaram-se em casas com alto grau de especialização nos negócios de compra, classificação e ensacamento do café, atuando não só no mercado nacional, entre o porto e as fazendas, mas sim se conectavam diretamente com o mercado externo. Em relação aos Bancos, adotamos, grosso modo, a designação de nacionais e internacionais, de acordo com a origem de seus capitais. Houve, contudo, uma diversidade significativa quanto à natureza desses bancos, ou seja, a princípio eram em sua maioria do Rio de Janeiro. Como o incremento da economia cafeeira em São Paulo, tencionou-se para os bancos paulistas a maioria dos empréstimos nessas agências; e mais tarde aparecem os capitais internacionais sendo investido diretamente no café – isso após o primeiro plano de defesa que o governo adotou. Houve também um breve surto de bancos locais, principalmente nas cidades do interior, posteriormente ao estabelecimento do Convênio de Taubaté, em 1906. Optamos por designar os fazendeiros de lavradores, pois é assim que mais foram mencionados nas escrituras, referindo-se tanto aos grandes proprietários quanto aos pequenos proprietários, que cuidavam da terra com a própria força de trabalho; não entendemos aqui o lavrador com sendo um trabalhador rural assalariado, mero instrumento braçal. Colocamos as várias profissões liberais – médicos, advogados, empreiteiros, pedreiros,

ferreiros, sapateiros, empregados públicos, empregados de companhias ferroviárias, farmacêuticos etc – que de alguma forma escapam das denominações que demos acima, como outros.<sup>144</sup>

Até agora, tivemos a preocupação de estabelecer os parâmetros fundamentais que devem balizar nossa pesquisa para que possamos atingir nosso objetivo primordial, que é a compreensão de como ocorriam as transações econômicas no epíteto regional, especialmente nas formas desenvolvidas relacionadas ao fornecimento de crédito para a atividade nuclear – o café, especificamente no município de Descalvado. Cumpre frisar que buscamos nessa análise esclarecer como o município especializado fundamentalmente na produção de café, teve sua organização e o seu desenvolvimento no conjunto das relações desenvolvidas na esfera do complexo cafeeiro.

A partir desse momento, vamos dar entrada em contato mais especificamente no âmbito das relações regionais, visando analisar os impactos econômicos e as influências nas relações do município de Descalvado, derivados do crédito multifacetado<sup>145</sup> que foram manifestados nas diferentes formas de financiamento na cadeia creditícia desenvolvida pelo complexo cafeeiro. Para iniciarmos nossa compreensão dos aspectos econômicos no município de Descalvado, focaremos nosso exame nos processos hipotecários e nos penhores agrícolas, dirigindo nosso olhar para o desempenho e o papel dos credores na área de ação do fornecimento de crédito tão fundamental para a manutenção da produção cafeeira.

## **2.2 Os empréstimos fornecidos na dinâmica da produção cafeeira no município de Descalvado**

*Se o capitalismo está em casa na esfera da circulação, nem por isso lhe ocupa todo o espaço. Onde, só onde as trocas são ativas, ele encontra habitualmente suas linhas e lugares de eleição. Interessa-se pouco pelas trocas tradicionais, pela economia de mercado de reduzido alcance. Mesmo nas regiões mais desenvolvidas, há tarefas que ele assume, outras que partilha, outras que não lhe interessam e*

---

<sup>144</sup> FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento**: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista – Casa Branca (1874-1915). 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011. p. 84-86.

<sup>145</sup> Ibid., p. 86.

*deixa claramente de lado. Nessas escolhas, o Estado ora é seu cúmplice, ora o importuno, o único importuno que às vezes pode substituí-lo, afastá-lo ou, pelo contrário, impor-lhe um papel que não teria desejado.*<sup>146</sup>

Como vimos, o café teve sua espetacular expansão, no espaço do período monárquico, onde a atividade cafeeira provocou um conjunto de transformações no cenário agrícola brasileiro, pelo qual durante o século XIX, o café desenvolveu-se, especialmente na parte meridional do país, encontrando na Província de São Paulo seu grande palco de atuação e isso provocou a projeção do Brasil na esfera internacional como o grande produtor de café, repercutindo amplamente no âmbito social, econômico e político da sociedade brasileira.<sup>147</sup>

Nesse cenário da expansão cafeeira, como vimos no **capítulo 1**<sup>148</sup>, o município de Descalvado começou a receber os primeiros auspícios da atividade cafeeira por volta da década de 1860. Assim, vamos ver como foi o desenvolvimento da atividade cafeeira, voltando a atenção, especialmente, ao fornecimento de crédito tão necessário para a manutenção da produção de café em torno do complexo cafeeiro, focando a influência no município de Descalvado.

Para Alice Piffer Canabrava, os primeiros investimentos na produção cafeeira foram advindos apenas dos fazendeiros cafeicultores, fato que persistiu até os meados do século XIX. Nesse interstício, os fazendeiros reaplicavam os lucros no primeiro grande surto de expansão dos pés de café. Ressalta também que as formas de crédito surgiam de modo espontâneo nas relações entre os fazendeiros e o comissário de café, que era o mediador na venda do café. Ainda estabelece que, a partir da década de 1860, os comerciantes foram os articuladores de nova forma de financiamento, pela qual os mesmos começaram a fornecer empréstimos aos fazendeiros cafeicultores para a manutenção da atividade cafeeira. Essa forma de fornecimento de crédito espontânea permaneceu única até 1873, quando o Governo Imperial instituiu a Carteira Hipotecária do Banco do Brasil, que visava abastecer os fazendeiros cafeicultores com melhores condições de juros e prazo de pagamento

---

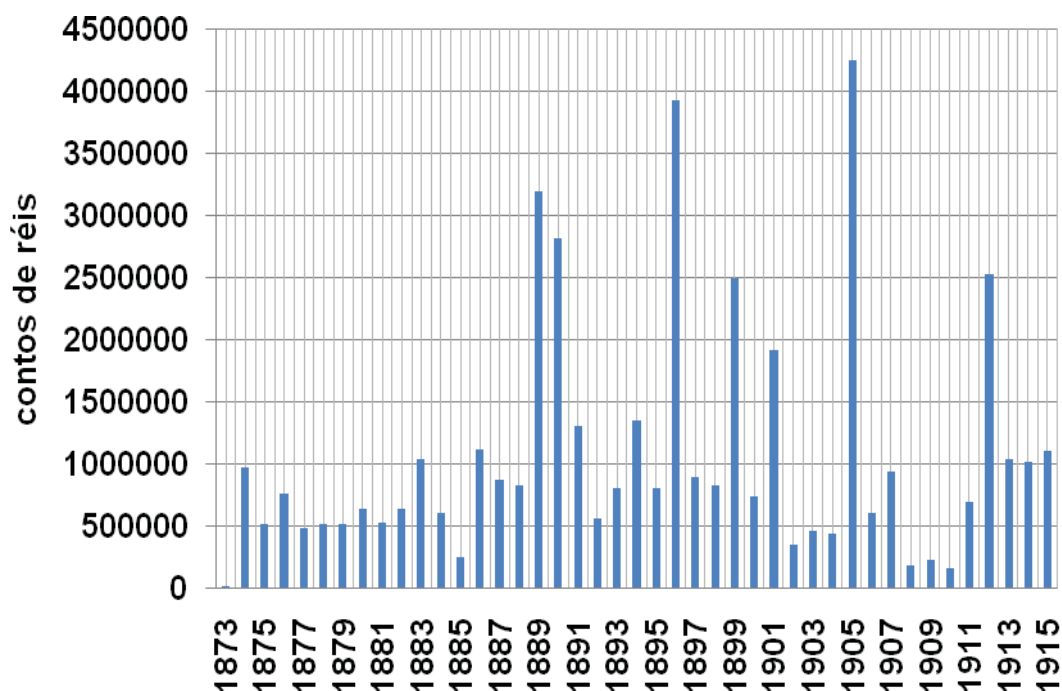
<sup>146</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII: Os Jogos das Trocas**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 329.

<sup>147</sup> CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In. HOLANDA, Sergio Buarque (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 158.

<sup>148</sup> Para maiores detalhes ver: a parte 1.2 As dinâmicas do município de Descalvado na inserção do complexo cafeeiro.

dos empréstimos, e na década de 1880 surgiram os bancos de crédito real.<sup>149</sup> Vejamos, no **gráfico 6**, o que acontecia no município de Descalvado:

**Gráfico 6 - Quantidade de empréstimos hipotecários realizados no município de Descalvado, 1873-1915.**



**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob os números 2 RH/A 1875, 2 RH/B 1875, IE 315/460, 2 RH 188/A, 2 RH 1890, 2 RH 1895, 2 RH 1902 e 2 RH 1908, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Toma-se consciência, pelo **gráfico 6**, que a atividade cafeeira teve uma explosão relativa à busca de crédito na forma de papel-moeda, particularmente nos anos de 1889 e 1890. Para Antônio Barros de Castro, a reforma bancária realizada pelo governo imperial, em 1888, foi a grande responsável pela facilidade de acesso ao crédito tão fundamental para a manutenção da atividade cafeeira, juntamente com a política de ajuda financeira estabelecida pelo governo para auxiliar os fazendeiros que foram prejudicados pela abolição da escravidão (1888).<sup>150</sup> Já Rodrigo Fontanari percebe que o aumento da emissão de dinheiro adotada pela política econômica, especialmente no início do governo republicano, foi o momento estimulador do grande surto de expansão da atividade cafeeira no município de

<sup>149</sup> CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In. HOLANDA, Sergio Buarque (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 158-160.

<sup>150</sup> CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. Volume 2. p. 52-53.

Casa Branca, devido à grande quantidade de crédito disponível na praça.<sup>151</sup> Percebe-se que Descalvado também teve o ápice da expansão dos cafezais a partir de 1889, certamente influenciado pela política econômica de facilidade de crédito adotado pelo governo republicano.

Cumprir notar ainda que os maiores volumes relativos aos empréstimos hipotecários, em Descalvado, ocorreram nos anos de 1896 e 1905, atingindo respectivamente 3:935:896\$266 e 4:254:091\$810, apesar das dificuldades inerentes à comercialização do café, especialmente no que se refere à inelasticidade do preço do café no mercado internacional provocado pelas superproduções do café brasileiro nos de 1896, 1901 e 1906. Cabe notar que Descalvado alcançou o ápice dos empréstimos hipotecários em 1905 (4:254:091\$810), um ano antes da crise de superprodução de 1906, que provocaria a formação do Convênio de Taubaté. Casa Branca, outro grande município cafeicultor paulista, atingiu, em 1898, a soma aproximada de 3:000:000\$000<sup>152</sup>, sendo um valor extremamente inferior em relação aos valores adquiridos por Descalvado, ficando claro o grande papel desempenhado pela cafeicultura nas relações do município.

Desta forma, percebe-se que a cafeicultura assumia características diferentes conforme a área em que estava sendo utilizada, sendo um verdadeiro mosaico com as mais variadas formas e adaptações para garantir a produção viável do café, apesar de haver uma ligação dos municípios especializados na produção de café com os centros mais dinâmicos, como Campinas, São Paulo e Santos, ligados esses à economia mundo – os compradores de café, como Europa e Estados Unidos – formando assim um circuito voltado fundamentalmente na produção nuclear do café e sua comercialização; no qual as áreas produtoras possuíam forças de desenvolvimento e de inserção diferentes dentro do complexo cafeeiro, onde o:

O capital cafeeiro tinha portanto diversos aspectos; ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. Esses diferentes aspectos, correspondem a diferentes funções do capital e tendem, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes – o capital agrário, o capital industrial, etc – e frações de classe particulares (a burguesia agrária, burguesia industrial, burguesia

---

<sup>151</sup> FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento:** uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista – Casa Branca (1874-1915). 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011. p. 82.

<sup>152</sup> Ibid., p. 83.

comercial, etc.). Na economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco de desenvolvimento capitalista, essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não definem (pelo menos diretamente) frações de classe relativamente autônomas: não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial, etc., mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções.<sup>153</sup>

Cumprе ressaltar que Descalvado contou no seio de sua área produtora com grandes fazendas cafeeicultoras que impulsionaram a produção na região, tendo como proprietários membros da elite paulista, como, por exemplo: a Fazenda “Bella Aliança”, do Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho, que possuía 425 alqueires e contava com 310 mil pés de café; a Fazenda “Ibicatú”, pertencente a Carlos de Souza Queiroz, que possuía 433 alqueires e contava com 245 mil pés de café; a Fazenda “Palmeiras”, pertencente ao Dr. Antonio Francisco de Aguiar Barros e ao Dr. Paulo de Souza Queiroz, que tinha a extensão de 136 alqueires e contava com 200 mil pés de café; a Fazenda “São José do Paraíso”, pertencente ao Barão de Fonseca, que possuía 258 alqueires e contava com 345 mil pés de café; a Fazenda “Sertãozinho”, pertencente a Antonio Mariano da Silva Gordinho, que tinha a extensão de 367 alqueires e contava com 244 mil pés de café; a Fazenda “São Salvador”, pertencente ao Dr. João de Cerqueira Mendes, que tinha a extensão de 180 alqueires e contava com 335 mil pés de café; a Fazenda “Três Barras”, pertencente a João Galvão de França, que tinha a extensão de 800 alqueires e contava com 279 mil pés de café; e a Fazenda “Ibijuba”, pertencente a Luiz Antonio de Souza Queiroz, que tinha a extensão de 465 alqueires e contava com 360 mil pés de café.<sup>154</sup>

Sendo assim, ver-se-á agora como o município de Descalvado se adaptou às diferentes gradações geradas no âmbito do complexo cafeeiro, especialmente na extensão relativa ao fornecimento de crédito e às formas desenvolvidas no circuito cafeeiro para atender os fazendeiros cafeeicultores em suas necessidades de operar e de manter a produção cafeeira no município, focando em quem eram os credores e quais eram as exigências básicas estabelecidas nos empréstimos, especialmente no que se refere à cobrança de juros e o prazo de vencimento.

---

<sup>153</sup> SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1995. p. 54.

<sup>154</sup> Livros de Inscrição Especial, sob os números 2 RH/A 1875, 2 RH/B 1875, IE 315/460, 2 RH 188/A, 2 RH 1890, 2 RH 1895, 2 RH 1902 E 2 RH 1908 do “Oficial de Registro e Imóveis de Descalvado”.

### 2.3 Período 1873-1881

Vejam os a **tabela 11**, a seguir, para iniciarmos nossa caminhada pela atuação dos credores no fornecimento de crédito na área de Descalvado.

**Tabela 11 – Quantidade de crédito concedido pelos credores no município de Descalvado, 1873-1881.**

1873-1881	Hipoteca	%	Penhor Agrícola	%
<b>Negociante/comerciante</b>	822:735\$430	16,43%	0,00	0%
<b>Capitalista</b>	947:790\$500	18,92%	31:165\$000	7,89%
<b>Proprietário</b>	6:249\$000	0,12%	0,00	0%
<b>Comissário</b>	0,00	0%	200:000\$000	50,70%
<b>Lavrador</b>	1:000:028\$190	19,96%	18:000\$000	4,56%
<b>Banco Nacional</b>	1:888:197\$990	37,68%	0,00	0%
<b>Banco Internacional</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Outros</b>	305:858\$550	6,10%	50:000\$000	12,67%
<b>Indeterminado</b>	39:586\$570	0,79%	95:446\$370	24,18%
<b>Total</b>	5:010:446\$240	100%	394:611\$370	100%

**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob os números 2 RH/A 1875 e 2 RH/B 1875 e Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob o número 2 PA/E 1874, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Nota-se, pela **tabela 11**, no que se remetem as hipotecas, a pujança dos bancos nacionais com uma percentagem de 37,68% dos empréstimos estabelecidos na área do município de Descalvado, seguido pelos lavradores com uma percentagem de 19,96% e o grupo dos capitalistas que representavam a percentagem de 18,92%, o que evidencia a grande superioridade dos créditos, advindos dos centros mais dinâmicos por intermédio do sistema financeiro bancário, como: o Rio de Janeiro e São Paulo, que buscavam ampliar sua participação e sua influência na área produtora de café, efetivando assim a maior possibilidade de lucros efetivados na cobrança de juros determinados nos contratos hipotecários, ou seja, buscavam aumentar sua lucratividade, aproveitando-se da necessidade extremada de crédito do circuito produtivo cafeeiro. Vejamos alguns exemplos para elucidar melhor como ocorria o circuito de crédito na área especializada produtora de café.

Na hipoteca concedida em 21 de setembro de 1875, o Banco do Brasil, estabelecido na capital federal, Rio de Janeiro, forneceu a quantia de 66:000\$000 ao devedor Dr. Manoel Baptista da Cruz Tamandaré. A hipoteca tinha como garantia a

Fazenda “Boa Esperança”, com seus 590 alqueires de terras e todas as suas benfeitorias existentes, como: 123 mil pés de café, casa de morada, máquina para beneficiar café movida a água, 2 tulhas, terreiro ladrilhado de tijolos, lavador de café, olaria, senzalas e 37 escravos. Os juros firmados foram de 6% ao ano, com a cobrança da taxa de administração de 2/10% paga semestralmente; também foi determinado o prazo de 14 anos para efetivar o pagamento final do empréstimo hipotecário<sup>155</sup>.

No ano de 1877, o Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, emprestou a quantia de 110:000\$000 com juros de 6% ao ano e a cobrança da taxa de administração de 2/10% semestral, aos proprietários da Fazenda “Sertãozinho”: Joaquim Candido de Almeida Leite e Antonio José Soares Fagundes, sócios únicos da firma sociedade agrícola, denominada “Joaquim Candido & Fagundes”. Os devedores deram como garantia hipotecária a referida fazenda e todas as suas benfeitorias presentes na mesma, tendo a fazenda 427 alqueires de terras com 75 mil pés de café formados e 45 mil pés de café novos, casa de morada, senzala, tulha, estrebaria e 51 escravos. O prazo de pagamento era de 14 anos<sup>156</sup>, o que possibilitou um bom tempo para os proprietários pagarem o empréstimo. Também não havia nenhuma cláusula especial estipulada na hipoteca quanto à entrega da produção do café a algum representante do banco para fazer a negociação do produto, o que permitia aos fazendeiros operarem a negociação do café e posteriormente efetivar o pagamento do empréstimo adquirido junto à instituição financeira credora.

Em 1879, o Barão de Fonseca, residente na capital federal, proprietário da Fazenda “São José do Paraíso” no município de Descalvado, adquiriu um empréstimo de 77:000\$000 junto ao Banco do Brasil. O contrato hipotecário estabelecia as seguintes condições: cobrança da taxa de 2/10% de administração semestral, juros de 6% ao ano e também exigia o pagamento em anuidades de 8:361\$160 até o prazo de vencimento estipulado em 14 anos; a fazenda com 258 alqueires de terras foi firmada como a garantia do empréstimo, juntamente com as suas benfeitorias, como: os 88 mil pés de café formados, os 25 mil pés de café

---

<sup>155</sup> Escritura de hipoteca nº 52. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>156</sup> Escritura de hipoteca nº 104. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.



novos, casa de morada, casa de máquina para limpar café, tulhas, senzala, casa de colonos, pastos e 38 escravos<sup>157</sup>.

É importante ressaltar que, no período de 1873/1881, foi concedida a quantidade de 40 processos hipotecários aos fazendeiros cafeicultores presentes no município de Descalvado pelo setor financeiro bancário, alcançando os empréstimos a quantia total de 1:888:197\$990. Desse montante total, o Banco do Brasil foi o principal agente fornecedor dessa linha de crédito aos fazendeiros cafeicultores, com um total de 1:731:500\$000 (91,70%), seguida do Banco Predial com um total de 134:847\$500 (7,14%) e outros bancos com 21:850\$490 (1,16%). Como vimos, o Banco do Brasil apresentou um contrato padrão independente do valor do empréstimo concedido aos devedores, sendo sua principal base os juros de 6% ao ano e o prazo de pagamento de 14 anos. Todavia, como agiam os outros bancos em relação ao fornecimento de crédito? Será que teriam a mesma base ou havia diferenças no formato dos contratos? Vejamos como se portava o Banco Predial em relação às exigências contratuais.

O primeiro empréstimo concedido pelo Banco Predial, com sede no Rio de Janeiro, capital do Brasil, ocorreu em 27 de março de 1880, em que o banco forneceu a quantia de 23:000\$000 a Themistocles Duponchele, estabelecendo os juros de 8% ao ano e o prazo de vencimento de 15 anos; também estabelecia o pagamento da dívida em prestações anuais de 3:032\$550 até o final do prazo determinado no contrato. Como garantia do empréstimo, foi hipotecada a Fazenda “Bella Vista”, que possuía 70 alqueires de terras cultas e incultas, juntamente com suas benfeitorias que eram: casa assobradada de morada, tulha, 47 mil pés de café: sendo 32 mil pés de café entre 5 a 9 anos e 15 mil pés de café entre 2 e 3 anos; 1 carro, 3 cavalos, 3 bestas, 10 bois e 6 escravos. Em 1881, o Banco Predial forneceu novo empréstimo a Themistocles Duponchele no valor de 11:847\$500, mantendo as mesmas exigências básicas do contrato anterior, ou seja, juros de 8% ao ano e prazo de pagamento de 15 anos, no qual estabeleceu como garantia do empréstimo a Fazenda “Bella Vista” e suas benfeitorias.<sup>158</sup>

Outra hipoteca concedida pelo Banco Predial, em 1881, ao devedor Antônio Leocádio de Mattos, mantinha as exigências básicas com juros de 8% ao ano e

---

<sup>157</sup> Escritura de hipoteca nº 155. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>158</sup> Escrituras de hipoteca nº 204 e 235. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

prazo de pagamento de 15 anos, porém aparecia uma alteração no pagamento do empréstimo de 100:000\$000 que foi a cobrança da taxa de 1,5% de juros administrativos semestrais. O credor hipotecou como garantia de pagamento a Fazenda “Bom Jardim”, com a extensão de 118 alqueires de terras cultas e incultas e suas respectivas benfeitorias, como: 136 mil pés de café, 2 carros, 14 bois, 22 vacas, 3 cavalos, 7 bestas, casa de morada, tulhas, máquina de beneficiar café a vapor de 8 cavalos e 43 escravos.<sup>159</sup>

Pode-se perceber claramente que todos os empréstimos cedidos pelos bancos tinham como garantia dos créditos relativos aos empréstimos as fazendas com suas benfeitorias, que podiam ser as mais diversas e variadas<sup>160</sup>, como: casa de morada, tulha, máquina de beneficiar café, animais etc; contudo o elemento escravo foi presente em todos os processos hipotecários fundamentados no período 1873/1881, porque sem dúvida os escravos constituíam uma “mercadoria” extremamente valorizada no período, pois o fazendeiro poderia usá-los como um diferencial maior na forma de garantia dos empréstimos, conseguindo assim melhorar a disponibilidade de acesso aos empréstimos concedidos pelo sistema financeiro bancário, que contava com condições melhores como juros menores e prazo de pagamento mais alongado.

Para Rodrigo Fontanari, esse diferencial perdurou até 1888, porque os escravos eram bem mais valorizados do que o elemento terra, e a escravidão contribuiu para que os fazendeiros pudessem contrair os empréstimos mais vantajosos e assim terem um afluxo de capitais regulares que contribuíram para o incremento da economia cafeeira, permitindo os investimentos necessários para o desenvolvimento do café<sup>161</sup>, fato que ocorreu nos municípios de Casa Branca e de Descalvado.

---

<sup>159</sup> Escritura de hipoteca nº 236. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>160</sup> [...] o espectro de ativos com que contavam as fazendas, e que podia servir como garantia para operações bancárias, compreendia diversos itens, alguns mais, alguns menos líquidos, incluindo escravos, instrumentos agrícolas, frutos pendentes, títulos da Dívida Pública, e a terra. Cada um desses ativos prestava-se como garantia a uma modalidade diversa de operação de crédito. Via de regra tinha base nos frutos pendentes o crédito para financiamento da safra, ao passo que o crédito de médio e longo prazo tinha como garantia a hipoteca da terra e/ou dos escravos, o penhor de instrumentos agrícolas e caução dos títulos da Dívida Pública. FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. **Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana**. Rio de Janeiro: BNDES, 1983. p. 77.

<sup>161</sup> FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista – Casa Branca (1874-1915)**. 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011. p. 88.

Por intermédio das relações apresentadas no fornecimento de crédito nos documentos analisados, pode-se inferir que os créditos derivados do sistema financeiro bancário eram expressivamente advindos do Rio de Janeiro, devido à sede dos bancos estarem fixadas na capital do Brasil, o que provocava dificuldades no acesso ao crédito, sendo que poucos fazendeiros conseguiam adquiri-los com suas exigências e condições melhores; também evidencia-se que o elemento negro escravo funcionava como um adicional maior de garantia do empréstimo, pois todos os empréstimos fornecidos, seja pelo Banco do Brasil ou pelo Banco Predial, acusavam a presença de escravos na composição do empréstimo, por ser o escravo, nesse período 1873/1881, uma mercadoria muito valorizada no circuito pujante do complexo cafeeiro, por causa da grande necessidade de mão-de-obra e, principalmente, pela proibição do tráfico negreiro que elevou os preços dos escravos no mercado interno, ativando um mercado interprovincial que fornecia os escravos das zonas decadentes para a zona ascendente do complexo cafeeiro.

Cabe notar que havia algumas diferenças nas exigências básicas entre os dois bancos, haja vista que o Banco do Brasil cobrava 6% de juros ao ano e prazo de vencimento de 14 anos, enquanto o Banco Predial cobrava 8% de juros ao ano e prazo de vencimento de 15 anos, o que demonstra uma diferença razoável em relação aos juros.

Nessa dinâmica diferenciada que se verifica sobre o sistema financeiro bancário, poder-se-á perceber que poucos fazendeiros conseguiam ter acesso às melhores condições de crédito advindas dos bancos. Sendo assim, fica a dúvida: como os outros setores presentes na produção cafeeira no município de Descalvado tinham acesso ao crédito tão fundamental para cumprir as demandas pertinentes à manutenção da atividade cafeeira? Como se verifica na **tabela 11**, os credores eram representantes de áreas diferenciadas que, com exceção dos bancos, compunham-se de atividades sem institucionalização, como o grupo dos lavradores/credores que contou com um volume de 1:000:028\$190 emprestados na região. Desta feita, vejamos quais eram as condições e exigências presentes nessas hipotecas concedidas por esse grupo.

Em 1873, João Ferraz Cardoso, lavrador, residente no município de Descalvado, concedeu aos lavradores Reducino Texeira de Camargo e sua mulher Dona Eulalia Umbelina de Camargo, residentes em Descalvado, a quantia de 32:000\$000; em que a Fazenda “São Domingos” foi colocada como garantia da

hipoteca firmada entre as partes, juntamente com suas benfeitorias, como: casa de morada, monjolo, moinho, ventiladores, cafezal, pastos, casa de colonos e outros. O credor estabelecia na hipoteca as seguintes exigências básicas: juros de 12% ao ano sobre a quantia de 12:000\$000 e juros de 10% ao ano sobre 20:000\$000 e o prazo de vencimento de 4 anos.<sup>162</sup>

Por essa primeira hipoteca, percebe-se que as condições eram extremamente diferentes em relação às condições dos empréstimos do setor financeiro bancário; entretanto, ainda devemos caminhar um pouco mais pelo crédito fornecido pelos lavradores, para verificar as diferenças fundamentais.

No dia 02 de junho de 1877, o Barão de Araraquara (José Estanislau de Oliveira), fazendeiro, residente em Rio Claro, emprestou a Frederico Ernesto de Aguiar Whitaker e sua mulher Dona Maria Amélia de Lima, lavradores, residentes em Descalvado, a quantia de 18:000\$000, apresentando a hipoteca as seguintes exigências: juros de 10% ao ano e prazo de vencimento de 5 anos; como garantia de pagamento, foi hipotecada sua fazenda denominada “Ibitiva”, juntamente com suas benfeitorias, como: 30 mil pés de café, casa de morada, monjolo, engenho, pastagens e outros.<sup>163</sup>

Nesse tocante sobre as diferenças exigidas nas hipotecas, vejamos os dois empréstimos contraídos pelo Capitão Francisco José de Araújo Lima de diferentes credores, em junho de 1880. Primeiramente, o mesmo adquiriu a quantia de 41:856\$116 do credor José de Salles Cunha, lavrador, domiciliado em Descalvado, com as seguintes exigências hipotecárias: juros de 12% ao ano e prazo de vencimento de 2 anos. Posteriormente, contraiu outro empréstimo no valor de 23:112\$000 do credor Jacintho José de Araújo Cintra, lavrador, domiciliado em Limeira, com juros de 15% ao ano e prazo de vencimento de 2 anos e 9 meses. Ambos os empréstimos tinham como garantia as fazendas “Boa Vista”, “Santa Maria” e “dos Pires” com suas respectivas benfeitorias.<sup>164</sup>

Cumprе ressaltar que foram estabelecidas 68 hipotecas por lavradores/credores no período de 1873/1881, em que ao contrário do crédito derivado do sistema financeiro bancário não havia uma padronização das bases

---

<sup>162</sup> Escritura de hipoteca nº 09. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>163</sup> Escritura de hipoteca nº 102. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>164</sup> Escrituras de hipoteca nº 212 e 215. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

contratuais, como o valor dos juros e os prazos de pagamento. Pode-se perceber que os juros oscilavam entre 10% a 18% ao ano e o prazo de vencimento variava entre 1 ano a 4 anos, sendo que os juros de 12% ao ano e o prazo de 2 e 3 anos de vencimento foram os mais praticados. Tal dinâmica nos mostra uma diferença significativa no que se refere às condições básicas exigidas nas hipotecas dos lavradores/credores em relação aos bancos/credores, pois os juros dos lavradores/credores equivaliam ao dobro do cobrado pelos bancos e o prazo de pagamento era bem mais arrochado quanto ao crédito fornecido pelo sistema financeiro bancário.

Ainda assim, à medida que as relações da produção cafeeira se dinamizavam e o crédito ficava cada vez mais necessário; muitos fazendeiros não conseguiam o crédito por meio dos elementos principais como os bancos e os lavradores; por isso, outras personagens aproveitam da pouca infraestrutura nessa área tão promissora para poder garantir lucros melhores, fornecendo empréstimos para os devedores cumprirem suas demandas em relação à produção de café. Nessa condição, apareceram muitos indivíduos fornecedores de crédito que apresentaram um bom destaque, como os negociantes/comerciantes e os capitalistas; ambos apareciam como opções aos fazendeiros para conseguirem o crédito, porém será que eles praticavam as mesmas regras básicas dos bancos/credores ou dos lavradores/credores, ou tinham condições diferentes?

Vejamos como se comportam os capitalistas e os negociantes/comerciantes quando eram os agentes fornecedores de crédito.

No que se refere ao crédito fornecido pelos capitalistas, tivemos um montante no valor de 947:790\$500, o equivalente a 18,92% das hipotecas firmadas no município de Descalvado, no qual tivemos empréstimos oscilando entre valores menores como 1:000\$000 até o valor máximo de 86:392\$719. Nessa área, algumas personagens tiveram um grande destaque no fornecimento de crédito, emprestando dinheiro em valores significativos para os fazendeiros cafeicultores.

O primeiro destaque foi o Barão de Itapetininga (Joaquim José dos Santos Silva), que formalizou três empréstimos hipotecários nos anos de 1874 e 1875. Em 30 de novembro de 1874, Antônio Bruno de Araújo Leite, lavrador, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 40:000\$000 com o Barão de Itapetininga, dando como garantia da hipoteca a fazenda “Santo Antônio”, com sua área de 314 alqueires de terras e todas as suas benfeitorias, como: 52 mil pés de café, 28

quartéis de cana, casa de morada, 20 bois de carro, 11 escravos e outros. Tal hipoteca estipulava a cobrança de juros na ordem de 12% ao ano (capitalizados semestralmente) e o prazo de vencimento de 4 anos.<sup>165</sup> Quase dois meses depois desse primeiro empréstimo, o Barão de Itapetininga (Joaquim José dos Santos Silva) emprestou, por intermédio de hipoteca, a quantia de 20:000\$000 a José Lopes de Freitas e seu sogro José Francisco de Oliveira, lavradores, residentes em Descalvado, determinando os juros de 12% ao ano (capitalizados semestralmente) e o prazo de vencimento de 4 anos. Os devedores deram como garantia da hipoteca o sítio “Capoeira do Alto” com seus 60 alqueires de terras e suas benfeitorias, como: 12 mil pés de café de 2 a 3 anos, casa de vivenda, engenho de serras movido por água e outros.<sup>166</sup>

Já em seu último empréstimo estabelecido no período de 1873/1881, o Barão de Itapetininga (Joaquim José dos Santos Silva) teve uma postura diferente em relação às exigências da hipoteca. Em 10 de dezembro de 1875, emprestou a quantia de 86:392\$719 a Dona Antônia de Camargo Arruda, lavradora, residente em Pirassununga, tendo como garantia a fazenda “Boa Vista” e suas benfeitorias; porém o contrato estabelecia melhores condições para a devedora, como os juros divididos em duas formas: no primeiro semestre os juros seriam de 9% e depois seria cobrado 6% até o pagamento final, que não foi definido na hipoteca.<sup>167</sup>

Percebe-se que o Barão de Itapetininga (Joaquim José dos Santos Silva) emprestava o crédito para fazendeiros que não conseguiam ter acesso às melhores formas de crédito advindas do sistema financeiro bancário. Nos dois primeiros empréstimos, praticou o dobro dos juros cobrados pelo Banco do Brasil e arrochou o prazo de vencimento para somente 4 anos; no entanto, quando o Barão de Itapetininga emprestou a Dona Antônia de Camargo Arruda, o mesmo praticou juros diferenciados que iniciavam na ordem de 9%, entretanto ao fim do primeiro semestre seriam na mesma ordem do Banco do Brasil, ou seja, 6% ao ano.<sup>168</sup> Por meio desses empréstimos, poder-se-á inferir que o Barão de Itapetininga estabelecia suas condições conforme o potencial dos produtores agrícolas, levando em consideração

---

<sup>165</sup> Escritura de hipoteca nº 33. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>166</sup> Escritura de hipoteca nº 38. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>167</sup> Escritura de hipoteca nº 57. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>168</sup> Ibid.

as condições das propriedades agrícolas dadas como forma de garantia de pagamento para fixar as condições da hipoteca.

Outro caso emblemático em relação ao capitalista/credor foi o Capitão João Baptista de Arruda, que forneceu um total de 184:743\$500 em sete hipotecas que contavam com as mais variadas condições básicas. Em 1876, emprestou a quantia de 100:000\$000 ao lavrador Francisco Domingos de Sampaio, com os juros de 12% ao ano e 4 anos como prazo de vencimento; também emprestou ao Bacharel Domingos Theodoro de Mendonça a quantia de 20:000\$000 com as mesmas condições; cumpre ressaltar que ambas hipotecas apresentam como garantia as propriedades rurais dos devedores, respectivamente o Sítio “Itaguassu” e o Sítio “Água Vermelha”.<sup>169</sup> Nos empréstimos a Antônio Carlos Ferraz de Salles na quantia de 26:411\$000<sup>170</sup>, a Francisco de Souza Campos na quantia de 3:100\$000<sup>171</sup> e a José Theodoro de Siqueira na quantia de 5:000\$000<sup>172</sup>, foram mantidas as mesmas condições do empréstimo maior, ou seja, juros de 12% ao ano e 4 anos de prazo de vencimento.

Em 1877, o Capitão João Baptista de Arruda concedeu o crédito de 16:732\$500 à lavradora Dona Isabel Luiza da Costa Eduardo, com o prazo de pagamento de 1 ano e 5 meses e os juros divididos, sendo 10% ao ano sobre o valor de 9:500\$000 e 12% ao ano sobre o valor de 7:232\$500. A hipoteca tinha como garantia o Sítio “Olho d’Água” e suas benfeitorias: 6 mil pés de café de 1 ano, 16 mil pés de café novos, pastos, senzalas, engenho e 13 escravos.<sup>173</sup> É importante ressaltar que o Capitão já tinha adotado a estratégia de juros bipartidos, em 04 de novembro de 1875, no crédito de 13:500\$000 fornecido a Jeremias de Paula Eduardo, com juros de 10% ao ano sobre 9:500\$000 e 12% ao ano sobre 4:000\$000 e prazo de 4 anos de vencimento.<sup>174</sup>

Por meio da atuação dos capitalistas/credores e as 68 hipotecas firmadas no município de Descalvado, no período de 1873/1881, pode-se notar a diferença entre

<sup>169</sup> Escrituras de hipoteca nº 78 e 79. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>170</sup> Escritura de hipoteca nº 129. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>171</sup> Escritura de hipoteca nº 148. Livro de Inscrição Especial 2RH/B 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>172</sup> Escritura de hipoteca nº 197. Livro de Inscrição Especial 2RH/B 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>173</sup> Escritura de hipoteca nº 126. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>174</sup> Escritura de hipoteca nº 54. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

o crédito bancário, crédito dos lavradores e o crédito dos capitalistas, em que os capitalistas apresentaram uma gama variada das condições básicas exigidas nas hipotecas, pois os juros oscilavam entre 9% a 24% ao ano e o prazo de vencimento variava entre 6 meses a 4 anos, sendo que os juros de 12% ao ano e o prazo de 1 e 2 anos de vencimento foram os mais praticados. Tal dinâmica nos mostra uma diferença significativa no que se refere às condições básicas exigidas nas hipotecas dos capitalistas/credores em relação aos bancos/credores e os lavradores/credores, no que se refere ao prazo de pagamento que era muito menor do que nos outros casos.

Na medida do desenvolvimento da produção cafeeira na região, a necessidade de crédito para a manutenção da atividade aumentava cada vez mais; assim, vimos que apareceram vários fornecedores de crédito no circuito, entretanto ainda havia um grupo significativo que foram os negociantes/credores. Esse grupo teve uma condição significativa no período de 1873/1881, efetivando um montante de 57 empréstimos que totalizaram a quantia de 822:735\$430. As hipotecas apresentaram uma diversificação enorme quanto às exigências básicas para o fornecimento de crédito, como os juros oscilando entre 10% a 24% ao ano e o prazo de vencimento oscilando entre 6 meses a 4 anos. Cumpre ressaltar que os juros de 12% ao ano foram os mais praticados e quanto ao prazo de vencimento o mais praticado foi a condição de 1 ano.

Pelas hipotecas analisadas, podemos perceber que havia muitas personagens fornecedoras de crédito no circuito de produção cafeeira, onde havia condições de acesso aos créditos mais favoráveis como as formalizadas pelo sistema financeiro bancário, mas o acesso era limitado aos maiores fazendeiros que conseguiam ultrapassar os limites interprovinciais e adquirirem esse crédito. Dessa forma, outros agentes apareceram no circuito como fornecedores de crédito, em que as exigências básicas, juros e prazo de vencimento, eram menores e mais severos, devido aos riscos presentes na produção agrícola; entretanto, os fazendeiros aceitavam as condições exigidas porque seria a única maneira de conseguir o crédito fundamental para a manutenção das necessidades da produção cafeeira.<sup>175</sup>

---

<sup>175</sup> Dêste modo estabelece-se em São Paulo um mercado de capitais. Durante todo êste período a cafeicultura constitui um grande sorvedouro de recursos. A abertura de cafezais exige investimentos consideráveis, fundamentalmente por dois motivos: por que o cafeeiro é uma planta perene, que só começa a produzir após um certo intervalo de maturação (5 a 6 anos) e porque o plantio é feito com mão-de-obra escrava. Em outras palavras, é preciso imobilizar grandes capitais, tanto nas próprias plantações como na mão-de-obra, cujo custo é necessário adiantar, de uma só vez, na aquisição do escravo. De tudo isto resulta uma intensa



## 2.4 Período 1882-1890

Vejam os a **tabela 12**, para podermos começar nossa análise do período de 1882/1890.

**Tabela 12 – Quantidade de crédito concedido pelos credores no município de Descalvado, 1882-1890.**

1882-1890	Hipoteca	%	Penhor Agrícola	%
<b>Negociante/comerciante</b>	1:060:982\$490	9,30%	98:736\$340	8,37%
<b>Capitalista</b>	719:651\$230	6,31%	32:000\$000	2,71%
<b>Proprietário</b>	143:183\$220	1,25%	0,00	0%
<b>Comissário</b>	30:000\$000	0,26%	291:381\$190	24,72%
<b>Lavrador</b>	1:275:976\$740	11,19%	1:700\$000	0,14%
<b>Banco Nacional</b>	7:474:902\$580	65,62%	710:027\$720	60,29%
<b>Banco Internacional</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Outros</b>	218:877\$360	1,92%	7:465\$810	0,63%
<b>Indeterminado</b>	473:448\$800	4,15%	37:014\$220	3,14%
<b>Total</b>	11:397:022\$420	100%	1:178:325\$280	100%

**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob os números 2 RH/B 1875, IE 315/460, 2 RH 188/A e 2 RH 1890 e Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob o número 2 PA/E 1874, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Levando-se em consideração a **tabela 12**, percebe-se que houve uma grande elevação na participação dos bancos/credores no fornecimento de crédito com a quantia de 7:474:902\$580 (65,62%), seguido pelos lavradores com a quantia de 1:275:976\$740 (11,19%), os negociantes com a quantia de 1:060:982\$490 (9,30%) e os capitalistas com a quantia de 719:651\$230 (6,31%). Pode-se notar que houve uma grande elevação no fornecimento de crédito, derivado do sistema financeiro bancário, no qual o crescimento em volume comparado ao período 1873/1881 quase quadruplicou, saltando de 1:888:197\$990 para 7:474:902\$580; assim, os bancos passaram a participar mais do circuito de produção cafeeira, o que diminuiu o envolvimento das outras personagens fornecedoras de crédito. Em volume, os lavradores emprestaram mais dinheiro, mas sua participação em percentagem caiu para 11,19%, quando em 1873/1881 era de 19,96%. Já a participação dos capitalistas caiu tanto no aspecto quantitativo, de 947:790\$500 (1873/1881) para 719:651\$230 (1882/1890), como na percentagem passou respectivamente de 18,92% para 6,31%.

É importante notar que o crédito ainda era extremamente necessário para a manutenção das atividades cafeeiras, contudo houve alterações na composição dos empréstimos, havendo uma maior participação do sistema financeiro bancário. Mas fica a dúvida: será que as condições dos empréstimos permaneciam as mesmas do período 1873/1881, ou houve também alterações nas exigências básicas feitas nas hipotecas? Vamos partir para a análise das hipotecas firmadas no período 1882/1890, para podermos compreender o que aconteceu na esfera de circulação do crédito.

Por intermédio da hipoteca firmada em 1883, o Banco de Crédito Real de São Paulo<sup>176</sup>, com sede na cidade de São Paulo, forneceu a quantia de 11:000\$000 ao devedor Francisco Antônio Pereira, lavrador, residente em Descalvado, que colocou como garantia da hipoteca a Fazenda “Humaytá” e suas benfeitorias, como: 22 mil pés de café formados com 6 anos de idade, casa de morada, paiol, 4 vacas, 5 cavalos, 5 bestas, 3 escravos e outros. As condições exigidas na hipoteca foram: juros de 9% ao ano e 10 anos de prazo de vencimento.<sup>177</sup>

Em 1886, Joaquim Candido de Almeida Leite, lavrador, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 180:000\$000 junto ao Banco de Crédito Real de São Paulo, em que a hipoteca estabelecia juros de 9% ao ano e 20 anos de prazo de vencimento. A hipoteca tinha como garantia a Fazenda “Sertãozinho”, com seus 427 alqueires e todas as suas benfeitorias existentes, com:

244 mil pés de café formados, 60 mil pés de café novos, casa de morada, máquina para beneficiar café “Lidgerwood”, ventiladores, 4 tulhas, monjolo, 11 casas para colonos, senzala, terreiro com trilhos e bondes para carregar café, locomóvel de força de 8 cavalos, estrebaria, 30 bois, 13 bestas, 9 cavalos e 43 escravos empregados na lavoura.<sup>178</sup>

Em outra hipoteca firmada em 1887, o Banco de Crédito Real de São Paulo emprestou a quantia de 31:000\$000 ao devedor José Ferreira de Queiroz, lavrador, residente em Descalvado, colocando como garantia da hipoteca a propriedade

---

<sup>176</sup> O Banco de Crédito Real de São Paulo, cujo objetivo era o crédito hipotecário de longo prazo – em especial para a lavoura – tem seus estatutos aprovados em 1882. SAES, Flávio Azevedo Marques de. **O Desenvolvimento do Crédito e dos Bancos em São Paulo** (1850-1930). 1983. 314 f. São Paulo: Tese (Livre-Docência), USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Departamento de Economia, 1983. p. 88.

<sup>177</sup> Escritura de hipoteca nº 341. Livro de Inscrição Especial IE 315/460. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>178</sup> Escritura de hipoteca nº 448. Livro de Inscrição Especial IE 315/460. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

agrícola Fazenda “São José”, com área de 366 alqueires de terras e suas benfeitorias, com: 20 mil pés de café, 80 quartéis de cana, casa de morada, tulhas, senzala, 4 casas para colonos, engenho de cana em cilindro de ferro e 8 escravos. A hipoteca estipulava a cobrança de 9% de juros ao ano e 10 anos de prazo de vencimento.<sup>179</sup>

Nota-se pelas 144 hipotecas firmadas pelos bancos no período 1882/1890 que houve algumas modificações em relação ao período 1873/1881, no que se refere à questão do fornecimento de crédito por meio do sistema financeiro bancário, em que tivemos um aumento significativo no volume dos empréstimos, alcançando a marca de 7:474:902\$580. Outra modificação importante foi o aparecimento do Banco de Crédito Real de São Paulo, que passou a ter uma representação significativa na área de Descalvado, passando a ser o maior fornecedor de crédito bancário, sendo que do montante total emprestado pelos bancos no município, o Banco de Crédito Real de São Paulo emprestou a quantia de 4:483:500\$000 (59,99%), seguido do Banco do Brasil com a quantia de 1:611:600\$000 (21,56%), do Banco Predial com a quantia de 1:122:000\$000 (15,01%) e outros com a quantia de 257:802\$580 (3,44%).

Evidencia-se uma mudança na composição da participação do fornecimento de crédito com a inclusão do Banco de Crédito Real de São Paulo, no qual podemos perceber que o mesmo fazia empréstimos nos mais variados valores, desde 11:000\$000 até 180:000\$000. Entretanto, as exigências mudavam conforme a capacidade de pagamento apresentada pelos devedores, pois os maiores empréstimos contavam com maiores prazos de vencimento, porém em relação aos juros praticados tivemos a cobrança de 9% ao ano independente do valor emprestado até agosto de 1889, quando o Banco de Crédito Real de São Paulo passou a cobrar os juros de 6% ano, a mesma taxa praticada pelo Banco do Brasil, que diminuiu vertiginosamente sua participação em Descalvado; assim, o Banco de Crédito Real de São Paulo preencheu a lacuna deixada pela ausência do Banco do Brasil, exercendo a mesma taxa de juros e garantindo o fornecimento de crédito agrícola na região de Descalvado.

Pelo pressuposto acima do rebaixamento da cobrança de juros estabelecida pelo Banco de Crédito Real de São Paulo, vamos ver alguns exemplos sobre como

---

<sup>179</sup> Escritura de hipoteca nº 490. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

o banco se comportava em relação à disponibilização ao acesso de crédito aos devedores.

A primeira hipoteca com rebaixamento dos juros foi efetivada em 26 de agosto de 1889, quando o Banco de Crédito Real de São Paulo concedeu o crédito de 94:000\$000 ao Dr. Ângelo Pires Ramos, com os juros de 6% ao ano e o prazo de vencimento de 15 anos. Como forma de garantia, o credor hipotecou sua propriedade agrícola, com seus 284 alqueires e suas benfeitorias, como:

180 mil pés de café, casa de morada mobiliada, casa de máquinas com descascador, catador, ventilador dobrado e de coco, separador, locomóvel com força de 20 HP, serra circular, cilindro de ferro para cana, evaporador americano, formas balcão para secar açúcar, depósito para mel, ferraria e todos os pertences, tonéis para aguardente, casa com engenho de serra vertical e circular, moinho inglês, turbina e pilões, 30 casa para colonos, capela e pertences, 4 casa para empregados, 2 tulhas para café, paiol, tulhas para cereais, estrebaria, chiqueiro, olaria completa, 3 terreiros cercados a arame farpado feito de parede de pedra, 1 carroção de 4 rodas, 5 carroças, 2 carros, 20 bois, 10 reses de criar, 10 muares de carroça, 4 cavalos e outros.<sup>180</sup>

Pela hipoteca acima, poderia ficar a impressão de que o Banco de Crédito Real de São Paulo teria nessa nova composição da cobrança de juros como foco somente os grandes fazendeiros, entretanto o crédito fornecido pelo banco atingia os mais diversos proprietários rurais, como podemos ver pela hipoteca a seguir.

Em 21 de setembro de 1889, o lavrador Sérgio Augusto de Arruda Campos, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 16:000\$000 perante o Banco de Crédito Real de São Paulo, com as seguintes condições: juros de 6% ao ano e 5 anos de prazo de vencimento. Para efetivar o empréstimo, o devedor hipotecou a Fazenda “Descalvadinho”, com área de 100 alqueires e suas benfeitorias, como: 43 mil pés de café, casa de morada mobiliada, tulha, paiol, 5 casas para colonos, 8 bois de carro, 1 carro, 5 reses de criar e 5 cavalos.<sup>181</sup>

Vejamos mais um exemplo que mostra a conduta do banco no fornecimento de crédito. No dia 31 de outubro de 1889, o Banco de Crédito Real de São Paulo emprestou a quantia de 12:000\$000 ao lavrador Antônio Gonçalves Correia de

<sup>180</sup> Escritura de hipoteca nº 577. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>181</sup> Escritura de hipoteca nº 589. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Meira, residente em Descalvado, com as seguintes exigências hipotecárias: juros de 6% ao ano e 5 anos como prazo de vencimento. Como garantia da hipoteca, foi colocada a propriedade agrícola Fazenda “São Pedro”, com área de 120 alqueires e suas respectivas benfeitorias, como: 22 mil pés de café, casa de morada, 3 casas para colonos, carroça, 10 bois de carro, 2 vacas, 3 novilhos, 1 muar e 4 cavalos.<sup>182</sup>

Fica claro pelas 39 hipotecas realizadas pelo Banco de Crédito Real de São Paulo, posteriormente ao rebaixamento da taxa de juros de 9% para 6% ao ano, que o banco continuava disponibilizando o crédito para os mais variados tipos de lavradores, pois emprestava valores desde 12:000\$000 até 120:000\$000, atingindo assim tanto os pequenos como os grandes fazendeiros, como podemos observar nos exemplos citados acima e nas demais hipotecas do período de 1882/1890; ficando somente o prazo de vencimento como uma característica diferenciada, no qual as maiores fazendas contavam com um prazo de pagamento maior (15 anos) e os pequenos tinham um prazo mais arrochado de 5 anos, pois era levado em consideração a capacidade produtiva da fazenda para firmar o prazo de vencimento.

Com essa performance do Banco de Crédito Real de São Paulo, fica a questão de como estavam as operações dos outros bancos significativos no fornecimento de crédito, como o Banco do Brasil e o Banco Predial, especialmente no que se refere ao formato das hipotecas nesse período, ou seja, as exigências básicas dos contratos hipotecários.

O Banco do Brasil cedeu o crédito de 20:000\$000 a Antônio Alves de Aranha, lavrador, residente em Descalvado, em 1889, estabelecendo a cobrança de juros na ordem de 6% ao ano, prazo de vencimento de 2 anos e a pena convencional de 3:000\$000. Para garantia da hipoteca, foi colocada a Fazenda “São João da Aliança” com 200 alqueires de terras e suas benfeitorias, como: 70 mil pés de café, casa de morada, máquina de beneficiar café, moinho de fubá, 20 casas novas para colonos, 2 tulhas, paiol, rancho e outros.<sup>183</sup>

Em 1890, Luciano Teixeira Leite, lavrador, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 78:000\$000 junto ao Banco do Brasil. A hipoteca exigia as seguintes condições do devedor: juros de 6% ao ano e prazo de vencimento de 15 anos. A Fazenda “Itapiru”, com área de 212 alqueires e suas benfeitorias, como: 150 mil pés

---

<sup>182</sup> Escritura de hipoteca nº 619. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>183</sup> Escritura de hipoteca nº 554. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

de café, casa de moradia, máquina de beneficiar café com motor a vapor, tulhas e 15 casas para colonos, foram disponibilizadas como garantia da hipoteca celebrada entre as partes.<sup>184</sup>

Em outra hipoteca, o Banco do Brasil concedeu ao devedor/lavrador José Joaquim Barboza Júnior o crédito de 10:000\$000, com prazo de 15 anos para o pagamento, 6% de juros ao ano, no caso de mora a cobrança de 3% e a pena convencional de 1:000\$000. Como garantia foi colocada a Fazenda “Retiro Grande” com 45 alqueires de terras, 1 mil pés de café e casa de morada pequena.<sup>185</sup>

Podemos inferir por intermédio dos documentos que o crédito no período 1882/1890, concedido pelo sistema financeiro bancário, atingia tanto os pequenos como os outros lavradores instalados no município de Descalvado; porém as condições básicas exigidas pelos bancos mudavam conforme o tamanho e o aparelhamento das fazendas e suas benfeitorias, pelas quais os juros permaneciam os mesmos como vimos nos três casos do Banco do Brasil, mudando somente o prazo de pagamento. Tal fato é confirmado pelas 23 hipotecas cedidas pelo Banco do Brasil que manteve sempre a mesma cobrança de juros na ordem de 6% ao ano, mudando somente o prazo de vencimento; cabe ressaltar que o Banco Predial cedeu 26 hipotecas, em que manteve sempre os juros de 8% ao ano, mudando somente o prazo de pagamento conforme as possibilidades da garantia da hipoteca.

Desta maneira, nota-se que a participação do Banco de Crédito Real de São Paulo como fornecedor de crédito contribuiu para haver uma maior participação dos pequenos lavradores num universo que era dominado pelos grandes lavradores. Todavia a maior possibilidade de acesso ao crédito bancário com suas melhores condições ainda estava presente no grupo dos grandes lavradores. Apesar disso, houve uma melhora na perspectiva de acesso ao crédito bancário pelos pequenos lavradores, apesar de ainda haver uma diferenciação no prazo de pagamento, no qual os grandes lavradores sempre contavam com um prazo de vencimento mais alongado.

Para Flávio Azevedo Marques de Saes, o problema do crédito agrícola deveria ser resolvido com duas soluções distintas:

---

<sup>184</sup> Escritura de hipoteca nº 649. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>185</sup> Escritura de hipoteca nº 661. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

[...] a dos grandes e a dos pequenos empréstimos. Os grandes empréstimos (chamo os de vinte contos para cima) visam atender à freguesia de grandes lavradores. Esses podem ser realizados em bancos que funcionam na capital, porque proporcionam aparas de onde saem as despesas de viagem e permanência na mesma capital, dos pretendentes vindos do interior para a realização de tais empréstimos, ou de onde saem os honorários para intermediários que os obtenham. Os pequenos empréstimos... e que são os melhor empregados e mais úteis aos pequenos lavradores, esses só podem ser realizados por bancos locais ou por agências bancárias espalhadas pelos municípios e distritos de paz.<sup>186</sup>

Entretanto, torna-se evidente pelas hipotecas firmadas no período 1882/1890 que os bancos, como: o Banco do Brasil, Banco Predial e o Banco de Crédito Real de São Paulo, tomaram uma postura diferente no fornecimento do crédito institucionalizado, com suas melhores condições de juros e prazo de pagamento, pois ao contrário da possibilidade levantada por Flávio Azevedo Marques de Saes da formação dos bancos regionais para os menores valores, os grandes bancos presentes nas capitais começaram a emprestar o fundamental crédito também aos outros fazendeiros, atingindo pelos valores expressos os pequenos lavradores, pois emprestavam valores iniciais de 10:000\$000, chegando até 180:000\$000, como vimos nos documentos firmados no período. Apesar dessa postura de maior atendimento ao crédito dos bancos, cumpre ressaltar que os bancos não conseguiam atender toda a demanda por crédito derivado do sistema produtivo cafeeiro, o que permitia a participação de outros elementos nesse circuito.

Levando-se em consideração a **tabela 12**, nota-se que o segundo grupo fornecedor de crédito foram os lavradores/credores com a quantia total de 1:275:976\$740, ou seja, 11,19% do total dos empréstimos concedidos no período 1882/1890. Nesse tocante da participação dos lavradores/credores, percebemos que houve um aumento na quantidade dos empréstimos, contudo na percentagem ocorreu uma queda de 19,96% (1873/1881) para 11,19% (1882/1890). Tal queda foi decorrente de uma maior participação do sistema financeiro bancário no município de Descalvado; no entanto, como vimos, os bancos tiveram algumas mudanças também nas exigências básicas das hipotecas estabelecidas, assim fica a dúvida: será que os lavradores/credores acompanharam a tendência de mudanças do sistema financeiro bancário ou mantiveram as exigências do período 1873/1881?

<sup>186</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. **O Desenvolvimento do Crédito e dos Bancos em São Paulo** (1850-1930). 1983. 314 f. São Paulo: Tese (Livre-Docência), USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Departamento de Economia, 1983. p. 166.

Para compreender as nuances do crédito advindo dos lavradores/credores, vamos ver algumas hipotecas firmadas no período 1882/1890, para analisarmos o que aconteceu.

Em 21 de julho de 1888, o lavrador/credor Pedro Tobias de Arruda Campos emprestou a quantia de 20:474\$000 ao lavrador Tobias Franco de Oliveira Cardozo, com a hipoteca apresentando as seguintes exigências básicas: a cobrança de juros de 10% ao ano e 2 anos de prazo de vencimento. Para garantia do empréstimo foi hipotecado o Sítio “Rio Corrente”, com área de 67 alqueires e suas respectivas benfeitorias, como: casa de morada, paiol, casas para colonos, pasto e 40 mil pés de café.<sup>187</sup>

Já em 31 de maio de 1889, o lavrador Joaquim Ferreira do Amaral Camargo adquiriu o crédito de 9:000\$000 junto ao lavrador/credor Alberto Cândido de Almeida Leite, que exigiu as seguintes condições na hipoteca: a cobrança de 12% de juros ao ano e 3 anos de prazo de vencimento. Para firmar o contrato, foi hipotecada a Fazenda “Vista Alegre” e suas benfeitorias, como: casa de morada, paiol, tulhas, 8 casas para colonos, monjolo, pasto e 65 mil pés de café, sendo 45 mil pés de café formados e 20 mil de novos pés de café.<sup>188</sup>

Por essas hipotecas, percebe-se que havia uma mistura da mão-de-obra empregada nos cafezais, sendo constante a presença de casa de colonos nas benfeitorias das propriedades agrícolas e que o elemento escravo no período 1882/1890 foi perdendo a presença como termo de garantia dada pelos lavradores/devedores, devido à abolição da escravidão, em 1888; e ainda cumpre notar que a cobrança de juros não dependia do tamanho e do aparelhamento das propriedades agrícolas, e também que o café agora passava a ser o item mais valorizado na composição da garantia. Vejamos outros exemplos que mostram as diferenças no fornecimento de crédito via os lavradores/credores.

Joaquim Botelho de Abreu Sampaio, na condição de lavrador/credor, concedeu a quantia de 54:354\$240 ao lavrador/devedor Arthur Moreira Guimarães, estabelecendo as seguintes exigências: 8% de juros ao ano e 3 anos de prazo de vencimento. Como garantia da hipoteca, o devedor hipotecou a Fazenda “Santa Eulália” e suas respectivas benfeitorias, como: 100 mil pés de café, casa de morada,

---

<sup>187</sup> Escritura de hipoteca nº 520. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>188</sup> Escritura de hipoteca nº 567. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.



tulha, paiol, estrebaria, 10 casas para colonos, olaria com todos seus pertences e acessórios, 2 carros com 8 bois arreados, 1 carroça e arreios.<sup>189</sup>

Outra hipoteca que nos mostra as diferenças nas exigências foi a estabelecida entre o lavrador/credor Antônio Francisco de Paula, que emprestou a quantia de 3:403\$000 ao lavrador Venâncio Franco de Azevedo, em 1887, com as seguintes exigências: 18% de juros ao ano e 2 anos e 6 meses de prazo de vencimento, sendo hipotecado como garantia o Sítio “Ribeirão do Meio” e suas benfeitorias, como: casa de morada, paiol, monjolo, pasto e engenho de cana.<sup>190</sup>

Pelas hipotecas, nota-se que havia uma variedade enorme de possibilidades sobre as exigências estabelecidas pelos lavradores/credores, pois no período 1882/1890 foram firmadas 98 hipotecas. Tais empréstimos partiam do valor mínimo de 500\$000 ao valor máximo de 145:000\$000; os juros oscilavam de 7% a 24% ao ano e o prazo de pagamento variava de 8 meses a 6 anos. No que se refere aos juros, cumpre notar que os valores cobrados ainda eram maiores do que os cobrados pelo sistema financeiro bancário, devido ser um crédito de caráter comercial, no qual os lavradores/credores buscavam uma maneira de aumentar seus lucros, fornecendo o crédito tão fundamental que os bancos não conseguiam fornecer a todos os produtores agrícolas. Quanto ao prazo de vencimento, percebe-se que eram bem menores do que os exigidos pelos bancos, sendo que o maior prazo cedido pelos lavradores/credores equivalia a 6 anos, e a maioria dos empréstimos apresentavam prazo máximo de vencimento entre 1 e 2 anos.

Voltando o olhar para a **tabela 12**, outros grupos faziam parte do fornecimento de crédito aos lavradores, aproveitando-se das lacunas deixadas pelos bancos/credores e pelos lavradores/credores, e assim emprestando o crédito aos lavradores que não conseguiam com os maiores fornecedores do período 1882/1890. Desta forma, tivemos outros dois destaques no fornecimento de crédito, como: os negociantes/credores com 1:060:982\$490 (9,30%) e os capitalistas/credores com 719:651\$200 (6,31%); porém, vamos ver como essas personagens agiam em relação às exigências básicas das hipotecas.

Quanto aos capitalistas/credores, foram estabelecidas 27 hipotecas, que apresentavam diferentes exigências básicas, que eram as seguintes: em relação aos

---

<sup>189</sup> Escritura de hipoteca nº 676. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>190</sup> Escritura de hipoteca nº 466. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

prazos de vencimento variavam entre 1 ano a 10 anos, sendo o prazo mais usual o de 4 anos e quanto aos juros oscilavam entre 6% a 24% ao ano, sendo que os juros mais cobrados foram os de 10% e 12% ao ano. Os valores emprestados também contavam com uma grande variação, iniciando no menor valor de 500\$000, atingindo até o valor de 230:000\$000.

No que se refere aos negociantes/credores, também encontramos uma grande multiplicidade de possibilidades quanto às exigências básicas das hipotecas. No período 1882/1890, foram estabelecidas 98 hipotecas pelos negociantes/credores, pelas quais os valores variavam entre 400\$000 até 89:083\$000, sendo que os juros praticados oscilavam entre 6% a 18% ao ano, onde os juros de 12% ao ano foram os mais praticados pelos negociantes/credores. É importante frisar que os empréstimos cedidos pelos negociantes/credores atingiam fundamentalmente os pequenos produtores agrícolas, fato que aprofundaremos mais adiante, quando formos analisar o crédito na visão dos devedores. Cabe ressaltar que os credores estabeleciam as exigências básicas, levando em consideração o aparelhamento e a produção da propriedade agrícola ou as condições da propriedade comercial dada como garantia da hipoteca.

Percebe-se, fundamentalmente, que o acesso ao crédito com melhores condições estava extremamente dominado pelos grandes lavradores; no entanto, com a institucionalização do Banco de Crédito Real de São Paulo melhoraram as condições de acesso ao crédito, pois a sede do banco era na capital da Província de São Paulo, o que permitiu aos pequenos lavradores acorrerem ao crédito bancário advindo deste banco. Também percebemos que o Banco de Crédito Real de São Paulo, na ausência do Banco do Brasil, assumiu seu lugar e passou a cobrar os mesmos juros de 6% ao ano. Apesar das mudanças no setor bancário, cabe frisar que os bancos continuavam não conseguindo atender à demanda de crédito, o que permitia a ocorrência de um circuito paralelo extremamente fundamentado no caráter comercial, estabelecendo juros maiores e prazos de vencimento menores; entretanto os lavradores aceitavam tais exigências, pois era a única maneira de adquirir o crédito para a manutenção da atividade nuclear – o café.

## 2.5 Período 1891-1899

Vimos que nos períodos anteriores houve algumas mudanças na composição das exigências básicas em relação aos créditos emprestados pelos credores. Sendo assim, vamos partir nesse instante para a compreensão do que aconteceu no fornecimento de crédito no período 1891/1899. Para isso, primeiramente, vamos ver a **tabela 13**.

**Tabela 13 – Quantidade de crédito concedido pelos credores no município de Descalvado, 1891-1899.**

1891-1899	Hipoteca	%	Penhor Agrícola	%
<b>Negociante/comerciante</b>	1:510:472\$200	11,58%	111:978\$000	2,99%
<b>Capitalista</b>	1:262:463\$580	9,68%	199:165\$700	5,32%
<b>Proprietário</b>	756:647\$850	5,80%	0,00	0%
<b>Comissário</b>	779:466\$860	5,97%	3:066:182\$100	82,09%
<b>Lavrador</b>	2:219:354\$720	17%	26:696\$000	0,71%
<b>Banco Nacional</b>	5:287:981\$740	40,57%	101:992\$660	2,72%
<b>Banco Internacional</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Outros</b>	467:066\$760	3,58%	145:687\$560	3,89%
<b>Indeterminado</b>	752:941\$250	5,82%	85:519\$530	2,28%
<b>Total</b>	13:036:394\$960	100%	3:737:221\$550	100%

**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob os números 2 RH 1890 e 2 RH 1895 e Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob o número 2 PA/E 1874, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Pela **tabela 13**, fica claro o aumento significativo na participação dos lavradores/credores no fornecimento de crédito, passando de 1:275:976\$740 (11,19%) no período 1882/1890 para 2:219:354\$720 (17%), ou seja, houve um crescimento na escala de 943:378\$000 comparado ao período anterior. Os capitalistas/credores também apresentaram uma elevação importante, atingindo o valor de 1:262:463\$580 (9,68%), quando no período 1882/1890 foi de 719:651\$230 (6,31%); tal fato também aconteceu com os negociantes/credores, que passaram de 1:060:982\$490 (9,30%) no período 1882/1890 para a quantia de 1:510:470\$200 (11,58%), ou seja, o crédito de característica comercial teve um relevante crescimento nesse período. No entanto, evidencia-se pela **tabela 13** que os bancos/credores, apesar de manterem a liderança no fornecimento de crédito, tiveram uma queda sensível no montante dos empréstimos realizados no período, passando de 7:474:902\$580 (65,62%) período 1882/1890 para o montante de 5:287:981\$740 (40,57%) no presente período. Desta maneira, percebe-se que houve algumas

mudanças nos fornecedores de crédito, em que alguns grupos aumentaram sua participação, aproveitando-se da queda da participação dos bancos no fornecimento de crédito. A seguir, vamos partir para a análise das hipotecas realizadas no período de 1891/1899 para compreender o que aconteceu nessa seara.

Iniciaremos pelo sistema financeiro bancário que contribuiu com o maior montante dos empréstimos. Em 1896, o Banco do Comércio e da Indústria de São Paulo emprestou a Floriano Ferreira & Irmãos, negociantes, estabelecidos em Santos, a quantia de 1:600:000\$000, estabelecendo as seguintes exigências na hipoteca: cobrança de juros de 12% ao ano e 1 ano de prazo de vencimento. As propriedades agrícolas denominadas: Fazenda “Santa Rita” e Fazenda “São João da Lagoa Alta” foram hipotecadas como forma de garantia, juntamente com todas as suas benfeitorias; tendo a fazenda “Santa Rita”, propriedade do Dr. Cândido da Silva Camargo, membro da firma Floriano Ferreira & Irmãos, situada em Descalvado, as seguintes benfeitorias: 570 alqueires de terras em pastos, cafezais, capoeiras e matas, com 478 mil pés de café, casa de morada, casa de máquinas movidas a vapor, tulhas, terreiro ladrilhado e casas de tijolos para 74 famílias de colonos. Já a outra fazenda, de propriedade de Elisiário Ferreira de Camargo Andrade, também membro da firma Floriano Ferreira & Irmãos, situada em Descalvado, continha: 650 alqueires de terras em pastos, cafezais, capoeiras e matas, com 550 mil pés de café, casa de morada, casas de colonos para 110 famílias, casa de máquina, tulha para 25 mil a 30 mil arrobas de café, terreiros e mais acessórios de lavoura.<sup>191</sup>

Por meio dessa hipoteca, pode-se inferir que os bancos tiveram uma representação muito menor no fornecimento de crédito, pois somente a mesma representa aproximadamente 30,25% da quantia total de 5:287:981\$740 emprestada pelos bancos/credores, havendo, assim, uma diminuição maior no acesso do crédito bancário com suas melhores condições para os devedores. Desta maneira, o crédito bancário que já tinha um acesso limitado, nunca atingindo a demanda dos produtores agrícolas, ficou nesse período ainda mais difícil de ser adquirido. Vejamos outros exemplos que mostram essa limitação maior do acesso ao crédito do sistema financeiro bancário.

Em 14 de fevereiro de 1896, o Coronel José Ferreira de Figueiredo, residente na cidade de São Paulo, adquiriu o crédito de 1:435:000\$920 junto ao Banco da

---

<sup>191</sup> Escritura de hipoteca nº 799. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

República do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, onde foram estabelecidas as seguintes condições: juros de 6% ao ano e prazo de vencimento de 6 anos em prestações anuais. O empréstimo tinha como garantia a Fazenda “Monte Alverne” com área de 434 alqueires de terras, situada no município de Descalvado, e suas respectivas benfeitorias, como:

400 mil pés de café de várias idades, casa de morada, armazém, 2 tulhas, casa para administrador, 40 casas duplas para 80 famílias de colonos, casa de máquina, 2 despoldadores, 1 locomóvel de força de 8 cavalos, ventiladores, catador, separador, moinho, monjolo, 5 tulhas para café, 1 casa para tropas, 1 grupo de casas para 10 famílias de colonos e mais acessórios de lavoura.<sup>192</sup>

A outra grande hipoteca firmada no período ocorreu em 20 de maio de 1899, quando o Coronel José Ferreira de Figueiredo adquiriu a quantia de 1:222:969\$520, novamente junto ao Banco da República do Brasil, com as seguintes condições: 6% de juros ao ano, pena convencional de 122:000\$000 e prazo de pagamento de 10 anos, sendo colocada como garantia a Fazenda “Monte Alverne” com todas suas benfeitorias.<sup>193</sup>

Poder-se-á inferir por intermédio das 17 hipotecas firmadas nesse período que o crédito via sistema financeiro bancário teve o acesso ainda mais limitado, onde os empréstimos atingiram fundamentalmente os grandes lavradores, já que as três hipotecas citadas representavam aproximadamente 80,52% do valor total emprestado. Nota-se também que continuaram as variações nas exigências das hipotecas, como podemos observar nos empréstimos de 1896 e nas demais hipotecas. As outras hipotecas contavam com valores entre 16:000\$000 a 170:000\$000, com juros oscilando entre 6% a 10% ao ano e prazo de pagamento entre 2 a 20 anos, o que demonstra haver grandes dificuldades no período para obtenção de crédito.

Segundo Antônio Barros de Castro, o período 1891/1899 foi extremamente conturbado para a comercialização do café, pois tivemos uma crise nos preços internacionais, em 1894<sup>194</sup>, e logo em seguida, em 1896, aconteceu a primeira

---

<sup>192</sup> Escritura de hipoteca nº 800. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>193</sup> Escritura de hipoteca nº 881. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1895. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>194</sup> A queda brutal das cotações do café teve início em 1894, quando já se anunciava de forma evidente longo período de superprodução. A contínua depreciação do mil-réis ao longo da década insensibilizava, porém, a classe cafeeira, que custava a dar-se conta das reais condições de mercado. A política de estabilização do início do século e o acúmulo de estoques em posse do comércio se encarregariam de pôr fim a essa

grande crise de excesso de produção, que acentuou ainda mais a queda dos preços do café.<sup>195</sup> Já Luiz Antonio Tannuri percebeu que a ausência dos bancos no fornecimento de crédito aos lavradores ocorreu devido às políticas adotadas pelo governo imperial:

A situação dos bancos, em 1893, continuava a se caracterizar por uma carteira de difícil realização, fato que os levava à beira da insolvência. O estado da dívida dos bancos para com o Tesouro quase que impossibilitava a retomada de sua circulação com a ajuda do Governo, pois este já lhes era credor por vários títulos: empréstimos em ouro para constituição de depósito de garantia, cheques da alfândega, depósitos de saldo do Tesouro, empréstimos em virtude das leis de 1875 e 1885.<sup>196</sup>

Cabe notar que a crise aguda do sistema financeiro bancário duramente atingindo pelas políticas imperiais, levou os bancos a terem grandes dificuldades no período 1891/1899, o que abriu caminho para aumentar as operações do sistema paralelo de crédito. Desta maneira, os bancos se retiraram abruptamente do fornecimento de crédito agrícola no município de Descalvado, assim diminuindo muito sua participação por estarem à beira da falência. Nesse cenário de emperramento do sistema financeiro bancário, outras personagens garantiam o suprimento de crédito mediante a ausência dos bancos no fornecimento de crédito, pois os lavradores necessitavam constantemente de crédito para a manutenção das operações da produção cafeeira.<sup>197</sup> Assim, os lavradores/credores passaram a ser o segundo maior grupo no universo dos credores, tendo um crescimento vertiginoso no período 1891/1899, passando a compor o principal agente fornecedor de crédito, mas, indubitavelmente, fica a questão de como agiam os lavradores/credores no que se refere às exigências básicas das hipotecas, como a cobrança de juros e o prazo

---

situação, deflagrando a crise aberta no setor cafeeiro. CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. Volume 2. p. 59.

<sup>195</sup> LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 71.

<sup>196</sup> TANNURI, Luiz Antonio. **O Encilhamento**. São Paulo: HUCITEC; [Campinas, SP]: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1981. p. 82.

<sup>197</sup> A produção cafeeira, meramente por ser uma produção agrícola, mas também por suas especificidades físicas ou agrônômicas, já impõe *uma estrutura de demanda de recursos financeiros* cuja não satisfação pode comprometer, naquelas economias em que predominou, todo o seu processo de reprodução e acumulação de capital, envolvendo o conjunto do sistema que nela se fundamenta. Por outro lado, à medida que também se constitui no elemento determinante da formação e distribuição de renda destas economias, condiciona não só a própria possibilidade da existência de recursos disponíveis para empréstimos, como também o seu volume e a propensão de sua transferência para outros setores do sistema, o que delimitaria, em suas linhas gerais, também *a estrutura de oferta de recursos financeiros* [...]. PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria**: Juiz de Fora, 1889/1930. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2009. p. 194.

de pagamento. Para compreendermos, o que aconteciam nessas relações de crédito comercial ocorridas no período 1891/1899, vejamos alguns exemplos.

Em 1891, o lavrador/credor Joaquim Pacheco de Mendonça, residente em Santa Cruz das Palmeiras, emprestou a quantia de 37:000\$000 ao lavrador João Galvão de França, residente em Descalvado e proprietário da Fazenda “Três Barras”. A hipoteca estipulava a cobrança de juros de 12% ao ano e prazo de pagamento de 1 ano; como garantia do empréstimo, foi hipotecada a referida fazenda “Três Barras” e todas as suas benfeitorias, como: casas de morada para colonos, monjolo, 2 paióis, 21 mil pés de café, 53 porcos, 1 carro forrado, 12 bois de carro e 13 vacas.<sup>198</sup>

Outra hipoteca significativa que mostra a ausência dos bancos foi firmada em 1896, quando o Conde de Souza Dantas, lavrador, residente em Descalvado, adquiriu o crédito de 48:200\$000 junto ao lavrador/credor José Carlos Freire de Figueiredo, residente em Descalvado. Para firmar a hipoteca, o lavrador/credor exigiu a cobrança de juros de 10% ao ano e prazo de vencimento de 3 anos; como garantia do empréstimo, a Fazenda “Montes Claros” e todas as suas benfeitorias foram hipotecadas.<sup>199</sup>

Por intermédio das hipotecas citadas, pode-se perceber que houve realmente uma inversão na participação dos empréstimos para os lavradores, pois o circuito local começou a suprir as necessidades de crédito, independente da origem dos lavradores, apesar das condições serem mais severas; contudo estavam bem próximas das exigências dos empréstimos realizados pelos bancos no período. Outro fato importante, que fica claro nas 59 hipotecas firmadas pelos lavradores/credores, é que os empréstimos oscilavam entre 6:500\$000 a 200:000\$000, sendo que a maioria dos empréstimos ocorreram acima dos 20:000\$000, em que os juros variavam entre 8% a 15% ao ano, no qual os juros mais praticados foram os de 12% ao ano, o que evidencia o caráter comercial do crédito; onde os lavradores/credores passaram a ser os principais fornecedores de crédito para os grandes lavradores no período.

No que se refere à dinâmica do fornecimento de crédito, outros dois agentes se aproveitaram das limitações do sistema financeiro bancário e aumentaram sua

---

<sup>198</sup> Escritura de hipoteca nº 714. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>199</sup> Escritura de hipoteca nº 806. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1895. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

participação nessa área. Os negociantes/credores foram o terceiro maior grupo fornecedor de crédito, seguido dos capitalistas/credores, que ocuparam a quarta posição. No entanto, será que esses grupos tinham como devedores os mesmos grupos dos bancos/credores e dos lavradores/credores ou possuíam uma clientela diferente? Vejamos alguns exemplos para buscar compreender que eram seus clientes.

Primeiramente, vamos começar pelos capitalistas. Em 1891, o Tenente Coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, lavrador, residente em São Paulo, adquiriu a quantia de 100:000\$000 junto ao Marquês de Três Rios (Joaquim Egídio de Sousa Aranha), capitalista, residente na cidade de São Paulo, onde a hipoteca estabelecia as seguintes exigências: cobrança de juros de 8% ao ano e prazo de vencimento de 6 anos. Para garantia da hipoteca, foi colocada a Fazenda “Campo Alto”, com sede em Descalvado e suas benfeitorias, como: casa de morada, casa para colonos, olaria, pastos, cafezais novos e velhos e outras benfeitorias.<sup>200</sup>

Outra hipoteca significativa foi realizada, em 1893, quando o capitalista Vicente Danbila, residente na cidade de São Paulo, emprestou a quantia de 120:000\$000 ao lavrador João Antônio de Camargo Neves, residente em Descalvado, firmando as seguintes exigências na hipoteca: juros de 15% ao ano e prazo de pagamento de 3 anos. A Fazenda “do Salto” foi hipotecada como garantia do empréstimo, juntamente com suas benfeitorias, como: 32 casas para camaradas, 32 casas para colonos, casa para máquina completa com sistema Lidgerwood, 130 mil pés de café formados, 100 mil pés de café entre 2 e 4 anos de idade, 30 alqueires de pastos e mais acessórios de lavoura.<sup>201</sup>

É importante notar pelas hipotecas que os capitalistas/credores eram oriundos dos centros mais dinâmicos, como nos exemplos citados a cidade de São Paulo, onde os capitalistas aproveitavam da necessidade de crédito dos lavradores e das dificuldades do sistema financeiro bancário para aumentaram sua perspectiva de lucros, por intermédio das condições mais severas de seu crédito comercial. Também fica evidente que havia diferenças significativas nas exigências, principalmente no que se refere aos juros que variavam entre 8% e 18% ao ano, e que os lavradores ficavam dependentes desses agentes e aceitavam tais

---

<sup>200</sup> Escritura de hipoteca nº 708. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>201</sup> Escritura de hipoteca nº 758. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.



imposições para manter as operações de suas propriedades rurais e assim conseguirem manter a produção cafeeira.

Quanto ao crédito derivado dos negociantes/credores, torna-se evidente que esse grupo distribuía seus empréstimos, primordialmente aos pequenos lavradores no circuito regional e local, suprimindo assim a falta de perspectiva dos pequenos lavradores em relação ao crédito como as melhores exigências como os derivados dos bancos/credores e, em segundo plano, dos lavradores/credores. Cabe frisar que a maioria dos créditos emprestados pelos negociantes/credores era de pequena monta, atingindo os valores entre 560\$000 a 15:000\$000, com juros na ordem dos 6% a 15% ao ano e o prazo de vencimento variando entre 6 meses a 3 anos, ou seja, era um crédito extremamente voltado para o circuito local e regional e que direcionava, fundamentalmente para os pequenos lavradores; entretanto, houve algumas exceções, no qual foram estabelecidos empréstimos com valores entre 62:000\$000 a 297:000\$000, apresentando juros entre 6% a 12% ao ano, sendo os juros de 12% ao ano o mais praticado e quanto ao prazo de pagamento variou entre 1 ano a 3 anos.

Desta forma, podemos compreender que os lavradores buscavam o crédito tão fundamental para a operação da produção cafeeira, onde fosse possível adquirir o mesmo, buscando primeiramente os fornecedores que apresentavam as melhores condições básicas para fornecê-lo; porém, quando se esgotavam as melhores formas de crédito, os fazendeiros, devido ao ciclo de vicissitudes da produção cafeeira, partiam para buscar o crédito com os outros agentes, aceitando as exigências cobradas pelos mesmos, visando não comprometer a produção cafeeira.

## **2.6 Período 1900-1908**

No período anterior, houve uma grande crise do sistema financeiro bancário no atendimento aos anseios dos lavradores que buscavam o crédito hipotecário agrícola movido pelos bancos por haver melhores condições para os agricultores; entretanto, com a ausência maior dos bancos, outras personagens ocuparam o espaço deixado e passaram a exercer o papel de fornecedores de crédito; embora as exigências fossem mais severas e duras, não havia melhores alternativas aos lavradores/devedores do que pegarem esses créditos.

Dentro dessa dinâmica, a composição do fornecimento de crédito mudou significativamente e impôs aos lavradores/devedores formas bem mais restritivas, mas que permitiram manter a produção cafeeira por intermédio do crédito vital para cumprir a rotina da unidade agrícola produtora, a fazenda, com suas diversas funções para conseguir o resultado final, o café. Desta maneira, percebe-se que o crédito continuou sendo fornecido por outros grupos, apesar da maior ausência dos bancos no período 1891/1899; e assim, fica o questionamento de como ocorrerá o fornecimento de crédito no período de 1900/1908. Para iniciar nossa compreensão, vejamos a **tabela 14**.

**Tabela 14 – Quantidade de crédito concedido pelos credores no município de Descalvado, 1900-1908.**

1900-1908	Hipoteca	%	Penhor Agrícola	%
<b>Negociante/comerciante</b>	209:970\$200	2,11%	85:493\$500	1,40%
<b>Capitalista</b>	639:390\$700	6,43%	27:400\$000	0,45%
<b>Proprietário</b>	113:767\$000	1,14%	0,00	0%
<b>Comissário</b>	4:937:405\$920	49,77%	4:966:638\$600	81,61%
<b>Lavrador</b>	849:542\$700	8,55%	47:000\$000	0,77%
<b>Banco Nacional</b>	2:605:949\$960	26,24%	336:669\$720	5,53%
<b>Banco Internacional</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Outros</b>	473:103\$900	4,76%	499:761\$320	8,21%
<b>Indeterminado</b>	99:434\$080	1%	124:034\$360	2,03%
<b>Total</b>	9:928:564\$450	100%	6:086:997\$500	100%

**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob os números 2 RH 1895, 2 RH 1902 e 2RH 1908 e Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob os números 2 PA/E 1874 e 2 PA/E 1904, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

É importante notar, por intermédio da **tabela 14**, que os bancos continuaram sua queda como fornecedores de crédito, despencando para a quantia total de 2:605:949\$960 (26,24%) no período 1900/1908, quando nos períodos anteriores sempre apresentou uma escala de empréstimos que variou entre 37% a 65%. Cumpre notar que houve uma queda abrupta também no crédito fornecido pelos lavradores/credores que emprestaram a quantia de 849:542\$700 (8,55%), quando no período 1891/1899 emprestaram a quantia de 2:219:354\$720 (17%), ou seja, diminuiu a bagatela de 1:369:812\$020. Os capitalistas/credores também seguiram a tendência de queda no fornecimento de crédito, emprestando no período 1900/1908 somente o valor total de 639:390\$700 (6,43%), o que representa no aspecto quantitativo aproximadamente a metade do que os capitalistas/credores emprestaram no período 1891/1899.

Apesar do período ser marcado por uma queda geral no fornecimento de crédito, pois atingiu a quantia total de 9:928:564\$450, quando no período 1891/1899 apresentou a quantia de 13:036:394\$960, os comissários/credores assumiram grande papel de destaque no fornecimento de crédito, pois passaram a ser os maiores emprestadores de crédito, chegando a quantia total de 4:937:405\$920, ou seja, representavam a metade dos empréstimos efetivos no período, com a percentagem total de 49,77%. Também houve um aumento importantíssimo no que se refere ao penhor agrícola, que passou de 3:737:221\$550 (1891/1899) para a quantia de 6:086:997\$500 (1900/1908), também com grande performance dos comissários que representaram 81,61% dos valores emprestados.

Sendo assim, a **tabela 14** mostra que a tendência de queda dos empréstimos continuou principalmente no que tange aos bancos/credores e aos lavradores/credores; contudo, outras personagens continuaram suprimindo as necessidades de crédito, especialmente das unidades agrícolas produtoras de café. Desta forma, vamos ver por meio das hipotecas quais eram as condições exigidas nesse período para haver a efetivação dos empréstimos.

Apesar da ausência ainda maior do sistema financeiro bancário, iniciaremos nossa análise pela atuação dos bancos no fornecimento de crédito na área do município de Descalvado. Nesse período, os bancos tiveram uma atuação mínima na região, pois efetivaram somente 7 hipotecas que integraram o total de 2:605:949\$960. Em 1900, o Banco de Crédito Real de São Paulo, representado por seu diretor-gerente, José Duarte Rodrigues, forneceu o crédito de 150:000\$000 ao lavrador Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha, residente em Descalvado, firmando as seguintes exigências: 10% de juros ao ano e 20 anos de prazo de vencimento. Para firmar o empréstimo, foi hipotecada a Fazenda “Trindade” com todas as suas benfeitorias, como: 158 mil pés de café, casa de morada, casa de máquina com motor de 8 cavalos de força, secador de café, tulha, casa de administração, casas para colonos, 15 reses de criar, 70 carneiros e demais acessórios de lavoura.<sup>202</sup>

No mesmo ano de 1900, no dia 09 de maio, Dona Beatriz Ferreira de Quadros, viúva, lavradora, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 300:000\$000 junto ao Banco de Crédito de São Paulo por meio de seu diretor-gerente, José Duarte Rodrigues, em que foram firmadas as seguintes exigências na

---

<sup>202</sup> Escritura de hipoteca nº 912. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1895. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

hipoteca: juros de 10% ao ano e prazo de pagamento de 20 anos. Como garantia, foi hipotecada a propriedade agrícola Fazenda “São Clemente” e suas respectivas benfeitorias, como: 260 mil pés de café de diversas idades, casa de morada, 34 casas para colonos, paiol, olaria, casa de máquina completa, 2 tulhas, secador, lavador de café, 20 cabeças de gado, terreiro, monjolo e demais acessórios de lavoura.<sup>203</sup>

O Coronel José Ferreira de Figueiredo, em 1905, adquiriu a quantia de 1:944:969\$520 junto ao Banco da República do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, estabelecendo as seguintes exigências: 6% de juros ao ano e prazo de pagamento de 10 anos, pagos em prestações semestrais de 82:202\$760. Como garantia do empréstimo, foi empenhada a Fazenda “Monte Alverne” e todas as suas benfeitorias.<sup>204</sup>

Como vimos, sempre houve um quadro de mudanças na escala de fornecimento de crédito; aliás, isso foi uma constante em todos os períodos. No entanto, nesse período os bancos se limitaram a pouquíssimos empréstimos na região, que dificultaram ainda mais o acesso às melhores condições de crédito adquiridos por via do sistema financeiro bancário. Pelos exemplos acima, percebe-se que somente os grandes lavradores conseguiam romper as dificuldades de acesso ao crédito no período e assim adquiriam o mesmo com condições melhores do que as praticadas pelos outros agentes fornecedores de crédito, embora houvesse ainda diferenças nas exigências contidas nas hipotecas, pois os bancos levavam em consideração as condições e as possibilidades da garantia de pagamento dos devedores.

De acordo com Renato M. Perissinoto, os bancos se ausentaram nesse período devido à política de retratação do meio circulante assumida pelo governo federal, que provocou uma grave crise do sistema financeiro bancário, atingindo seu ápice, em 1901. Essa crise provocou a suspensão da atividade de vários bancos no fornecimento de crédito, pelo qual o Ministério da Fazenda participou efetivamente no socorro somente do Banco da República do Brasil, devido à forte participação desse banco no mercado de câmbio.<sup>205</sup> Essa dificuldade do crédito bancário fica

---

<sup>203</sup> Escritura de hipoteca nº 914. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1895. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>204</sup> Escritura de hipoteca nº 1037. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1902. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>205</sup> PERISSINOTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994. p. 63-64.

clara por meio das hipotecas firmadas no período 1900/1908, em Descalvado, que confirmam a retirada de vários bancos do circuito de fornecimento de crédito aos lavradores.

Nesse período 1900/1908, o crédito para os lavradores, que já não era fácil de adquirir, principalmente através do sistema financeiro bancário que nunca conseguiu dar conta da demanda dos lavradores, tornou-se ainda mais escasso devido fundamentalmente à política de restrição do meio circulante aplicada pelo governo federal, como meio de diminuir os problemas derivados da política do Encilhamento; desta feita, os lavradores foram extremamente prejudicados em duas vias, pois mesmo os grandes lavradores tinham dificuldades de conseguir o crédito via bancos, como ficou evidenciado pelas hipotecas efetivadas no município de Descalvado nesse período e porque os lavradores/credores também se retiraram do circuito de fornecimento de crédito com características comerciais, abrindo caminho assim para a ascensão dos comissários/credores como os maiores fornecedores de crédito na microeconomia de Descalvado. Sendo assim, vamos ver como agiam os comissários/credores no que se refere às condições de fornecimento de crédito.

Através da hipoteca firmada em 14 de março de 1901, a firma comissária Penteado & Dumont, com sede em Santos, concedeu ao lavrador João Antônio de Camargo Neves, residente em Descalvado, a quantia de 85:493\$910, com as seguintes exigências: juros de 12% ao ano e prazo de vencimento de 9 meses. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “do Salto” com todas as suas benfeitorias, como: casa de morada, máquina para beneficiar café, locomóvel, tulha, 270 mil pés de café, casas para 50 famílias de colonos e demais acessórios de lavoura.<sup>206</sup>

Dentre as casas comissárias que atuaram na região de Descalvado, nesse período 1900/1908, a firma comissária Prado Chaves & Companhia teve grande atuação nos empréstimos fornecidos por esse grupo aos lavradores da região. Assim, em 1901, a casa comissária Prado Chaves & Companhia, com sede na cidade de São Paulo, emprestou a quantia de 70:000\$000 aos lavradores Francisco Borges Gomes e Adolpho Borges de Oliveira, em que a hipoteca estabelecia as seguintes condições: juros de 12% ao ano e prazo de pagamento de 3 anos. Para garantia da hipoteca, os devedores hipotecaram a Fazenda “Bom Retiro” e todas as

---

<sup>206</sup> Escritura de hipoteca nº 930. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1895. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

suas benfeitorias, como: 80 mil pés de café, 2 casas de morada, máquina para beneficiar café, 30 casas para colonos e mais acessórios de lavoura.<sup>207</sup>

Em outro empréstimo fornecido pela firma comissária Prado Chaves & Companhia aos mesmos devedores, em 1903, no valor de 70:000\$000, foram estabelecidas as seguintes exigências: juros de 12% ao ano e prazo de vencimento de 2 anos, como garantia foram hipotecadas as Fazendas “Bom Retiro” e “Sertãozinho”, com todas as suas benfeitorias.<sup>208</sup> Percebe-se que houve uma redução no prazo de pagamento, e também os credores para efetivar o empréstimo impuseram maiores exigências em relação aos bens hipotecados como forma de garantia de não pagamento da hipoteca. Sendo assim, a casa comissária exigiu como garantia duas fazendas e todas as suas benfeitorias devido às dificuldades econômicas provocadas pela política de restrição implantada pelo governo federal.

Pelos exemplos das hipotecas citadas, nota-se que os empréstimos estavam fundamentalmente ligados aos grandes lavradores. Isso ocorreu, principalmente, em decorrência da crise provocada pelo Encilhamento e a política implantada pelo governo federal para superar a crise que afetou enormemente o sistema financeiro bancário, que era o principal fornecedor de crédito aos lavradores. Desta forma, os lavradores foram buscando o crédito com quem podia fornecê-lo, sendo que nesse período 1900/1908, os comissários assumiram o papel de maiores fornecedores de crédito, sendo que os lavradores aceitavam as exigências mais severas desse grupo como forma de terem acesso ao crédito tão vital para a manutenção da produção cafeeira.

Cumpramos ressaltar que foram efetivadas 42 hipotecas pelos comissários/credores, no qual a maioria dos empréstimos foi concedida aos grandes lavradores que representaram 90% do valor emprestado. Nota-se que as variações continuaram sendo uma constante, porém os comissários tinham exigências mais duras em relação aos devedores, com os juros sempre na escala dos 12% ao ano e o prazo de vencimento variando entre 1 ano e 3 anos, sendo que o prazo de vencimento mais praticado foi o de 1 ano.

Quanto aos outros grupos fornecedores de crédito, tivemos alterações somente no montante dos empréstimos efetivados, ou seja, mantiveram as mesmas

---

<sup>207</sup> Escritura de hipoteca nº 936. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1895. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>208</sup> Escritura de hipoteca nº 1008. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1902. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

características do período anterior. Evidencia-se, nesse período, que os lavradores, essencialmente os grandes, tiveram que aceitar as condições mais duras e severas dos comissários, haja vista as dificuldades que passavam o sistema financeiro bancário e os lavradores/credores, ocasionadas pela política econômica adotada pelo governo federal para superar a profunda crise advinda do período do Encilhamento. Essa nova política dificultou ainda mais o acesso ao crédito, que já era difícil nos períodos anteriores, como verificamos pelas hipotecas analisadas. Sendo assim, houve nesse período um maior esvaziamento dos principais fornecedores de crédito que estavam extremamente afetados pela crise; isso levou os lavradores a buscarem novos agentes fornecedores de crédito, independente das condições que esses grupos exigiam para fornecê-lo.

Nessa condição de emperramento dos fornecedores tradicionais, ascenderam os comissários/lavradores como os maiores fornecedores de crédito, aproveitando-se das condições de endividamento da produção agrícola<sup>209</sup>, pois os lavradores necessitavam constantemente de crédito para manter a produção nuclear do café. Desta forma, não restava outra alternativa aos lavradores senão partirem amplamente para o crédito comercial, derivado dos comissários com suas exigências mais austeras, pois era a única forma de conseguir o crédito que garantia a manutenção da produção agrícola.

## 2.7 Período 1909-1915

Como vimos no período 1900/1908, houve uma diminuição no fornecimento de crédito por meio do sistema financeiro bancário. Tal fato foi fundamentalmente provocado pela política econômica restritiva dos governos Campos Sales e Rodrigues Alves, que buscavam solucionar os problemas decorrentes da crise de superprodução entre 1900 e 1905.<sup>210</sup> Essa política prejudicou, como vimos pelas hipotecas firmadas em Descalvado (1900/1908), o fornecimento dos empréstimos de

---

<sup>209</sup> Em qualquer economia baseada na agricultura existe uma defasagem entre a renda decorrente da comercialização da safra (que ocorre em períodos delimitados do ano) e as necessidades correntes dos produtores (que se estendem pelo conjunto do ano agrícola). Tal defasagem, que também caracteriza a produção de café, além de criar uma sazonalidade típica nas economias agrícolas, só pode ser satisfeita, na ausência de reservas mantidas pelos proprietários, por crédito: neste caso, crédito de curto prazo. PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria**: Juiz de Fora, 1889/1930. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2009. p. 195.

<sup>210</sup> LOVE, Joseph. **A Locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 69.

longo prazo, havendo um emperramento do sistema financeiro bancário que se ausentou ainda mais e, assim, abriu caminho para a ascensão das casas comissárias, tornando-as os maiores fornecedores de crédito na região de Descalvado, apesar da característica comercial e do curto prazo para o pagamento. Desta maneira, surge uma nova dinâmica que rompeu com os tradicionais fornecedores de crédito no circuito comercial, no qual o período 1900/1908 foi marcado pela consolidação das casas comissárias na esfera do fornecimento de crédito. Sendo assim, vamos ver agora se o período 1909/1915 manteve as mesmas características do período anterior ou se teve alguma modificação na questão dos agentes responsáveis pelo fornecimento de crédito.

**Tabela 15 – Quantidade de crédito concedido pelos credores no município de Descalvado, 1909-1915.**

1909-1915	Hipoteca	%	Penhor Agrícola	%
<b>Negociante/comerciante</b>	137:200\$000	2,01%	87:715\$720	1,30%
<b>Capitalista</b>	482:200\$000	7,08%	12:000\$000	0,17%
<b>Proprietário</b>	772:204\$000	11,34%	0,00	0%
<b>Comissário</b>	2:791:747\$340	41,05%	3:296:232\$920	49,16%
<b>Lavrador</b>	792:070\$000	11,63%	0,00	0%
<b>Banco Nacional</b>	1:670:440\$000	24,54%	3:080:000\$000	45,94%
<b>Banco Internacional</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Outros</b>	59:040\$000	0,86%	6:000\$000	0,08%
<b>Indeterminado</b>	101:483\$100	1,49%	224:864\$000	3,35%
<b>Total</b>	6:806:384\$440	100%	6:706:812\$640	100%

**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob o número 2 RH 1908 e Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1904, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Numa primeira aproximação, percebe-se pela **tabela 15** que houve uma diminuição no fornecimento de crédito firmado pelas hipotecas, sendo que pela primeira vez as hipotecas e os penhores agrícolas tiveram aproximadamente o mesmo montante total de empréstimos, que respectivamente emprestaram 6:806:384\$440 e 6:706:812\$640. No que tange às hipotecas, tivemos novamente como principal fornecedor de crédito os comissários que atingiram a quantia total de 2:791:747\$340, o que representou 41,05% dos valores emprestados. Logo em seguida, estiveram os bancos que foram responsáveis por emprestar a quantia de 1:670:440\$000, ou seja, 24,54% dos valores emprestados. O terceiro maior prestador foram os lavradores/credores, com empréstimos que somaram a



quantia de 792:070\$000 (11,63%), mostrando que no aspecto quantitativo houve uma pequena queda em relação ao período anterior.

Fica evidente pela **tabela 15** que as mudanças continuaram sendo uma constante na área do crédito, todavia a grande alteração ocorreu no crédito disponibilizado pelo penhor agrícola. Os penhores agrícolas atingiram a cifra de 6:706:812\$640, sendo amplamente dominado por dois fornecedores: os comissários, à percentagem de 49,16% e os bancos à percentagem de 45,94%. Desta feita, a **tabela 15** mostra que novas variáveis foram assumidas nesse universo do fornecimento de crédito, tendo agora o penhor agrícola a mesma dimensão das hipotecas. Diante dessas mudanças, vamos ver alguns exemplos para compreender melhor as relações entre os credores e os devedores nos empréstimos realizados no período.

Primeiramente, vamos ver as hipotecas, especialmente as formalizadas pelo grupo dos comissários. Em 08 de fevereiro de 1909, a casa comissária Corrêa Irmãos & Companhia, com sede em Santos, emprestou a quantia de 9:151\$900 ao devedor João Lourenço da Cunha. A hipoteca estabelecia a cobrança de juros de 12% ao ano e 2 anos como prazo de vencimento. Como garantia, o devedor hipotecou a Fazenda “Fortaleza de São João” e suas respectivas benfeitorias, como: 20 mil pés de café, casa de morada, 2 casas para colonos, paiol, terreiros e demais acessórios de lavoura.<sup>211</sup>

Em outra hipoteca firmada em 10 de maio de 1900, Antônio Penteado Serra, residente em Limeira, sócio da firma agrícola Antônio Penteado Serra & Irmãos, com sede em Limeira, adquiriu o crédito de 40:251\$200 junto à casa comissária Corrêa Irmãos & Companhia, que firmou as seguintes exigências: juros de 12% ao ano e 2 anos de prazo de pagamento. Para firmar o empréstimo, foi hipotecada a propriedade agrícola pertencente ao devedor, com sede em Descalvado, denominada Fazenda “Santa Cândida” e todas as suas benfeitorias, como: 80 mil pés de café, casa de morada, casa de colonos, máquina de beneficiar café e mais acessórios de lavoura.<sup>212</sup>

De acordo com as hipotecas firmadas pela casa comissária Corrêa Irmãos & Companhia, pode-se inferir que a mesma não fazia distinção em relação aos

---

<sup>211</sup> Escritura de hipoteca nº 1120. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1902. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>212</sup> Escritura de hipoteca nº 1123. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1902. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

devedores, ou seja, emprestava para os grandes produtores como para os pequenos, como podemos notar pela composição das benfeitorias das fazendas dadas como garantia nas hipotecas citadas acima, sendo que o credor mantinha as mesmas exigências básicas, como juros de 12% ao ano e 2 anos de prazo de pagamento. Cumpre notar que os comissários foram responsáveis por 27 hipotecas nesse período, as quais tiveram como condições básicas: os juros entre 8% e 12% ao ano, prazo de vencimento entre 1 ano a 3 anos e os valores variando entre 6:000\$000 a 553:903\$993. Quanto aos juros, tivemos o de 12% ao ano como o mais praticado, com a percentagem de 63%, seguido pelos juros de 10% ao ano (22%), 9% ao ano (8%) e 8% ao ano (7%). Em relação ao prazo de pagamento, o mais praticado foi o de 1 ano (44%), seguido pelo prazo de 2 anos (41%), de 3 anos (11%) e de 5 anos (4%). Outro fato importante foram os valores emprestados, em que os valores acima de 14:000\$000 representaram 85% dos empréstimos, o que demonstra fundamentalmente que os empréstimos estavam voltados para os grandes lavradores; mas, nenhum empréstimo contou com alguma forma diferenciada ou privilegiada, ou seja, todos eles seguiam as exigências mais rígidas do crédito comercial fornecido pelos comissários.

No que se refere às outras personagens fornecedoras de crédito, todas mantiveram as características do período 1900/1908, sendo que o sistema financeiro bancário permaneceu como fornecedor de crédito exclusivamente para os grandes lavradores, já os lavradores/credores, apesar da queda significativa no volume de empréstimo concedidos, continuaram emprestando crédito tanto para os pequenos como para os grandes lavradores, apesar da maioria dos empréstimos serem feitos para os grandes lavradores. Os capitalistas/credores e os proprietários/credores tiveram poucos empréstimos firmados no período, contudo deve-se ressaltar que seus empréstimos eram também destinados aos grandes lavradores. Por outro lado, os negociantes/credores foram o único grupo que forneceu crédito somente para os pequenos lavradores, sendo assim a única alternativa para os pequenos lavradores conseguirem o crédito para a manutenção de suas atividades agrícolas, fundamentalmente o café.

Esse quadro das relações da restrição mais acentuada do acesso ao crédito aumentou ainda mais a presença do crédito comercial na região de Descalvado, fato que provocou um processo cada vez maior de dependência dos lavradores em relação aos agentes dominantes do crédito, no qual os lavradores tiveram que

aceitar as condições mais severas do crédito comercial para conseguir o acesso ao crédito tão fundamental para a atividade agrícola. Tal dinâmica provocou a alteração na composição dos empréstimos na região e permitiu a ascensão do penhor agrícola como forma de conseguir o crédito, com suas formas mais severas ainda do que o crédito comercial de origem hipotecária. Sendo assim, vamos ver como se davam as relações entre os credores e os devedores na esfera do penhor agrícola.

Sobre os penhores agrícolas, tivemos uma grande diversidade de casas comissárias presentes na região de Descalvado, efetivando esse tipo de negociação; no entanto, para compreendermos a atuação desse grupo, vamos ver alguns exemplos de penhores agrícolas realizados na região. Em 10 de março de 1909, a casa comissária Bezerra Paes & Companhia, com sede em Santos, concedeu a quantia de 24:000\$000 ao lavrador Luciano Teixeira Leite, residente em Descalvado, proprietário da Fazenda “Itapiru”; estabelecendo as seguintes exigências: juros de 12% ao ano e 1 ano de prazo de vencimento. Como garantia do penhor agrícola, foi cedida toda a safra pendente dos cafezais, correspondente ao ano de 1909, que foi calculada em 12 mil arrobas de café. Também ficava estipulado no penhor agrícola que os lavradores se comprometiam a tratar, a colher e beneficiar o café, sendo que após esses cuidados deveriam ser remetidos a Santos pela estrada de ferro, à custa dos devedores; e determinavam que as remessas fossem iniciadas em julho e finalizadas até 31 de outubro de 1909.<sup>213</sup>

A partir desse crédito por meio de penhor agrícola, é importante notar as condições extremamente mais severas exigidas dos devedores, quando comparamos com as hipotecas citadas anteriormente; porém, será que os penhores agrícolas eram bem mais severos sempre em relação às exigências cobradas aos devedores? Para elucidar melhor essa questão, vejamos alguns outros exemplos de penhores agrícolas firmados na região.

Em 1910, o fazendeiro Dr. Sebastião Fortunato de Oliveira Penteado, residente em Descalvado, proprietário da Fazenda “Itaussú”, adquiriu a quantia de 10:000\$000 junto à casa comissária Ernesto Whitaker & Companhia, com sede em Santos, sendo estabelecidas as seguintes exigências: 12% de juros ao ano e 1 ano de prazo de pagamento. Como garantia do penhor agrícola, foi colocada toda a safra pendente de 1911, calculada em 4 mil arrobas de café. Também estabelecia que o

---

<sup>213</sup> Inscrição de Penhor Agrícola nº 234. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1904, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

devedor deveria mandar o café beneficiado para Santos até 31 de outubro de 1911, a fim dos credores realizarem a sua venda, onde seriam deduzidas as despesas e as comissões dos comissários, sendo que o resultado líquido do produto seria levado à conta do débito.<sup>214</sup>

Em outro penhor agrícola firmado pela casa comissária Ernesto Whitaker & Companhia, em 1914, o fazendeiro Dr. Sebastião Fortunato de Oliveira Penteadó, residente em Descalvado, proprietário da Fazenda “Graciosa”, adquiriu o valor de 270:000\$000, com as seguintes condições: 10% de juros ao ano e 3 anos de prazo de vencimento. Para garantia do penhor agrícola, foi colocada toda safra dos anos 1913, 1914 e 1915, calculada em 20 mil arrobas por ano. O café beneficiado deveria ser remetido para Santos, em consignação da casa comissária credora, até 31 de dezembro de cada ano, a fim do credor realizar a venda e o produto líquido da venda ser aplicado ao pagamento do penhor agrícola contraído pelo devedor junto à casa comissária.<sup>215</sup>

Nota-se pelos exemplos dos penhores agrícolas, que as condições eram extremamente mais severas do que as contidas nas hipotecas; pois os penhores agrícolas colocavam os devedores numa situação de subjugação total aos interesses comerciais das casas comissárias, que aproveitavam a extremada necessidade de crédito decorrente da produção cafeeira, colocando assim os lavradores num círculo vicioso, em que os lavradores/devedores que pegavam o penhor agrícola não tinham mais controle nenhum sobre a venda do café produzido.

Tal fato dessa influência dos penhores agrícolas por intermédio das casas comissárias na área de Descalvado teve início na década de 1890 e foi tomando corpo maior durante as políticas impetradas pelos governos federais para tentar evitar as crises constantes do sistema produtivo cafeeiro, especialmente no que se refere às superproduções de 1896, 1901 e 1906. Essas políticas econômicas restritivas adotadas pelo governo federal, juntamente com a falta de uma política de crédito hipotecário de longo prazo, provocaram uma diminuição ainda maior do crédito hipotecário, especialmente o conduzido pelo sistema financeiro bancário, o que provocou a substituição por outras personagens no circuito creditício. No entanto, todos esses agentes não conseguiram abastecer a necessidade de crédito

---

<sup>214</sup> Inscrição de Penhor Agrícola nº 260. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1904, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>215</sup> Inscrição de Penhor Agrícola nº 299. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1904, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

dos lavradores que, sem outra alternativa, migraram para o penhor agrícola como solução para conseguir o crédito, apesar das condições extremamente mais severas contidas nos penhores agrícolas, em que os lavradores/devedores estavam subjugados à especulação comercial das casas comissárias.

## CAPÍTULO 3 NA ÓTICA DOS DEVEDORES: AS INJUNÇÕES DA CADEIA CREDITÍCIA

### 3.1 – O destino dos créditos cedidos no município de Descalvado

*Cultura não é saber tudo sobre um pequeno ponto. Tampouco é saber pequenos pontos sobre tudo, como geralmente é o caso das pessoas que se dizem cultas. A cultura é uma argamassa, um cimento que permite construir sentido integrando conhecimentos.<sup>216</sup>*

Como vimos no **Capítulo 2**, o complexo cafeeiro contou com um circuito de fornecimento de crédito amplamente diversificado, em que os empréstimos de origem bancária com suas melhores formas foram fundamentalmente dominados pelos membros de famílias importantes da elite cafeeira paulista. Apesar desse domínio, percebe-se que os outros produtores agrícolas conseguiram adquirir o crédito tão fundamental para a manutenção da produção cafeeira por intermédio do circuito com características comerciais, cujas condições para o fornecimento de crédito eram mais severas e arrochadas.

Sendo assim, percebe-se que o município de Descalvado, conforme as fontes pesquisadas, contou com uma expressiva participação de famílias influentes no circuito produtivo cafeeiro; esses membros da elite paulista migravam das zonas paulistas mais antigas, buscando melhores possibilidades de produção cafeeira em novas áreas, como a região do município de Descalvado. Desta maneira, afluíram para a região famílias, como: Whitaker, Tobias de Oliveira, Alves Aranha, Souza Queiroz, Monteiro de Barros, Rodrigues Penteadado, Aguiar Barros, Ferreira de Figueiredo etc; ali instalaram grandes fazendas produtoras de café para conseguirem manter sua produção cafeeira de forma adequada e vigorosa, formando assim um município altamente especializado na produção nuclear de café.

Desta forma, nota-se que o município de Descalvado, como região altamente produtora de café, também contou com os mecanismos implantados pela elite cafeeira para sustentar seus interesses voltados especificamente para a produção de café; no qual o núcleo de sustentação dos cafeicultores foi baseado no domínio da posse de grandes propriedades rurais, ou seja, pelo domínio da questão fundiária

---

<sup>216</sup> ROSNAY, Joel. Apud. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9.

pela qual controlavam grandes extensões de terra, impossibilitando assim que houvesse uma modernidade ampla que atingisse toda a esfera social, política e econômica do município:

Permaneciam as profundas fraturas sociais herdadas da escravidão e do latifúndio, e persistiam no poder os setores tradicionais, configurando um quadro de resistências que limitaria qualquer mudança. A modernidade seria usufruída por poucos, mesmo porque sua disseminação efetiva exigiria o questionamento de nossas estruturas de dominação, propriedade fundiária e divisão social. No seu lugar, teríamos apenas a eterna miragem da modernização.<sup>217</sup>

Nota-se, por consequência, que havia uma hierarquização na escala produtiva, com reflexos especialmente na questão creditícia, pela qual fundamentalmente os grandes fazendeiros cafeicultores conseguiam adquirir o crédito com quantias consideráveis, por meio do sistema financeiro bancário com suas melhores condições, como: juros menores e prazos maiores para o vencimento do empréstimo. Entretanto, percebe-se que os outros produtores agrícolas instalados no município de Descalvado, na maioria das vezes tiveram que adquirir o crédito para suas atividades agrícolas no circuito comercial, em que o fornecimento de crédito contava com exigências mais severas, cobrando taxas de juros maiores e prazos de vencimento mais arrochados.

Outro fato importante que ficou claro por intermédio das relações dos fornecedores de crédito com os devedores, foi que o café, que era o principal produto da economia brasileira com sua excepcional representação na Província de São Paulo, atingiu profundamente o município de Descalvado, trazendo consigo um turbilhão de alterações profundas na sociedade local, como a implantação de ferrovias, a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra assalariada, principalmente do imigrante europeu, o desenvolvimento do comércio e a urbanização. Tal dinâmica do desenvolvimento da produção cafeeira, em Descalvado, imprimiu um aspecto peculiar à área do município, que teve como principal motor econômico o café, através do qual imperou uma hierarquização comandada pelos grandes produtores rurais, sustentados em suas grandes propriedades agrícolas, pois o município estava sob o domínio da grande lavoura,

---

<sup>217</sup> CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 24.

determinando como deveriam ser feitos os jogos dentro do universo da produção cafeeira.

Desta maneira, as outras unidades produtoras cafeeiras estabelecidas no município de Descalvado ficavam à mercê dos interesses e das ações impetradas pelos membros controladores do sistema de crédito comercial para conseguirem o crédito vital para a manutenção da produção cafeeira. Sendo assim, as unidades produtoras cafeeiras foram o epicentro produtivo do município, independente do tamanho da propriedade, onde imperava uma centralização ao redor dos grandes fazendeiros por terem acesso às melhores condições de fornecimento de crédito. Para melhor percepção do domínio da atividade cafeeira, vamos ver alguns exemplos de hipotecas firmadas no município de Descalvado.

Em 1874, o Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, concedeu o crédito de 55:000\$000 ao lavrador Carlos Augusto do Amaral e sua mulher Dona Ana Luiza do Amaral, estabelecendo as seguintes exigências: a cobrança de juros de 6% ao ano e 15 anos de prazo de vencimento. Como garantia para firmar a hipoteca, foi colocada a Fazenda “Santa Luzia” e todas as suas benfeitorias, como: 78 mil pés de café de diversas idades, casa de morada e suas dependências, 3 casas assoalhadas, paiol, moinho de milho, 2 monjolos, 1 carro forrado, 12 bois de carro, 12 cabeças de gado de criar, senzala e 29 escravos empregados na lavoura.<sup>218</sup>

Já em 1882, o lavrador Santos Mendes Lourenço adquiriu a quantia de 35:000\$000 junto ao Banco Predial, com sede no Rio de Janeiro, celebrado por intermédio de uma hipoteca que estipulava os seguintes termos: juros de 8% ao ano e 15 anos de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecada a propriedade agrícola cafeeira Fazenda “Fortaleza”, juntamente com todas as suas benfeitorias, como:

casa de vivenda, casa de tulha, casa paiol, senzala, casa moinho, 6 mil pés de café de 12 a 14 anos, 20 mil pés de café de 20 anos, 15 mil pés de café de 4 anos, 10 mil pés de café de 2 anos, 2 carros forrados, 12 bois de carro, 40 cabeças de gado vaccum, 6 bestas de carga, 4 animais de sela e 15 escravos.<sup>219</sup>

---

<sup>218</sup> Escritura de hipoteca nº 06. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>219</sup> Escritura de hipoteca nº 272. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.



Percebe-se pelas hipotecas que as fazendas eram a principal forma de garantia assumida pelos devedores perante os credores e que também havia uma boa quantidade de escravos na composição das benfeitorias entregues como garantia. Desta forma, os devedores utilizavam os escravos estrategicamente, como uma maneira de reforço no compromisso de realização do pagamento dos empréstimos em relação aos credores, devido aos altos valores empregados na obtenção dos escravos. Tal dinâmica permaneceu uma constante entre os credores e os devedores até 1888, quando houve a abolição da escravidão, e assim os escravos não representavam mais “mercadoria”, sumindo então dos empréstimos realizados pós-abolição, e levando a uma nova estruturação no que se refere à garantia dos empréstimos. Vejamos alguns exemplos que demonstram essa nova tendência.

Por meio da hipoteca concedida pelo Banco da República do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, o Conde de Souza Dantas adquiriu a quantia de 209:000\$000, que estabelecia as seguintes exigências: taxa de juros de 7% ao ano e 15 anos de prazo de pagamento. Como forma de garantia, o devedor hipotecou a Fazenda “Monte Claro”, juntamente com todas as suas benfeitorias, a saber:

126 mil pés de café de diversas idades, casa de vivenda e suas dependências, 1 casa de máquinas com descascador, elevador, ventilador, separador, transmissor, moinho americano, engenho de serra vertical com vapor de 8 HP, tulhas para café, olaria coberta de zinco, amassador, forma, 13 casas diversas para famílias de colonos, 1 moinho, 1 monjolo, galinheiro, cocheira, estrebaria, animais de serviço e custeio, lavador de café, trilhos, 1 trolly, 2 carros, 2 carroças, 8 carrinhos de aterro, móveis e utensílios.<sup>220</sup>

Levando em consideração outra hipoteca firmada em 1905, o negociante Francisco de Andrade Coutinho, residente em Santos, emprestou o crédito de 496:748\$640 aos lavradores Elisiário Ferreira de Camargo Andrade e sua mulher Dona Maria Joanna Ferreira Penteado, residentes em Descalvado, estabelecendo as seguintes exigências: 10% de juros ao ano e 10 anos de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “São João da Lagoa Alta” e mais suas respectivas benfeitorias, como: 514 mil pés de café de diversas idades, casa de máquina completa movida a vapor de 10 HP, paiol, tulhas, cocheiras, 110 casas

<sup>220</sup> Escritura de hipoteca nº 746. Livro de Inscrição Especial 2RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

para colonos de tijolos, 1 casa de morada, 1 capela, 1 armazém e mais acessórios de lavoura.<sup>221</sup>

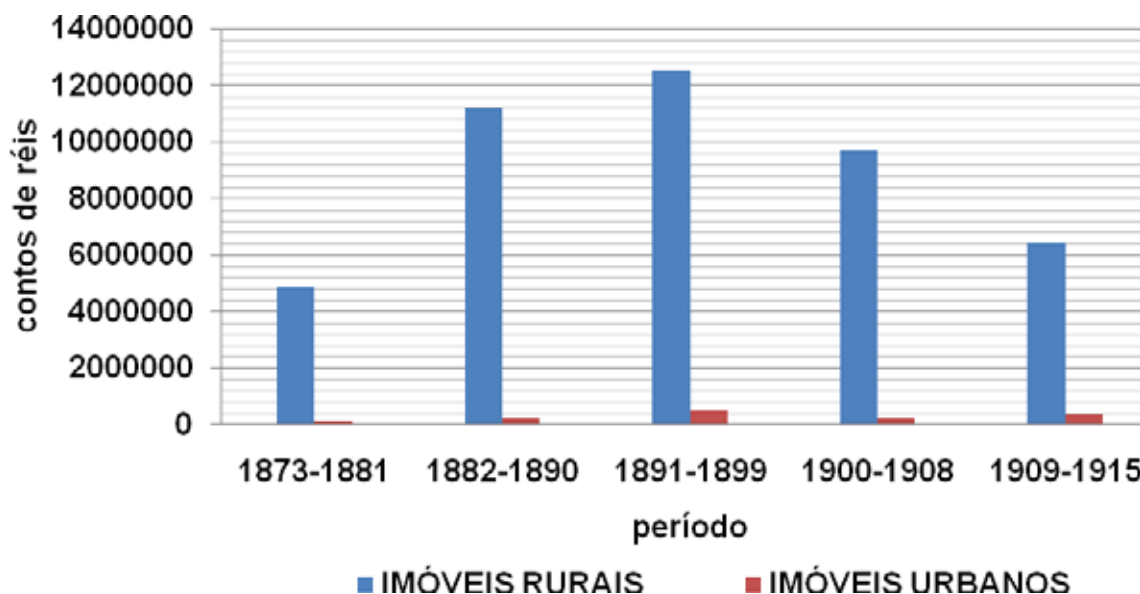
Por intermédio desses exemplos, poder-se-á inferir que os lavradores/devedores indubitavelmente usavam as fazendas como principal forma de garantia das hipotecas; mas, havia outras estratégias que reforçavam a forma de garantia em relação aos credores, pela qual os escravos foram utilizados como esse reforço de pagamento até 1888, pois com o final da escravidão os escravos não tinham mais força como termo de garantia, porque os mesmos não possuíam mais valor nenhum como “mercadoria”.

A partir da queda da escravidão, houve um maior aparelhamento da unidade produtora de café, com a inserção de maquinários voltados para o beneficiamento de café, como: descascador, elevador, ventilador, separador, máquina de beneficiar café, que passaram a ser utilizados pelos cafeicultores como nova forma de garantia de pagamento perante os emprestadores de crédito. Esse aparelhamento ocorreu devido ao caráter inerente da produção cafeeira, pois o café deveria passar por diversas operações no seio da fazenda para poder ser comercializado no mercado consumidor. Sendo assim, os fazendeiros aproveitaram o melhoramento da infraestrutura das fazendas para agregarem valor na forma de garantia do empréstimo por intermédio das benfeitorias da fazenda, aumentando, assim, a demonstração de força para a efetuação de pagamento do empréstimo. Entretanto, o único elemento que continuou durante todo o período como forma principal de garantia foi a propriedade agrícola, como podemos observar no **gráfico 7**.

---

<sup>221</sup> Escritura de hipoteca nº 1056. Livro de Inscrição Especial 2RH 1902. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

**Gráfico 7 – Extensão dos bens hipotecados no município de Descalvado 1873-1915**



**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob os números 2 RH/A 1875, 2 RH/B 1875, IE 315/460, 2 RH 188/A, 2 RH 189, 2 RH 1895, 2 RH 1902 e 2 RH 1908, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

O **gráfico 7** evidencia, ainda mais, o grande domínio da produção cafeeira na área municipal de Descalvado, pois a maioria dos empréstimos concedidos tinham como garantia as propriedades agrícolas cafeeiras. Assim, a atividade cafeeira era a principal atividade econômica do município, sobrepunhando as outras atividades, especialmente as urbanas, pois o sistema de crédito estava controlado pela atividade nuclear do café, que contava com as melhores possibilidades creditícias por disponibilizarem as fazendas que funcionavam como maior segurança de pagamento da dívida aos credores.

Apesar desse domínio do crédito pelo setor agrícola cafeeiro, os grupos que tinham atividades ligadas ao setor urbano conseguiam fundamentalmente ter acesso ao crédito por intermédio do circuito com características comerciais, em que as exigências sempre eram mais severas, com juros maiores e prazos de vencimento mais arrochados; todavia era a única maneira de acesso ao crédito para manter suas atividades. Para compreendermos melhor essas relações de crédito das atividades urbanas, vejamos alguns exemplos.

Em 1876, Dona Maria Rita Penteado, com autorização de seu marido José do Prado, negociantes, residentes em Descalvado, emprestaram a quantia de 7:000\$000 ao seleiro José Honório Pereira de Castro, residente em Descalvado,

determinando a cobrança da taxa de juros de 12% ao ano e 6 meses de prazo de vencimento. Como garantia, o devedor hipotecou uma casa e o terreno, sendo que a casa tinha 3 portas, 1 janela e media 54 palmas.<sup>222</sup>

Por intermédio de outra hipoteca firmada em 1877, o carreiro José Simões, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 730\$000 junto ao negociante Anacleto Rodrigues Dias de Almeida, residente em Descalvado. Como garantia, o devedor hipotecou uma casa e terreno, medindo toda a área 42 palmas. A hipoteca estabelecia a cobrança de juros de 12% ao ano e 1 ano de prazo de vencimento.<sup>223</sup>

Já em 1881, o mecânico Jorge Blackberne, residente em Descalvado, conseguiu o crédito de 5:500\$000 por meio de hipoteca junto ao comerciante Pedro Anderson, residente em Campinas, estabelecendo as seguintes exigências: 12% de juros ao ano e 1 ano e 2 meses de prazo de vencimento. Para firmar a hipoteca, o devedor hipotecou sua casa com terreno anexo, sendo o fundo murado e mais toda oficina de serralheria e carpintaria, 1 máquina a vapor de 5 HP, 1 máquina de beneficiar café com todos os pertences e todas as ferramentas da oficina.<sup>224</sup>

Levando em consideração as atividades urbanas, podemos observar que o núcleo urbano apresentava uma variedade de atividades, como: ferreiros, serralheiros, carpinteiros, pedreiros, padeiros, marceneiros etc. Esses profissionais fabricavam tanto carroças, arreios, móveis etc, como constituíam uma mão-de-obra qualificada que consertava e reparava máquinas, veículos e instrumentos agrícolas.<sup>225</sup>

Apesar dessa importância como prestadora de serviços especializados a propriedades agrícolas, as atividades urbanas somente contavam com o crédito por intermédio do circuito local e regional, pois o circuito de crédito via sistema financeiro bancário sediado nas cidades alfas, como: São Paulo e Rio de Janeiro, destinava o fornecimento de crédito, especialmente para os lavradores que apresentavam as melhores condições para a realização do pagamento do empréstimo adquirido.

Entretanto, cumpre ressaltar que os lavradores nem sempre conseguiam adquirir o crédito por meio do sistema financeiro bancário, devido à pouca

---

<sup>222</sup> Escritura de hipoteca nº 66. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>223</sup> Escritura de hipoteca nº 115. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>224</sup> Escritura de hipoteca nº 232. Livro de Inscrição Especial 2RH/B 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>225</sup> DURHAM, Eunice Ribeiro. **Assimilação e Mobilidade**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1966. p. 40.

estruturação dos bancos e às políticas adotadas pelo governo federal, especialmente a partir da política econômica restritiva adotada por causa da crise provocada pelo Encilhamento, especialmente nos governos Campos Sales e Rodrigues Alves. Assim, os lavradores que sempre tiveram como pressuposto a busca pelo crédito vital para manter as diversas operações da propriedade agrícola cafeeira com as melhores formas presentes no complexo cafeeiro, tiveram a necessidade de buscar outras alternativas que possibilitassem o acesso ao crédito.

Desta maneira, uma das alternativas mais utilizadas pelos lavradores dentro das relações do complexo cafeeiro foi o penhor agrícola, em que o lavrador penhorava a produção agrícola como forma de garantia para ter acesso ao crédito, devido fundamentalmente às dificuldades de conseguirem ter acesso ao empréstimo por intermédio das hipotecas. Sendo assim, cabia aos lavradores os penhores agrícolas com seu formato muito mais severo ainda do que o crédito hipotecário de característica comercial, pois o lavrador penhorava sua produção aos agentes fornecedores do empréstimo, tendo que cumprir uma série de compromissos, como: o prazo de pagamento mais arrochado, na maioria dos casos 1 ano, à taxa de juros mais comum de 12% ao ano e, principalmente, a obrigação de disponibilizar a produção de café para ser comercializada pelos credores.

Tais condições deixavam os lavradores numa situação de extrema submissão aos credores, pois o penhor agrícola era essencialmente controlado pelos interesses comerciais dos credores, em que “os exportadores compravam o café na época da colheita que se dava entre março e agosto e o vendiam durante o período de carência do produto, no qual o café atingia altos preços, auferindo, assim, enormes lucros em detrimento dos produtores”.<sup>226</sup> Vejamos alguns exemplos que mostram as características do penhor agrícola e a força da atividade agrícola no município de Descalvado.

No dia 16 de agosto de 1876, Bento Alves de Siqueira, capitalista, residente na cidade de São Paulo, emprestou a quantia de 16:165\$000 ao lavrador Antônio Franco de Arruda, dono da propriedade agrícola de café Fazenda “Santo Guilherme”, em Descalvado. O penhor de escravos estabelecia a cobrança de juros de 12% ao ano e 1 ano de prazo de vencimento. Como garantia, o devedor

---

<sup>226</sup> PERISSINOTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994. p. 48.

empenhorou 10 escravos empregados na lavoura, e que foram especificados da seguinte maneira:

Agostinho – pardo – 13 anos, Manoel – pardo – 12 anos, Vicente – pardo – 14 anos, Thomé – pardo – 14 anos, Jorge – pardo – 14 anos, Francisco – pardo – 15 anos, José – pardo – 12 anos, Tito – pardo – 13 anos, Anna – parda – 14 anos e Domingos – pardo – 20 anos.<sup>227</sup>

No dia 20 de setembro de 1886, o Banco Predial, com sede no Rio de Janeiro, emprestou o valor de 40:000\$000 ao lavrador Antônio Leocádio de Mattos, residente em Descalvado e dono da propriedade agrícola Fazenda “Bom Jardim”. O penhor determinava a cobrança de juros de 9% ao ano e não estabelecia o prazo de vencimento, sendo empenhorados 8 mil arrobas de café da colheita de 1887, como forma de garantia.<sup>228</sup>

Em 01 de maio de 1889, o comerciante Floriano Ferreira de Camargo Andrade, estabelecido em Santos, emprestou a quantia de 39:104\$432 ao lavrador Antônio Augusto de Campos Pacheco, residente em Descalvado e proprietário da Fazenda “Monte Alto”; estabelecendo as seguintes exigências: juros de 10% ao ano e 2 anos de prazo de vencimento. Como garantia do penhor agrícola, o devedor empenhorou 1.500 arrobas de café da safra 1889, devendo mandar o café beneficiado para Santos aos cuidados do credor, para ser realizada a sua venda, sendo deduzidas as despesas e as comissões dos comissários e o resultado líquido do produto ser creditado em conta da dívida.<sup>229</sup>

Em outro penhor agrícola firmado em 05 de março de 1904, o credor Francisco Antônio de Paula, residente em São Carlos do Pinhal, cedeu o crédito de 7:000\$000 ao lavrador Alberto Cândido de Almeida Leite, residente em Descalvado e proprietário da Fazenda “Santa Bárbara”. O penhor agrícola estabelecia as seguintes condições: 12% de juros ao ano e 1 ano de prazo de vencimento. Para firmar o empréstimo, foram empenhorados 5 mil arrobas de café de boa qualidade, colhidos e beneficiados que o devedor se obrigava a consignar por conta do credor à

---

<sup>227</sup> Inscrição de Penhor Agrícola nº 09. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1874, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>228</sup> Inscrição de Penhor Agrícola nº 29. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1874, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

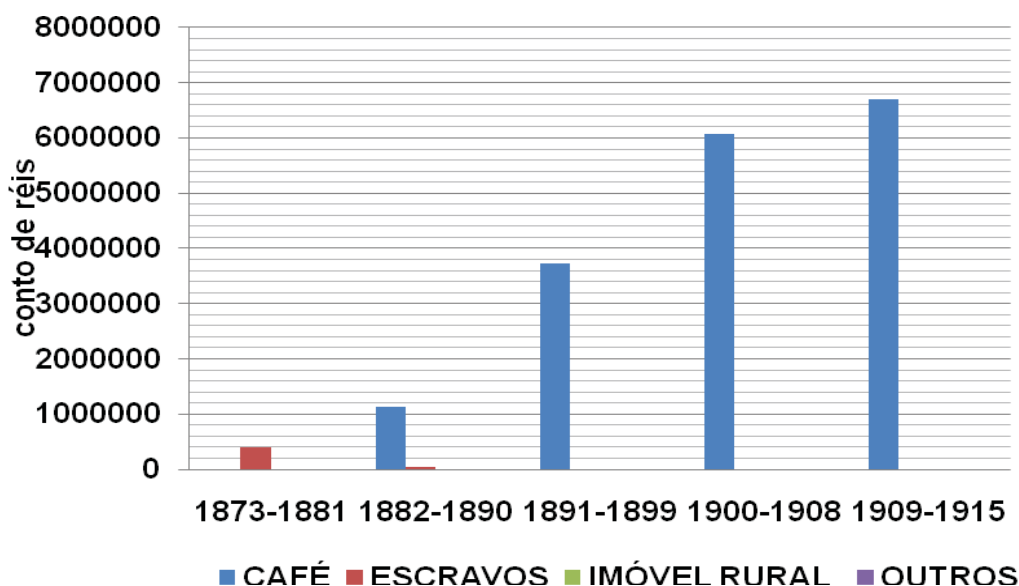
<sup>229</sup> Inscrição de Penhor Agrícola nº 68. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1874, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

casa comissária de Augusto de Souza Franco, em São Paulo ou em Santos, devendo a remessa iniciar em julho e terminar até o dia 30 de novembro de 1904.<sup>230</sup>

Já em 1908, o Banco de Custeio Rural de Descalvado, com sede em Descalvado, concedeu o crédito de 30:000\$000 ao Coronel Antônio Alves Aranha, residente em Descalvado e proprietário da Fazenda “São João da Aliança”, exigindo as seguintes condições: 6% de juros ao ano e 3 anos de prazo de pagamento. Como garantia, foram empenhados 30 mil arrobas de café, sendo 10 mil arrobas de cada uma das safras de 1909, 1910 e 1911.<sup>231</sup>

Por meio dos exemplos citados, evidenciam-se as condições mais severas que os lavradores sofriam para conseguir o acesso ao crédito por meio do penhor agrícola, ficando extremamente entregues aos interesses dos credores, que tinham como principal condição obrigar a consignação da quantidade de café determinada no empréstimo, para ser vendida por eles ou por alguma casa comissária de sua confiança. Assim, os penhores agrícolas demonstram novamente a força da atividade cafeeira no município de Descalvado, como podemos observar no **gráfico 8** sobre todos os penhores estabelecidos entre 1873/1915.

**Gráfico 8 – Extensão dos bens penhorados no município de Descalvado 1873-1915**



**Fonte:** Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob os números 2 PA/E 1874 e 2 PA/E 1904, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>230</sup> Inscrição de Penhor Agrícola nº 172. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1904, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>231</sup> Inscrição de Penhor Agrícola nº 221. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1904, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Perante os dados apresentados no **gráfico 8**, percebemos a grande influência do café como principal condição de garantia nos penhores agrícolas, seguido pelos escravos que tiveram um domínio absoluto no período 1873/1881, devido ao grande valor que os escravos atingiram nesse período como “mercadoria”, sendo que o município de Descalvado contava com uma população de 2.182 escravos, em 1886<sup>232</sup>. Amalgamando os dois únicos elementos dados como garantia dos penhores agrícolas, verifica-se que a atividade agrícola era realmente o motor econômico de Descalvado, e todas as relações econômicas dependiam do movimento gerado pelo café, determinando assim a especialização do município como fornecedor de um único produto que era requerido pelos centros mais dinâmicos, como: São Paulo, Rio de Janeiro e Santos, para ser comercializado com o mercado internacional.

Outro fato importante em relação aos empréstimos foi a junção das hipotecas com os penhores agrícolas que foram uma constante nas relações entre credores e devedores. Vejamos alguns exemplos, a fim de buscarmos uma melhor compreensão do que estava por trás de tal composição.

Arthur Horácio de Aguiar Whitaker, lavrador, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 44:486\$980 junto à casa comissária Amaral Rocha & Companhia, com sede em Santos. A hipoteca firmada em 09 de novembro de 1888, estabelecia as seguintes exigências: taxa de juros de 12% ao ano e 3 anos de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “São Miguel” e todas as suas benfeitorias, como:

136 mil pés de café, casa assobradada de morada, casas para colonos, casa com máquina Machardy para café, ventilador dobrado, terreiro, ventilador de coco, separador, catador, locomóvel de 8HP, caixão para café, serra circular, engenho de cana, 2 caldeiras com alambique, estrebaria, moinho, paiol, 20 bois de carro, 8 bestas para arado, 3 cavalos de sela, 10 vacas, 2 carros, 1 carretão e 1 carroça.<sup>233</sup>

Como podemos observar, a propriedade agrícola apresentava uma boa infraestrutura voltada para a produção de café, que servia para aumentar a confiança do credor quanto ao pagamento da dívida. Contudo, o credor exigiu a

<sup>232</sup> DURHAM, Eunice Ribeiro. **Assimilação e Mobilidade**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1966. p. 15.

<sup>233</sup> Escritura de hipoteca nº 533. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.



formalização de um penhor agrícola amalgamado com a hipoteca. O penhor agrícola firmado entre as partes citadas na hipoteca tinha as mesmas exigências, porém obrigava o devedor a ceder toda a safra de 1888 ao credor e mais todas as outras futuras safras até integral pagamento da dívida.<sup>234</sup>

Em 22 de outubro de 1900, Dona Herminia & Filhos, proprietários, residentes em Descalvado, adquiriram a quantia de 80:000\$000 junto à casa comissária Zerrenner & Bulow, com sede em Santos. Para firmar o empréstimo, foram estabelecidos uma hipoteca e um penhor agrícola que estabeleciam as seguintes condições: 12% de juros ao ano e 1 ano de prazo de vencimento. Como garantia, foram hipotecadas as fazendas: “São Domingos” e “Santa Eulália” com todas as suas benfeitorias e mais 10 mil arrobas de café da safra pendente de 1901 das referidas fazendas, que deveriam ser consignadas ao credor para ser realizada sua venda e o produto líquido ser utilizado para saldar a dívida.<sup>235</sup>

A casa comissária Alves Lima & Companhia, com sede em Santos, emprestou o valor de 7:809\$140 aos lavradores José de Arruda Leite Penteado e sua mulher Dona Bárbara do Amaral Penteado, residentes em Descalvado, em 11 de novembro de 1903. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “Bella Vista” e suas benfeitorias, como: 45 mil pés de café, casa de morada, 6 casas para colonos, pasto fechado, terreiro e mais acessórios de lavoura.<sup>236</sup> Também estabeleceram um penhor agrícola, pelo qual os devedores empenharam toda a safra pendente de 1903 e a safra de 1904, em que deveriam entregar no mínimo 1.500 arrobas de café aos credores na praça de Santos, obrigando-os a consignar a safra aos credores para ser realizada sua venda, a fim de que o produto líquido fosse utilizado para saldar a dívida.<sup>237</sup> As exigências básicas foram à taxa de juros de 12% ao ano, capitalizados semestralmente e 1 ano de prazo de vencimento.

Podemos observar uma grande imposição aos devedores para ter acesso ao crédito, pois o empréstimo somente era firmado mediante a junção da hipoteca e do penhor agrícola. Diante desse fato, os credores conseguiam uma maior garantia de

---

<sup>234</sup> Inscrição de Penhor Agrícola nº 68. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1874, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>235</sup> Escritura de hipoteca nº 920. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1895 e Inscrição de Penhor Agrícola nº 133. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1874, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>236</sup> Escritura de hipoteca nº 1010. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1902. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>237</sup> Inscrição de Penhor Agrícola nº 166. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1874, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

pagamento da dívida porque obrigavam os devedores a consignar o produto café determinado no penhor agrícola aos credores, para ser vendido e o produto líquido ser utilizado para saldar a dívida. Desta forma, os credores aumentavam a possibilidade de lucro, pois caso o café empenhorado não pagasse a dívida, ainda havia a fazenda hipotecada como garantia, ou seja, os devedores perdiam o controle de sua produção, ficando totalmente dependentes dos credores, que forçavam esse empréstimo casado para conceder o crédito vital para manter a produção cafeeira.

Segundo Josef Love, “a agricultura era um negócio arriscado, quaisquer que fossem as taxas de lucro [...] sendo o crédito um problema permanente para os fazendeiros”.<sup>238</sup> Tal fato provocava sempre maiores exigências dos credores para conceder os empréstimos, como podemos perceber nas descrições da infraestrutura das fazendas produtoras de café, de acordo com os exemplos a seguir.

O Banco de Crédito Real de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo, em 16 de setembro de 1889, emprestou a quantia de 80:000\$000 aos lavradores Dona Beatriz Ferreira de Quadros e Gaudêncio Ferreira de Quadros, sócios da firma agrícola Viúva Quadros & Cia, com sede em Descalvado. A hipoteca estabelecia a cobrança de 6% de juros ao ano e 15 anos de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecada a propriedade agrícola Fazenda “Aracajú” e mais benfeitorias, como:

157 mil pés de café, 1 casa de morada mobiliada, 22 casas para colonos, 1 paiol, 2 tulhas, 1 casa de máquinas, 1 descascador, 1 separador, 1 ventilador de coco e dobrado, catador, serra circular, trilhos de ferro e vagões, locomóvel com força de 8 HP, 1 casa de moinho, 1 casa de monjolo, 1 olaria, 1 carro, 1 carroção de 4 rodas, 1 carretão, 1 trolley arreado, 10 bois de carro, 12 muares, 1 terreiro de pedra.<sup>239</sup>

Outra hipoteca que mostra uma descrição detalhada da infraestrutura da propriedade agrícola foi firmada em 24 de agosto de 1903, quando o Banco Hypothecário do Brazil, com sede no Rio de Janeiro, emprestou a quantia de 25:000\$000 ao lavrador Manoel Oliveira Leme, residente em Descalvado, estabelecendo as seguintes exigências: taxa de juros de 7% ao ano e 10 anos de

<sup>238</sup> LOVE, Joseph. **A Locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 68.

<sup>239</sup> Escritura de hipoteca nº 585. Livro de Inscrição Especial 2RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

prazo de vencimento, pela qual hipotecaram a Fazenda “Lageado” e suas benfeitorias como garantia. As benfeitorias foram detalhadas da seguinte maneira:

190 mil pés de café de diferentes idades, pasto fechado com cercas de arame, 22 casas para colonos cobertas de telha, 1 casa de máquinas, 1 descascador, 1 separador, 1 catador, 1 ventilador de coco e dobrado, 1 máquina de beneficiar café a vapor, 1 moinho de fubá, 1 serra circular, 1 bigorna, 1 torno, 1 forja, 1 serra vertical, 2 rebolos, 1 bomba d’água e encanamento, terreiro para secar café, jardim e pomar, chiqueiro e cocheira cobertas de zinco, 1 carroção, 1 carroça com arreios para animais, 6 bois de carros arreados, 1 carro de bois, 1 trolly e arreio para 2 animais, 1 carretão, 3 burros para carroças, 1 tacho de cobre, 1 balança e os seguintes móveis: 1 mesa de jantar com 6 cadeiras, 4 aparadores em tampo de mármore, 3 sofás, 1 cômoda com 5 gavetas, 1 armário para louças, 2 cadeiras de balanço, 5 camas diversas, 1 espelho de parede, 1 lampião belga, 1 relógio de parede, 2 armários de cozinha, 6 bancos com pés de ferro para jardim e mais acessórios.<sup>240</sup>

Podemos inferir que a área do município de Descalvado, integralmente devotada à cafeicultura, limitava amplamente as possibilidades dos devedores no que se refere às obrigações exigidas pelos fornecedores de crédito. Isso ocorria fundamentalmente por causa das flutuações constantes do negócio cafeeiro e a necessidade extremada de capital para garantir a manutenção da atividade cafeeira; sendo assim o devedor não tinha outra opção senão aceitar as exigências dos credores para ter acesso ao crédito. Desta forma, os credores exigiam o detalhamento minucioso da aparelhagem da fazenda juntamente com a quantidade de pés de café, como forma de integrar esses itens na hipoteca, evidenciando outra estratégia contra o possível não pagamento da dívida, pois os bens pertencentes à propriedade agrícola agregavam maior valor ao bem hipotecado dado como garantia.

Como vimos nos exemplos acima, os recursos creditícios foram concedidos pelo sistema financeiro bancário com prazos mais longos e juros menores, por serem créditos agrícolas hipotecários; entretanto, ficavam limitados a poucos lavradores que conseguiam atingir os centros dinâmicos, onde estava alocado o pífio sistema financeiro bancário do Brasil. De acordo com Anderson Pires, o pouco desenvolvimento do sistema financeiro bancário foi motivado pelas constantes

<sup>240</sup> Escritura de hipoteca nº 1002. Livro de Inscrição Especial 2RH 1902. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

instabilidades do sistema primário-exportador brasileiro, baseado na exportação do café, no qual havia sempre inevitáveis flutuações monetárias e cambiais que dificultavam a ampliação dos empréstimos de longo prazo.<sup>241</sup>

Desta forma, havia uma grande parcela de produtores de café que não conseguiam adquirir o crédito por meio do sistema financeiro bancário. Cumpre notar que, sem ter acesso ao crédito, seria impossível manter a produção agrícola cafeeira. Sendo assim, perante a ausência do sistema financeiro bancário somente sobrava aos lavradores como opção ficar à mercê dos fornecedores de crédito com característica comercial. Vejamos alguns exemplos para compreender melhor as condições desses empréstimos.

Carlos de Oliva de Mattos Franco, fazendeiro, residente em Itapetininga, emprestou, em 11 de maio de 1888, a quantia de 84:163\$000 ao lavrador Diogo Nogueira da Matta. A hipoteca firmava as seguintes condições: 10% de juros ao ano e 4 anos de prazo de pagamento. Como garantia, foram hipotecadas duas propriedades agrícolas: a Fazenda “Lageado”, contendo: 150 mil pés de café, casa de morada, casa de colonos, máquina para beneficiar café - movida a vapor, serra, tulha, paiol, senzalas, terreiro e pastos; e o Sítio “Boa Vista”: contendo: 80 alqueires de terra de cultura, duas casas e paiol.<sup>242</sup>

Em 26 de julho de 1890, o negociante Joaquim Delfino Trippino, residente em Descalvado, cedeu o crédito de 8:516\$000 a Esmeraldo de Oliveira Camargo, lavrador, residente em Descalvado, estabelecendo as seguintes exigências: 12% de juros ao ano e 2 anos de prazo de vencimento. Para firmar a garantia, foi hipotecado o Sítio “Arindiva” e suas benfeitorias, contendo: 37 alqueires de terras de cultura e cerrado, 35 mil pés de café de diversas idades, 1 casa de morada assobradada com cobertura de telhas, rancho para camaradas, pastos, cercas e demais acessórios de lavoura.<sup>243</sup>

Poder-se-á notar que havia um sistema de crédito extremamente assimétrico em relação aos grupos que buscavam o acesso aos empréstimos. Nota-se uma hierarquia no circuito creditício, em que na maioria das vezes somente os grandes lavradores conseguiam ter acesso aos empréstimos do frágil sistema financeiro

---

<sup>241</sup> PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria**: Juiz de Fora, 1889/1930. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2009. p. 226-227.

<sup>242</sup> Escritura de hipoteca nº 513. Livro de Inscrição Especial 2RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

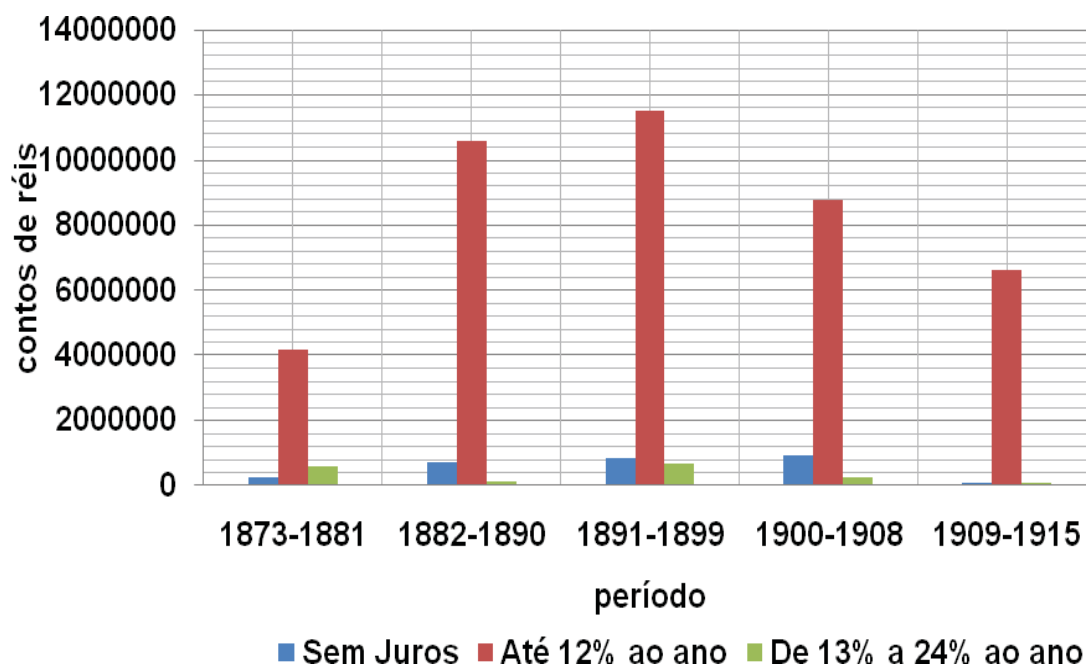
<sup>243</sup> Escritura de hipoteca nº 678. Livro de Inscrição Especial 2RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

bancário, sediado nos grandes centros, como: São Paulo e Rio de Janeiro. Tal fato ocorria porque os grandes lavradores sempre tinham bons contatos dentro do complexo cafeeiro por serem de famílias tradicionais da aristocracia cafeeira paulista, e também por apresentarem boas condições de pagamento da dívida com suas fazendas bem aparelhadas, que serviam para aumentar a confiança dos credores, quanto a uma possível falta de pagamento.

Já os outros lavradores, por terem suas relações limitadas à circunscrição do município de Descalvado, não conseguiam ampliar suas relações no circuito de crédito, como faziam os membros das famílias tradicionais, sendo que nos momentos de crise do sistema agrário-exportador brasileiro, fundamentalmente sobravam a esses lavradores somente o crédito com forte apelo comercial, ficando presos aos interesses especulativos dos credores. Assim, tinham que aceitar as exigências mais severas, com juros maiores e os prazos de pagamento mais arrochado presente nesse sistema paralelo de crédito para conseguir a manutenção das atividades agrícolas cafeeiras. É importante ressaltar que alguns lavradores locais conseguiam acesso ao crédito institucionalizado dos bancos, essencialmente nos períodos em que o complexo agrário-exportador estava sem crise; porém, na maioria do período somente sobrou como opção aos lavradores o crédito de origem comercial, colocando-os num círculo vicioso, pois os credores sempre visavam controlar a produção cafeeira dos devedores.

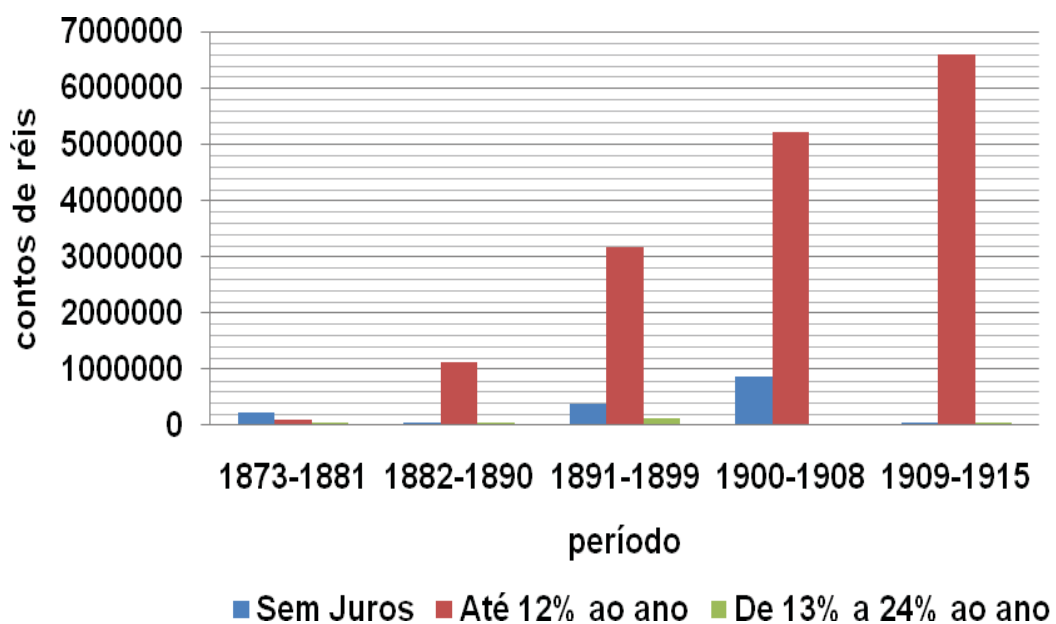
Tal dinâmica das relações de acesso ao crédito evidencia que havia uma fratura dentro do complexo cafeeiro entre as personagens que faziam parte do sistema produtivo cafeeiro. O sistema era dominado pelos membros do grande capital cafeeiro, que possuíam uma diversificação das atividades dentro do complexo cafeeiro, tendo investimentos nas exportações, nos bancos, nas ferrovias, na agricultura etc e que colocavam os membros da lavoura subjugados aos seus interesses especulativos. Percebe-se, pelos exemplos apresentados, que havia uma grande diferença nas exigências dos empréstimos realizados, especialmente no que diz respeito às taxas de juros exigidas pelos credores tanto nos penhores agrícolas como nas hipotecas. Vejamos os gráficos **9** e **10** para que possamos ter uma compreensão mais ampla da questão.

**Gráfico 9 – Taxa de juros praticados nas hipotecas registradas em Descalvado 1873-1915**



**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob os números 2 RH/A 1875, 2 RH/B 1875, IE 315/460, 2 RH 188/A, 2 RH 1890, 2 RH 1895, 2 RH 1902 e 2 RH 1908, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

**Gráfico 10 – Taxa de juros praticados nos penhores agrícolas registrados em Descalvado 1873-1915**



**Fonte:** Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob os números 2 PA/E 1874 e 2 PA/E 1904, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Pelos dados apresentados nas tabelas acima, evidencia-se que a cobrança de juros mais praticada girou em torno de 12% ao ano. No entanto, havia muitos grupos fornecedores de crédito que estabeleciam condições básicas diferentes. Por exemplo, os bancos tinham sempre juros menores e prazos maiores do que os outros emprestadores. Assim, numa primeira aproximação, a cobrança de juros esteve na casa dos 12% ao ano, porém devemos nos aprofundar na esfera dos devedores para ver como eram realmente as relações exigidas pelos credores. Desta forma, agora vamos partir para a compreensão dos impactos econômicos e as influências das relações de empréstimo na ótica dos devedores, observando como os devedores obtinham o crédito e se conseguiam honrar o pagamento da dívida, seja nos bons momentos ou nos momentos das crises constantes da atividade cafeeira.

### 3.2 Período 1873-1881

Vejamos a **tabela 16** a seguir, para iniciarmos nossa análise do impacto das exigências dos credores em relação aos devedores na área de Descalvado.

**Tabela 16 – Percentagem por função dos devedores nos créditos concedidos no município de Descalvado, 1873-1881.**

1873-1881	Hipoteca	%	Penhor Agrícola	%
<b>Negociante/comerciante</b>	192:137\$370	3,83%	0,00	0%
<b>Capitalista</b>	25:000\$000	0,49%	0,00	0%
<b>Proprietário</b>	86:320\$000	1,72%	0,00	0%
<b>Comissário</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Lavrador</b>	4:428:988\$450	88,41%	160:211\$370	40,60%
<b>Outros</b>	138:934\$500	2,77%	0,00	0%
<b>Indeterminado</b>	139:065\$920	2,78%	234:400\$000	59,40%
<b>Total</b>	5:010:446\$240	100%	394:611\$370	100%

**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob os números 2 RH/A 1875 e 2 RH/B 1875 e Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob o número 2 PA/E 1874, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Nota-se, pelos dados da tabela, que o município de Descalvado estava extremamente integrado ao complexo cafeeiro, pois 88,41% das hipotecas realizadas eram destinadas aos lavradores, totalizando a quantia de 4:428:988\$450. Os demais grupos tinham pouquíssima representação na ordem dos empréstimos,

apresentando os negociantes com a quantia de 192:137\$370 (3,83%), os indeterminados com 139:065\$920 (2,78%) e os outros com 138:934\$500 (2,77%). No que se refere ao penhor agrícola, tivemos a quantia total de 394:611\$370 com os lavradores representando 40,60% do valor emprestado. Os dados ressaltam novamente a especialização do município de Descalvado como fundamentalmente produtor de café, fato que já havíamos observado quando analisamos quem eram os fornecedores de crédito. Vejamos alguns exemplos sobre os empréstimos realizados no período.

O Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, emprestou a quantia de 58:000\$000, em 23 de novembro de 1874, a José Beltrão Pereira de Carvalho, lavrador, residente em Descalvado, com as seguintes exigências: 6% ao ano de juros, 15 anos de prazo de vencimento e taxa de administração de 2/10%. Havia uma cláusula diferenciada que determinava o pagamento em anuidades de 6:298\$020, em que já estavam incluídos os juros referentes. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “Lagoa Alta” e suas benfeitorias, detalhadas da seguinte maneira: 80 mil pés de café, casa de vivenda, senzalas, casa de máquina, ventilador, moinho movido a água, tulha, chiqueiro, terreiro, pasto gramado, carros forrados, 2 carroças, 20 bois de carro, 50 cabeças de gado, 12 bestas e 25 escravos. A hipoteca foi quitada plenamente em 18 de outubro de 1889, ou seja, os devedores honraram o compromisso na data estipulada pelo banco credor.<sup>244</sup>

Por outra hipoteca consagrada em 30 de junho de 1877, a José Ferreira de Figueiredo, residente em Descalvado, o Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, emprestou a quantia de 120:000\$000, estabelecendo as seguintes condições: juros de 6% ao ano, 15 anos de prazo de pagamento e taxa de administração de 2/10%. Ainda estabelecia o pagamento em parcelas anuais de 13:030\$400, já incluídos os juros. O devedor quitou integralmente a hipoteca em 25 de junho de 1889, ou seja, honrou o pagamento dois anos antes do prazo determinado. Como garantia, os devedores hipotecaram a Fazenda “Monte Alverne” com as seguintes benfeitorias:

70 mil pés de café formados, 10 mil pés de café novos, área preparada para o plantio de 140 mil pés de café com 20 mil cafeeiros já plantados, casa de morada e suas dependências, senzala, terreiro,

---

<sup>244</sup> Escritura de hipoteca nº 34. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.



casa de máquina com maquinário completo para beneficiar café, serras de madeira, moinho de milho, tulhas, 1 casa de empreiteiro, 2 carros forrados, 20 bois de carro, 20 animais muares e 51 escravos.<sup>245</sup>

Em 31 de janeiro de 1880, o lavrador Arthur Horácio de Aguiar Whitaker, lavrador, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 55:000\$000 junto ao Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. A hipoteca estabelecia as seguintes exigências: taxa de juros de 6% ao ano, 2/10% de taxa de administração, 14 anos de prazo de pagamento e pagamento da dívida em anuidades de 5:972\$260, já incluídos os juros. O devedor hipotecou a Fazenda “São Miguel” e suas benfeitorias como garantia do empréstimo. A fazenda foi descrita da seguinte maneira: 43 mil pés de café formados, casa assobradada de moradia e suas dependências, senzala, tulhas, paiol, moinho, rancho para carros, terreiro, pastos gramados e 24 escravos. A hipoteca foi plenamente quitada pelos devedores em 03 de junho de 1887, ou seja, 7 anos antes do prazo determinado.<sup>246</sup>

Podemos observar que os devedores apresentavam uma boa dinâmica produtiva de café, provocada por dois fatores. Internacionalmente, o café gozava de um momento especialíssimo devido ao aumento do consumo, pelo qual houve uma elevação abrupta dos preços no mercado internacional e, internamente, ocorreu uma geadada na Província de São Paulo que dizimou uma quantia considerável dos pés de café paulistas.<sup>247</sup> Os dois fatores amalgamados provocaram uma deficiência no abastecimento de café, em que havia mais procura do que oferta, o que permitiu a valorização do valor do café até 1874.<sup>248</sup>

Desta maneira, esses fatores permitiram aos lavradores mencionados nos empréstimos terem boas possibilidades de pagamento dos empréstimos adquiridos proporcionados pela valorização do preço do café no mercado consumidor. Assim, os lavradores puderam honrar seus compromissos de pagamento da dívida no prazo estipulado pelos bancos credores, sendo que em dois casos os devedores quitaram

<sup>245</sup> Escritura de hipoteca nº 103. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>246</sup> Escritura de hipoteca nº 195. Livro de Inscrição Especial 2RH/B 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>247</sup> Uma diminuição da produção em 1873 dobrou o preço internacional do produto e a saca de exportação, que havia estado a menos de 20 mil-réis em 1870/72, passou a quase 40 mil-réis. DELFIM NETTO, Antônio. O Mercado Cafeeiro sem a intervenção governamental. In: PELÁEZ, Carlos Manoel; BUESCU, Mircea. **A Moderna História Econômica**. Rio de Janeiro: Apec, 1976. p. 35.

<sup>248</sup> *Ibid.*, p. 34.

as dívidas bem antes do tempo determinado pelo credor. Outro fato importante recai sobre a aparelhagem das fazendas que possuíam máquinas de beneficiar café, tulha, paiol, terreiro e escravos, o que demonstra a vitalidade da produção cafeeira, sem falar que a Fazenda “Monte Alverne” tinha uma enorme área destinada a novos pés de café.

Podemos notar ainda o bom momento vivido pela cafeicultura, observando as transformações ocorridas na Fazenda “São Miguel”, propriedade do lavrador Arthur Horácio de Aguiar Whitaker. Na hipoteca firmada em 1880, elencou as seguintes benfeitorias: 43 mil pés de café formados, casa assobradada de moradia e suas dependências, senzala, tulhas, paiol, moinho, rancho para carros, terreiro, pastos gramados e 24 escravos.<sup>249</sup>

Já em 1888, o lavrador adquiriu outro empréstimo através da casa comissária Amaral Rocha & Companhia, onde hipotecou a referida fazenda como garantia, descrevendo-a da seguinte forma:

136 mil pés de café, casa assobradada de morada, casas para colonos, casa com máquina Machardy para café, ventilador dobrado, terreiro, ventilador de coco, separador, catador, locomóvel de 8HP, caixão para café, serra circular, engenho de cana, 2 caldeiras com alambique, estrebaria, moinho, paiol, 20 bois de carro, 8 bestas para arado, 3 cavalos de sela, 10 vacas, 2 carros, 1 carretão e 1 carroça.<sup>250</sup>

Por meio desse exemplo do lavrador Arthur Horácio de Aguiar Whitaker, podemos realmente inferir o bom momento das relações produtoras cafeeiras no município de Descalvado, pois o lavrador aproveitou o primeiro empréstimo para melhorar o aparelhamento da fazenda e triplicar o número de pés de café. Percebe-se que os lavradores aproveitaram a extremada valorização do preço, investindo na melhoria da propriedade produtora; entretanto, deve-se reafirmar que esses lavradores contaram com um empréstimo de origem bancária que oferecia condições melhores para ser efetivado o pagamento da dívida. Apesar do bom momento da cafeicultura, cumpre ressaltar novamente que o crédito do sistema financeiro bancário atingia um número limitado de lavradores, expurgando uma grande parcela do acesso dessa modalidade de empréstimo. Desta forma, fica a

<sup>249</sup> Escritura de hipoteca nº 195. Livro de Inscrição Especial 2RH/B 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>250</sup> Escritura de hipoteca nº 533. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

dúvida de como estava a situação dos outros lavradores que tinham somente acesso ao crédito comercial. Vejamos alguns exemplos a fim de compreendermos o que acontecia no circuito de crédito comercial.

Francisco de Assis Negreiros, capitalista, residente em Rio Claro, emprestou a quantia de 8:100\$000, em 07 de dezembro de 1874, aos lavradores José Lopes de Freitas e José Lourenço, residentes em Descalvado. A hipoteca estabelecia as seguintes condições: 10% de juros ao ano e 4 anos de prazo de pagamento. Para garantia do empréstimo, foi hipotecada a Fazenda “Grama” e suas benfeitorias, com: 40 mil pés de café, casa de moradia, pastos, monjolos, 9 escravos e mais acessórios de lavoura. Os devedores pagaram integralmente o empréstimo em 20 de fevereiro de 1876, ou seja, dois anos e 10 meses antes do prazo determinado na hipoteca.<sup>251</sup>

José Martins Bonilha, capitalista, residente em Tietê, em 19 de outubro de 1878, cedeu o empréstimo de 6:000\$000 aos lavradores Sérgio Augusto de Arruda Campos e sua mulher Dona Maria Dias de Barros, estabelecendo as seguintes exigências: a cobrança de juros de 12% ao ano e 4 anos de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecado o Sítio “Itaoca” e suas benfeitorias, com: cafezais, casa de morada, paiol, senzala, pasto e mais acessórios de lavoura. Os devedores quitaram plenamente a dívida em 08 de outubro de 1886, ou seja, após quatro anos do prazo determinado, no qual pagaram a quantia de 14:855\$740.<sup>252</sup>

Por outra hipoteca estabelecida em 27 de agosto de 1880, Carlos da Rocha Siqueira Camargo, lavrador, residente em Descalvado, concedeu o empréstimo de 55:000\$000 ao lavrador José de Salles Cunha, residente em Descalvado, estabelecendo as seguintes condições: 10% ao ano de juros e 4 anos e 5 meses de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecado o Sítio “São José” e suas benfeitorias, como: casa de morada, senzala, paiol, monjolo, moinho, terreiro, pasto, 23 mil pés de café, máquina de beneficiar café, 1 carro, 3 juntas de bois arreados, 1 carroça, 6 animais de custeio e 12 escravos. O devedor quitou plenamente a dívida em 03 de janeiro de 1882, ou seja, três anos antes do prazo determinado na hipoteca.<sup>253</sup>

---

<sup>251</sup> Escritura de hipoteca nº 41. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>252</sup> Escritura de hipoteca nº 146. Livro de Inscrição Especial 2RH/B 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>253</sup> Escritura de hipoteca nº 224. Livro de Inscrição Especial 2RH/B 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Podemos observar que os lavradores que buscavam o crédito no circuito paralelo ao sistema financeiro bancário, contavam com formas muito mais severas mediante juros maiores e prazos mais arrochados. Apesar dessas exigências mais rígidas, percebe-se que os lavradores conseguiram honrar os compromissos assumidos com os credores antes do tempo determinado nas hipotecas, o que demonstra o bom momento da cafeicultura no município, aproveitando-se do aumento dos preços do café no cenário internacional e da diminuição da produção, provocada, principalmente, por causa do problema climatológico (geada) ocorrido na Província de São Paulo, que provocou a diminuição da oferta do produto, enquanto o mercado consumidor aumentava seu consumo.

Entretanto, houve exceções quanto ao pagamento da dívida no prazo estipulado, como vimos no caso do lavrador Sérgio Augusto de Arruda Campos e sua mulher Dona Maria Dias de Barros que somente conseguiram pagar a hipoteca quatro anos após o combinado no empréstimo. Tal hipoteca demonstra como eram as relações entre os credores e os devedores, pois o credor preferiu fazer um acordo de prorrogação da dívida para mais quatro anos do que executar a dívida. Isso evidencia que o credor tinha interesse em amealhar o lucro do capital emprestado e não ficar com a propriedade agrícola cafeeira, ou seja, buscava uma maneira de ampliar seus lucros por meio do trabalho de outrem. Assim, percebemos o caráter extremamente especulativo do sistema paralelo de crédito, que surgiu essencialmente devido à pouca estruturação do sistema financeiro bancário e pela falta de uma política econômica do governo federal que estimulasse o crédito agrícola de longo prazo e de juros menores. Podemos observar melhor essa dinâmica pelas hipotecas a seguir.

O Dr. Manoel Baptista da Cruz Tamandaré, lavrador, residente em Descalvado, emprestou a quantia de 22:487\$786, em 17 de agosto de 1875, ao lavrador José Carneiro da Cunha Lobo, lavrador, residente em Santa Rita do Passa Quatro, estabelecendo as seguintes condições: 10% de juros ao ano e 6 meses de prazo de vencimento. Como garantia, o devedor hipotecou a Fazenda “Bom Jardim” e suas benfeitorias, com: 20 mil pés de café, casa de morada, monjolos e pastos fechados. O devedor quitou plenamente o empréstimo em 1879, ou seja, quatro anos após o firmado na hipoteca.<sup>254</sup>

---

<sup>254</sup> Escritura de hipoteca nº 49. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Já em 21 de setembro de 1875, o Dr. Manoel Baptista da Cruz Tamandaré, lavrador, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 60:000\$000 junto ao Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. A hipoteca estabelecia as seguintes exigências: juros de 6% ao ano, 14 anos de prazo de pagamento, taxa de administração de 2/10% e pagamento da dívida em anuidades de 6:515\$200. O devedor quitou plenamente o empréstimo em 15 de maio de 1887, ou seja, um ano e quatro meses antes do tempo determinado na hipoteca. Como garantia, o devedor hipotecou a Fazenda “Boa Esperança” e suas benfeitorias, como:

123 mil pés de café, casa de morada e suas dependências, máquina de beneficiar café, moinho de milho, engenho de serra vertical, 2 tulhas, 2 terreiros ladrilhados, lavador de café, paiol, rancho para tropas, olaria, senzala, 8 casas para colonos, chiqueiros, pastos, 2 carros forrados, 16 bois, 8 bestas de arado e de custeio e 37 escravos.<sup>255</sup>

A atuação do Dr. Manoel Baptista da Cruz Tamandaré confirma o caráter especulativo, presente no circuito paralelo de fornecimento de crédito, pois quando o mesmo emprestou dinheiro cobrou juros bem superiores aos que quando esteve na condição de devedor junto ao banco credor. Isso também evidencia as dificuldades que os lavradores com propriedades menores sofriam em relação aos empréstimos, pois não conseguiam abrir diálogo com os bancos, ficando à mercê dos interesses comerciais do crédito local. Assim, o Dr. Manoel Baptista da Cruz Tamandaré aproveitava das fragilidades do sistema financeiro bancário para fazer o papel de prestador de crédito aos lavradores menores, pelo qual o mesmo buscava ampliar seus lucros por meio da produção alheia; assim, o mesmo trabalhava com o dinheiro do banco que tinha juros menores, emprestando-o no circuito local com juros maiores, o que lhe possibilitava maior facilidade de pagamento do empréstimo adquirido junto ao banco credor. Mesmo com todas essas dificuldades sentidas pelos lavradores menores, a atividade cafeeira apresentou boas condições no município de Descalvado, como podemos observar pela quitação das hipotecas.

No que se refere à quitação das hipotecas, o período 1873/1881 apresentou 88% das hipotecas quitadas e 12% indeterminado. Outro fato significativo foi sobre o valor dos empréstimos, em que os mesmos até 20:000\$000 atingiram a

---

<sup>255</sup> Escritura de hipoteca nº 53. Livro de Inscrição Especial 2RH/A 1875. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

percentagem de 19%, os empréstimos acima de 20:000\$000 até 100:000\$000 representaram a percentagem de 65% e os empréstimos acima de 100:000\$000 perfizeram a percentagem de 16%. Pelos dados apresentados, poder-se-á deduzir que as propriedades agrícolas estavam passando por um momento de transformações na área de Descalvado e, principalmente, estavam gozando de um bom momento; aproveitando-se da valorização do preço do café, os fazendeiros conduziram a ampliação do número de pés de café e também estavam aparelhando as fazendas para produzir café com melhor qualidade, apesar da maioria dos lavradores conseguirem apenas o crédito no sistema paralelo com caráter comercial especulativo.

### 3.3 Período 1882-1890

Vejamos a **tabela 17**, para podermos começar nossa análise do período de 1882/1890.

**Tabela 17 – Percentagem por função dos devedores nos créditos concedidos no município de Descalvado, 1882-1890.**

1882-1890	Hipoteca	%	Penhor Agrícola	%
<b>Negociante/comerciante</b>	509:127\$600	4,46%	0,00	0%
<b>Capitalista</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Proprietário</b>	60:496\$290	0,53%	0,00	0%
<b>Comissário</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Lavrador</b>	9:985:011\$270	87,63%	1:162:269\$170	98,63%
<b>Outros</b>	751:837\$260	6,59%	0,00	0%
<b>Indeterminado</b>	90:550\$000	0,79%	16:056\$110	1,37%
<b>Total</b>	11:397:022\$420	100%	1:178:325\$280	100%

**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob os números 2 RH/B 1875, IE 315/460, 2 RH 188/A e 2 RH 1890 e Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob o número 2 PA/E 1874, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Os dados da **tabela 17** apresentam, novamente, os lavradores como os principais tomadores de crédito, com a percentagem de 87,63% dos empréstimos efetivados na circunscrição de Descalvado. Todavia, há uma alteração importante na quantia total dos empréstimos, pela qual atingiu o patamar de 11:397:022\$420, representando um aumento de aproximadamente 125% em relação ao período 1873/1881. Nesse tocante do aumento dos empréstimos, os lavradores passaram de 4:428:988\$450 (1873/1881) para 9:985:011\$270, enquanto os negociantes

seguiram a mesma tendência de aumento e passaram de 192:137\$370 (1873/1881) para 509:127\$600, ou seja, apresentaram aumento bem expressivo no período 1882/1890. Os penhores agrícolas também seguiram a tendência de aumento, passando de 394:611\$370 (1873/1881) para 1:178:325\$280. Numa primeira aproximação, os dados revelam um aumento na busca de crédito, mas fica a dúvida como estavam as relações dos devedores com os credores e quais foram as condições que estimularam o aumento dos empréstimos na área de Descalvado. Vejamos alguns exemplos dos empréstimos efetivados no período 1882/1890, para buscarmos a compreensão do que acontecia na área produtora de Descalvado.

Claudovino Rodrigues Dantas, lavrador, residente em Descalvado, adquiriu o crédito de 45:000\$000, em 14 de novembro de 1884, junto ao Banco de Crédito Real de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo. O credor estipulou as seguintes condições: taxa de juros de 9% ao ano e 15 anos de prazo de vencimento. Para garantia, o devedor hipotecou a Fazenda “Montes Claros” com as seguintes benfeitorias: 91 mil pés de café, casa de morada, tulha, máquina de beneficiar café Lidgerwood, locomóvel com força de 6HP, terreiro ladrilhado, 2 carros, 1 carroça, 17 bois de carro, 15 reses de criar, 23 burros, 5 cavalos e mais 18 escravos empregados na lavoura da fazenda. O devedor quitou plenamente a dívida em 19 de setembro de 1889<sup>256</sup>, ou seja, 10 anos antes do prazo estipulado na hipoteca.

Em 14 de outubro de 1886, o lavrador Antônio de Camargo Neves, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 60:000\$000 junto ao Banco Predial, com sede no Rio de Janeiro. A hipoteca previa as seguintes condições: juros de 9% ao ano e 15 anos de prazo de vencimento. O devedor honrou plenamente o pagamento do empréstimo em 27 de janeiro de 1890, ou seja, 10 anos e 9 meses antes do prazo determinado na hipoteca. Como garantia, o devedor hipotecou a Fazenda “Itaguassu” e mais benfeitorias, como:

casa de morada, casa de máquina, máquina Machardy com todos os pertences, tulha, senzala, casa para camaradas, paiol, terreiro ladrilhado, 10 mil pés de café de 6 anos, 30 mil pés de café entre 12 e 15 anos, 18 mil pés de café de 3 anos, 20 mil pés de café de 5

---

<sup>256</sup> Escritura de hipoteca nº 395. Livro de Inscrição Especial IE 315/460. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

anos, 12 mil pés de café de 1 a 2 anos, terreiro e 32 escravos empregados na lavoura.<sup>257</sup>

O Banco de Crédito Real de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo, emprestou o valor de 100:000\$000, em 17 de maio de 1890, ao Dr. Antônio Francisco de Aguiar Barros e ao Dr. Paulo de Souza Queiroz, lavradores, residentes em Descalvado. O credor estabeleceu as seguintes condições: 6% de juros ao ano e 15 anos de prazo de pagamento. Os devedores pagaram totalmente a dívida em 05 de junho de 1901, ou seja, aproximadamente 4 anos antes do prazo determinado no empréstimo. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “Palmeiras” e suas benfeitorias, como:

200 mil pés de café, casa de morada, 12 casas para camaradas, 50 casas para colonos, casa para depósito, paiol, estrebaria, tulhas, máquina de beneficiar café completa, engenho de moer cana de açúcar, engenho de serra, 2 moinhos, 1 armazém com loja, terreiro ladrilhado, 1 chiqueiro, 5 carros, 3 carroças, 2 carroções, 15 bois de carro, 25 reses de criar, 7 cavalos e 7 muares.<sup>258</sup>

Apesar da crise dos mercados consumidores de café estadunidense e europeu no início da década de 1880<sup>259</sup>, podemos perceber por intermédio do aumento do número de pés de café e do investimento na infraestrutura das fazendas que os lavradores continuavam o processo de expansão da atividade cafeeira na área de Descalvado. Essa crise foi superada em 1886, quando os mercados consumidores já haviam se recuperado e retornaram a comprar café em boas quantidades, por conta da melhoria de rendimento dos consumidores, o que provocou nova elevação dos preços do café.

Com a recuperação dos mercados consumidores, houve a duplicação do preço do café, o que permitiu bons rendimentos aos lavradores mencionados nos empréstimos, possibilitando que tivessem boas condições de pagar os empréstimos

<sup>257</sup> Escritura de hipoteca nº 460. Livro de Inscrição Especial IE 315/460. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>258</sup> Escritura de hipoteca nº 662. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>259</sup> A crise européia, iniciada em 1882 e a norte-americana, iniciada em 1884, já se encontravam inteiramente superadas e, a partir de 1886, os mercados mundiais revelavam um crescimento extraordinário, particularmente o norte-americano. Entre 1885 e 1890, o rendimento dos consumidores se elevava com rapidez e, portanto, a sua procura, o que, por seu turno, auxiliou a alta dos preços. DELFIM NETTO, Antônio. O Mercado Cafeeiro sem a intervenção governamental. In: PELÁEZ, Carlos Manoel; BUESCU, Mircea. **A Moderna História Econômica**. Rio de Janeiro: Apec, 1976. p. 38.



adquiridos antes do prazo determinado nas hipotecas. Ainda cumpre notar que houve uma maior flexibilização no fornecimento de crédito por meio do sistema financeiro bancário, com a entrada no mercado de crédito do Banco de Crédito Real de São Paulo em 1882, que tinha como principal função conceder o crédito hipotecário de longo prazo. Podemos afirmar pelas hipotecas firmadas no período que o Banco de Crédito Real de São Paulo forneceu empréstimos para todo tipo de lavrador, com valores a partir de 11:000\$000, fato que o Banco do Brasil e o Banco Predial não faziam. Vejamos um exemplo que mostra essa performance do Banco de Crédito Real de São Paulo.

Estanislau de Campos Pacheco, lavrador, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 12:000\$000 em 16 de janeiro de 1888, junto ao Banco de Crédito Real de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo. A hipoteca determinava as seguintes exigências: juros de 9% ao ano e 15 anos de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “Bella Vista” com as respectivas benfeitorias: 34 mil pés de café, 1 casa de morada, 1 tulha, 1 paiol, 1 monjolo, 1 carro, 4 bois de carro, 8 reses de criar, 2 cavalos e 1 égua. O devedor quitou plenamente a dívida em 28 de janeiro de 1903<sup>260</sup>, ou seja, no prazo determinado pela hipoteca.

Além da alteração provocada pelo Banco de Crédito Real de São Paulo, principalmente no que toca à maior possibilidade de acesso ao crédito de origem bancária por lavradores com propriedades menores, outro fato importante foi o rebaixamento da taxa de juros praticada pelo Banco de Crédito Real de São Paulo, a partir de agosto de 1889, reduzindo a cobrança de juros de 9% para 6% ao ano. Essa maior flexibilização foi permitida fundamentalmente pela diminuição da distância em relação à sede da instituição financeira, pois a mesma se encontrava na capital da Província de São Paulo, o que facilitava a ida dos lavradores até o banco para negociar os empréstimos. Apesar do Banco de Crédito Real de São Paulo apresentar grandes operações no município de Descalvado, emprestando a quantia de 4:483:500\$000 (59,99%), seguido do Banco do Brasil com a quantia de 1:611:600\$000 (21,56%), do Banco Predial com a quantia de 1:122:000\$000 (15,01%) e outros com a quantia de 257:802\$580 (3,44%), cumpre notar que ainda o acesso ao crédito bancário era limitado a pouquíssimos lavradores, pois a maioria ficava entregue às exigências mais severas do mercado paralelo de fornecimento de

---

<sup>260</sup> Escritura de hipoteca nº 498. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

empréstimos. Vejamos alguns exemplos da disponibilização de crédito desse mercado paralelo.

Em 12 de abril de 1889, o Marquês de Três Rios (Joaquim Egídio de Sousa Aranha), capitalista, residente na cidade de São Paulo, emprestou o valor de 60:000\$000 ao lavrador Sebastião de Oliveira Penteado, residente em Descalvado, estabelecendo as seguintes exigências: 10% de juros ao ano e 5 anos de prazo de vencimento. Para firmar o empréstimo, foi hipotecada a Fazenda “Jangada Brava” e suas benfeitorias, com: 150 mil pés de café, casa assobradada de morada, casa de máquina para beneficiar café Lidgerwood, casa para colonos e terreiro. O devedor quitou o empréstimo em 21 de março de 1890<sup>261</sup>, ou seja, três anos antes do período estipulado na hipoteca.

Olympio Franco de Souza Aranha, lavrador, residente em Descalvado, em 14 de agosto de 1889 adquiriu a quantia de 30:000\$000 com o Marquês de Três Rios (Joaquim Egídio de Sousa Aranha), capitalista, residente na cidade de São Paulo. A hipoteca exigia a cobrança de juros de 10% ao ano e 5 anos de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda de cultura de café “Monte Olympio” e suas benfeitorias. O devedor saldou plenamente o empréstimo em 25 de agosto de 1895<sup>262</sup>, ou seja, dentro do prazo estipulado pela hipoteca.

Já em 08 de agosto de 1889, o lavrador João Baptista Ferraz, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 11:000\$000 junto ao Barão de Descalvado (Capitão José Elias de Toledo Lima), capitalista, residente em Descalvado. A hipoteca exigia a cobrança de juros de 12% ao ano e 2 anos de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “Capoeira do Alto” e suas benfeitorias, com: 95 mil pés de café, casa de morada, 11 casas para colonos, monjolo, pasto e acessórios empregados na lavoura. O devedor pagou a dívida plenamente em 27 de junho de 1891<sup>263</sup>, ou seja, antes do prazo estipulado na hipoteca.

Percebe-se pela atuação das personagens do mercado paralelo de crédito que as condições continuavam bem mais severas do que as exigências do sistema financeiro bancário, pois em relação aos juros o mercado paralelo os cobrava bem

---

<sup>261</sup> Escritura de hipoteca nº 557. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>262</sup> Escritura de hipoteca nº 574. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>263</sup> Escritura de hipoteca nº 571. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

superiores, na ordem de 10% e 12% ao ano, sem falar no prazo de vencimento muito mais arrochado de 5 anos no máximo. Cumpre ressaltar que houve raríssimas exceções de cobrança de juros menores, mas que nunca se aproximaram das taxas cobradas pelos bancos. Contudo, não obstante as condições mais severas do mercado paralelo, os lavradores conseguiram pagar as dívidas no prazo estipulado devido fundamentalmente à valorização do preço do café no mercado mundial a partir de 1885. Internamente, sem dúvida, os lavradores aproveitaram as boas possibilidades produtivas do município de Descalvado com suas terras de excelente qualidade, como condição para elevar a produção cafeeira, suportando melhor os momentos de crise devido à maior produtividade.

Podemos observar essa estratégia de expansão produtiva por intermédio da Fazenda “Ibitira”, propriedade agrícola de Frederico Ernesto de Aguiar Whitaker, lavrador, residente em Descalvado. A fazenda foi hipotecada como garantia junto ao Banco Predial, com sede no Rio de Janeiro, em 14 de outubro de 1889. Sendo que a propriedade agrícola continha as seguintes benfeitorias: 35 mil pés de café de 13 anos, 8 mil pés de café de 10 anos, 5 mil pés de café de 4 anos, 20 mil pés de 1 ano e demais acessórios.<sup>264</sup> Tal fato corrobora a alternativa dos lavradores em aumentarem a produção devido à disponibilidade de boas terras para suportar os momentos de crise tão rotineiros da atividade cafeeira.

Assim, nota-se que os lavradores tiveram nesse período um maior acesso ao crédito via sistema financeiro bancário, graças à entrada em atividade do Banco de Crédito Real de São Paulo, que trouxe como principal alteração a maior flexibilidade na disposição da efetivação dos empréstimos, pois emprestavam o capital necessário para os mais variados lavradores com alterações somente no prazo de vencimento, mantendo a taxa de juros sempre na mesma ordem, independente do tamanho da propriedade rural. A partir de 1889, rebaixou a cobrança de juros para a ordem de 6% ao ano, assumindo a mesma taxa de juros praticada pelo Banco do Brasil, só que era exceção no mercado de crédito, pois era o único banco que continuava emprestando para qualquer tipo de lavrador que apresentasse as condições necessárias para formar a garantia de pagamento da dívida.

---

<sup>264</sup> Escritura de hipoteca nº 601. Livro de Inscrição Especial 2 RH 188/A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Entretanto, houve nesse período a diminuição dos empréstimos realizados pelo Banco do Brasil e pelo Banco Predial, que foram os maiores emprestadores de crédito no período 1873/1881. Desta forma, vimos que o início da década de 1880 contou com uma crise nos mercados consumidores que provocou a diminuição do valor do café, o que na esfera do município de Descalvado provocou sérias dificuldades para os lavradores cafeeiros, que tiveram que recorrer ainda mais ao crédito para conseguir a manutenção da produção cafeeira. Porém, a despeito das condições mais severas do mercado paralelo de crédito, os lavradores que não conseguiram o crédito por meio do sistema financeiro bancário afluíram para o sistema paralelo de crédito, como alternativa para adquirir o capital necessário para suportar a queda dos preços do café e, principalmente, garantir a manutenção da produção cafeeira.

Com todas essas agruras da dificuldade de acesso ao crédito, vimos pelos exemplos citados que os lavradores conseguiram honrar os compromissos adquiridos com os credores. Assim, vejamos como ocorreram as quitações para ter uma maior percepção das condições dos lavradores. Sobre as quitações, os dados apresentaram 89% dos empréstimos quitados e 11% indeterminado. Quanto ao valor dos empréstimos, tivemos a seguinte composição: os empréstimos até 20:000\$000 representaram a percentagem de 11%, os empréstimos acima de 20:000\$000 até 100:000\$000 atingiram a percentagem de 67% e os acima de 100:000\$000 atingiram a percentagem de 22%.

Podemos deduzir pelos dados examinados que a atividade cafeeira com todas as dificuldades apresentadas no início da década de 1880 continuou mantendo boas possibilidades produtivas para os lavradores instalados na área de Descalvado, pois era uma área que possuía disponibilidades de boa terra e oferta de mão-de-obra que permitiam aos lavradores continuarem com o plantio de café como alternativa estratégica para suportar as dificuldades das oscilações do mercado consumidor. Também podemos observar que os lavradores continuaram investindo na infraestrutura das propriedades agrícolas, sendo que a principal alteração foi a construção de casas para colonos e para camaradas bem antes do fim da escravidão, buscando se adaptar às novas formas de trabalho agrícola. Tal fato corrobora a preocupação dos lavradores com a dinâmica da produção de café e, indubitavelmente, demonstra a confiança nas possibilidades de produção cafeeira no município de Descalvado.

### 3.4 Período 1891-1899

Vimos que no período 1882/1890 houve uma maior flexibilização no fornecimento de crédito, especialmente efetivada pelo Banco de Crédito Real de São Paulo, aumentando a possibilidade de acesso ao crédito para os lavradores; mas, a maioria continuava tendo acesso somente pelo sistema de crédito paralelo, o que obrigava os lavradores a suportarem condições mais adversas em relação às exigências dos empréstimos. Sendo assim, vamos verificar como foi o período 1891/1899.

**Tabela 18 – Percentagem por função dos devedores nos créditos concedidos no município de Descalvado, 1891-1899.**

1891-1899	Hipoteca	%	Penhor Agrícola	%
<b>Negociante/comerciante</b>	1:765:520\$300	13,54%	0,00	0%
<b>Capitalista</b>	230:000\$000	1,76%	0,00	0%
<b>Proprietário</b>	174:766\$370	1,34%	0,00	0%
<b>Comissário</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Lavrador</b>	8:537:690\$180	65,51%	3:737:221\$550	100%
<b>Outros</b>	308:081\$200	2,36%	0,00	0%
<b>Indeterminado</b>	2:020:336\$910	15,49%	0,00	0%
<b>Total</b>	13:036:394\$960	100%	3:737:221\$550	100%

**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob os números 2 RH 1890 e 2 RH 1895 e Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob o número 2 PA/E 1874, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

A **tabela 18** apresenta uma alteração significativa na composição dos devedores, pela qual continuaram os lavradores com os principais tomadores de empréstimo com a percentagem de 65,51%; embora, comparando com o período 1882/1890, esse grupo perdeu 22,12% da participação. Já os negociantes passaram da percentagem de 4,46% (1882/1890) para 13,54%, seguidos dos indeterminados que passaram para 15,49% contra 0,79% (1882/1890). Também tivemos um aumento no volume total, passando de 11:397:022\$420 (1882/1890) para 13:036:394\$960. Os penhores agrícolas também mantiveram a tendência de aumento, passando de 1:178:325\$280 (1882/1890) para 3:737:221\$550. A tabela mostra a continuidade na tendência de aumento dos empréstimos, no entanto, vamos ver o que motivou essa dinâmica, observando o que representavam os empréstimos para os lavradores/devedores. Para iniciarmos nossa compreensão da

importância do crédito para os lavradores, vamos ver alguns exemplos de empréstimos realizados na área de Descalvado.

O Marquês de Três Rios (Joaquim Egídio de Sousa Aranha), capitalista, residente na cidade de São Paulo, em 16 de fevereiro de 1892 emprestou a quantia de 60:000\$000 aos lavradores Arthur Moreira Guimarães e Mariano Guimarães, residentes em Rio Claro. A hipoteca determinava a cobrança de juros de 10% ao ano e 4 anos de prazo de vencimento. Como garantia, os devedores hipotecaram a Fazenda “Santa Eulália”, com sede em Descalvado e suas benfeitorias, com: 120 mil pés de café, casa de morada, casa para colonos, máquina de beneficiar café, tulha, paiol e estrebaria. Os devedores quitaram plenamente a dívida em 06 de agosto de 1892<sup>265</sup>, ou seja, 3 anos e 6 meses antes do prazo determinado na hipoteca.

Em 05 de fevereiro de 1895, o lavrador Elisiário Ferreira Penteado, residente em São Carlos do Pinhal, emprestou o valor de 35:000\$000 ao lavrador Joaquim Delfino Pereira de Carvalho, residente em Descalvado, firmando uma hipoteca que estabelecia as seguintes condições: taxa de juros de 18% ao ano e 2 anos de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “São José” e suas benfeitorias, com: 30 mil pés de café, casa de morada, casa para colonos e moinho. O devedor honrou o pagamento integral da dívida em 08 de agosto de 1895<sup>266</sup>, ou seja, 1 ano e 6 meses antes do tempo determinado na hipoteca.

Jacyntho Rodrigues de Souza Aranha, lavrador, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 104:827\$000 em 14 de junho de 1899, junto aos lavradores João Rodrigues de Souza Aranha e Dona Izabel Franco de Arruda, residentes em Botucatu. A hipoteca estabelecia as seguintes condições: 12% de juros ao ano e 6 meses de prazo de vencimento. Para firmar a hipoteca, os devedores hipotecaram a Fazenda “Monte Olympio” e suas benfeitorias, com: casa de morada, cafezais, casa para colonos, máquina de beneficiar café, terreiro e acessórios empregados na lavoura. O devedor pagou plenamente a dívida em 02 de janeiro de 1900.<sup>267</sup>

Podemos observar que as hipotecas acima foram adquiridas por intermédio do sistema paralelo de crédito, em que os juros eram muito superiores às taxas

---

<sup>265</sup> Escritura de hipoteca nº 733. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>266</sup> Escritura de hipoteca nº 778. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>267</sup> Escritura de hipoteca nº 884. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1895. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

cobradas pelos bancos. Tal fato foi decorrente da crise aguda<sup>268</sup> que passava o frágil sistema financeiro bancário, provocada pela política econômica adotada pelo governo federal que colocou os bancos praticamente em situação de insolvência, provocando uma participação insignificante dos bancos no circuito de fornecimento de crédito. Desta forma, a presença dos bancos na área de Descalvado diminuiu abruptamente, pois foram efetivadas somente 17 hipotecas que totalizaram a quantia de 5:287:981\$740, sendo que do valor total somente três hipotecas representavam aproximadamente 80,52% dos empréstimos efetivados, ou seja, os bancos somente estavam emprestando grandes quantias voltadas para os lavradores com maiores cabedais.

A despeito desse emperramento dos bancos no fornecimento de empréstimos na área de Descalvado, podemos observar que os lavradores afluíram em massa para o sistema paralelo de crédito, apesar de suas exigências mais severas no que se refere ao prazo de vencimento e à taxa de juros. Desta maneira, o sistema paralelo passou a ser o principal operador de empréstimos aos produtores de Descalvado, porém os empréstimos eram voltados para os lavradores que possuíam as propriedades agrícolas mais bem aparelhadas. Tal dinâmica ocorria porque as propriedades agrícolas representavam a garantia dos empréstimos, em caso de não pagamento da dívida.

Outro fato importante, nesse período, foi a interrupção do processo de flexibilização de acesso ao crédito bancário desenvolvido pelo Banco de Crédito Real de São Paulo, pois a crise foi tão profunda que esse banco passou a operacionalizar somente empréstimos com valores maiores, seguindo a tendência do mercado econômico e deixando para trás a política adotada no período 1882/1890, que disponibilizava empréstimos a partir de 11:000\$000 com as mesmas exigências do Banco do Brasil, independente dos valores emprestados aos devedores. Com todas essas mudanças, percebe-se pelas hipotecas exemplificadas que os devedores conseguiram cumprir os pagamentos no tempo estipulado pelas hipotecas.

Apesar disso, foi um período extremamente conturbado para a atividade cafeeira, que reverberou no município de Descalvado, onde alguns devedores não conseguiram honrar o pagamento da dívida no prazo determinado na hipoteca.

---

<sup>268</sup> Para maiores detalhes sobre a crise do sistema financeiro bancário, ver o Capítulo 2.

Vamos ver alguns exemplos para compreender essa situação e as atitudes tomadas pelos credores.

O Barão de Ibytinga (Joaquim Ferreira de Camargo Andrade), capitalista, residente em Campinas, em 15 de janeiro de 1892 emprestou a quantia de 100:000\$000 aos lavradores João Gomes Pinto e Caetano Ferreira Pontes, residentes em Campinas, firmando a hipoteca que estabelecia as seguintes condições: taxa de juros de 9% ao ano e 4 anos de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “São Luís do Paraíso” e suas benfeitorias, com: casa de morada, paiol, casa para colonos, tulhas, engenho de serra, moinhos movidos a água, estrebaria, pastos, 140 mil pés de café entre formados e novos e demais acessórios empregados na lavoura.<sup>269</sup>

Em 28 de setembro de 1896, as partes envolvidas estabeleceram um acordo de renovação da dívida. Assim firmaram uma nova hipoteca com a correção da dívida para 106:194\$350. A hipoteca determinava a cobrança de juros de 15% ao ano e 3 anos de prazo de pagamento. Desta vez, o devedor honrou plenamente o pagamento da dívida em 14 de fevereiro de 1900.<sup>270</sup>

Por intermédio das oito hipotecas que firmaram novos acordos, podemos observar que os devedores estavam extremamente entregues aos interesses especulativos do sistema de crédito paralelo. Poder-se-á deduzir isso porque, para ser estabelecida a nova hipoteca, os juros passaram de 9% para 15% ao ano e o prazo de vencimento foi diminuído para 3 anos. Aos devedores não restava outra solução senão aceitar esse aumento desproporcional, pois caso contrário o credor executaria a dívida, assumindo a propriedade rural que fora dada como garantia da hipoteca. Cumpre notar que os credores tinham como estratégia sempre buscar novos acordos que possibilitassem resgatar o capital emprestado acrescido dos juros a ter que assumir a propriedade rural com os riscos inerentes da produção cafeeira, ou seja, visavam sempre ficar com o fruto do trabalho dos devedores.

Nesse período, tivemos 87% dos empréstimos quitados, 7% indeterminado e 6% renovação de dívida. Quanto ao valor dos empréstimos, tivemos a seguinte composição: os empréstimos até 20:000\$000 representaram 6%, os empréstimos acima de 20:000\$000 até 100:000\$000 atingiram a percentagem de 25% e os acima

---

<sup>269</sup> Escritura de hipoteca nº 729. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1890. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>270</sup> Escritura de hipoteca nº 815. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1895. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.



de 100:000\$000 atingiram a percentagem de 69%. Com todas as dificuldades apresentadas nesse período, podemos perceber que a atividade cafeeira apresentava boas condições na área de Descalvado, pois ainda tivemos investimentos em novos pés de café e na aparelhagem das fazendas e, principalmente, os devedores conseguiam honrar seus compromissos com os credores.

### **3.5 Período 1900-1908**

No período anterior, houve uma abrupta retirada do sistema financeiro bancário no fornecimento de crédito, o que fragmentou ainda mais as possibilidades de empréstimos, pois os lavradores que necessitavam de capital para tocar sua atividade ficaram indubitavelmente mais limitados para conseguir esse crédito. Assim, os lavradores tiveram que recorrer ainda mais ao sistema paralelo de crédito, tendo que aceitar as condições mais severas exigidas pelos credores desse sistema. Não obstante essa dinâmica mais restritiva, os lavradores conseguiram adquirir o crédito e, fundamentalmente manter a rotina da unidade agrícola cafeeira. Desta maneira, percebe-se que os lavradores conseguiram saldar as dívidas com os credores, mesmo tendo condições mais severas, mostrando a adaptabilidade dos lavradores apesar da crise aguda do sistema financeiro bancário. Diante disso, vamos ver como foram as relações dos devedores com os credores, no período 1900/1908, buscando compreender como os lavradores conseguiram ter acesso ao crédito. Para iniciar nossa compreensão, vejamos a **tabela 19**.

**Tabela 19 – Percentagem por função dos devedores nos créditos concedidos no município de Descalvado, 1900-1908.**

1900-1908	Hipoteca	%	Penhor Agrícola	%
<b>Negociante/comerciante</b>	126:327\$000	1,27%	0,00	0%
<b>Capitalista</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Proprietário</b>	80:240\$820	0,80%	0,00	0%
<b>Comissário</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Lavrador</b>	9:689:067\$030	97,60%	5:581:457\$190	91,69%
<b>Outros</b>	28:796\$600	0,29%	505:540\$310	8,31%
<b>Indeterminado</b>	4:133\$000	0,04%	0,00	0%
<b>Total</b>	9:928:564\$450	100%	6:086:997\$500	100%

**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob os números 2 RH 1895, 2 RH 1902 e 2RH 1908 e Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob os números 2 PA/E 1874 e 2 PA/E 1904, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Podemos observar, pela **tabela 19**, que os empréstimos hipotecários apresentaram uma tendência de queda em relação ao período anterior, passando de 13:036:394\$960 para 9:928:564\$450. Os lavradores continuaram sendo os maiores tomadores de empréstimo; pois nesse período representam a percentagem de 97,60% dos empréstimos firmados no município de Descalvado. Tivemos uma elevação significativa dos penhores agrícolas, que passaram de 3:737:221\$550 (1891/1899) para 6:086:997\$500, sendo amplamente dominados pelos lavradores/devedores com a percentagem de 91,69%. Os dados apresentam uma queda nos empréstimos derivados das hipotecas contra o aumento dos penhores agrícolas; contudo nesse período se acentuava mais o domínio dos lavradores como tomadores de empréstimos, pois dominavam os dois tipos de empréstimos existentes com percentagens acima de 90%. Mediante os dados da **tabela 19**, vamos agora partir para alguns exemplos dos empréstimos realizados, a fim de compreender melhor as mudanças na composição dos tomadores de crédito na área de Descalvado.

Dona Luiza Alves de Camargo Aranha, lavradora, residente em Descalvado, adquiriu a quantia de 50:000\$000 em 28 de janeiro de 1903, junto ao credor Dr. Amâncio de Oliveira Penteado. A hipoteca determinava a cobrança de juros de 10% ao ano e 5 anos de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “São João do Morro Alto” e suas benfeitorias, com: 215 mil pés de café, casa de morada, casa para colonos, máquina de beneficiar café, pastos e mais acessórios empregados na lavoura. A devedora não conseguiu pagar a dívida no prazo determinado na hipoteca. E, assim, o credor moveu ação executiva hipotecária

contra a devedora, pela qual o credor em hasta pública arrematou uma quinta parte da fazenda “São João do Morro Alto”, contendo 15.200 pés de café, casas de colonos, pastos e outras benfeitorias, conforme consta da carta de adjudicação firmada em 17 de abril de 1912.<sup>271</sup>

Em 30 de março de 1905, o Banco da República do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, emprestou a quantia de 1:944:969\$520 ao Coronel José Ferreira de Figueiredo, residente em Descalvado. A hipoteca estabelecia as seguintes condições: taxa de juros de 6% ao ano e 10 anos de prazo de vencimento, pagos em prestações semestrais de 82:202\$760. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “Monte Alverne” e suas benfeitorias, com:

400 mil pés de café de diversas idades com produção média de 40 mil arrobas por ano, casa de morada, armazém, casa para empregados, 2 tulhas, 1 casa para administrador, 40 casas para colonos, 1 paiol, 1 chiqueiro, máquina de beneficiar café, despoldadores, serra vertical e circular, 1 locomóvel de força 8HP, descascador, ventilador dobrado e de coco, catador, separador, máquina fixa de força 10HP, 1 casa para tropas, moinho, monjolo, 4 carros, 2 carroças, 4 carroças grandes, 4 carroças pequenas, 32 muares, 40 bois de carro, 3 grandes terreiros ladrilhados e cimentados, 8 tanques de cimento, 2 trollys arreados, ferramentas e todos pertences da fazenda agrícola.<sup>272</sup>

Apesar das boas condições de aparelhamento da fazenda e da boa produção agrícola, o devedor, em 12 de janeiro de 1911, entregou a Fazenda “Monte Alverne” ao banco credor que repassou a propriedade para a casa comissária Zerrenner & Bulow, com sede em Santos.<sup>273</sup> Podemos inferir que os lavradores viviam um momento muito difícil, pois foram duas grandes propriedades agrícolas entregues aos credores como forma de honrar o empréstimo adquirido.

Tal fato foi decorrente fundamentalmente da política de restrição do meio circulante adotada pelo governo federal e da crise derivada das superproduções cafeeiras de 1901 e 1905, o que provocou maior dificuldade dos lavradores em conseguir honrar o pagamento dos empréstimos, pois a crise foi tão aguda que

---

<sup>271</sup> Escritura de hipoteca nº 991. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1902. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>272</sup> Escritura de hipoteca nº 1037. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1902. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>273</sup> Ibid.

derrubou o preço da saca de café de 100\$(1893) para 25\$, em 1903.<sup>274</sup> Assim, independente se o crédito foi adquirido pelo sistema financeiro bancário ou pelo sistema paralelo, os devedores não puderam pagar as dívidas porque a atividade cafeeira estava vivendo um momento de crise aguda, com baixíssimos preços do café, o que reduziu profundamente a lucratividade dos lavradores; entretanto, os custos operacionais para a manutenção da atividade cafeeira se mantiveram altos, o que provocou a insolvência de vários lavradores no período.

Outro fato importante, nesse período, foi o estancamento ainda maior da participação do sistema financeiro bancário no fornecimento de crédito, pois os bancos somente firmaram 7 hipotecas em Descalvado, que foram exclusivamente concedidas aos grandes lavradores. Desta forma, os lavradores estavam entregues totalmente ao sistema paralelo com suas condições mais severas; no entanto, o mesmo não foi capaz de suprir a necessidade de crédito dos lavradores devido à instabilidade aguda que provocava o temor generalizado nos credores do sistema paralelo de uma falência em massa dos lavradores cafeeiros.

Esse aumento da dificuldade de acesso ao crédito nos dois canais existentes provocou a busca por outro tipo de empréstimo, que foi o penhor agrícola, que saltou de 3:737:221\$550 (1891/1899) para a quantia de 6:086:997\$500 (1900/1908). Assim, no momento em que os lavradores precisavam contar com o crédito de longo prazo e juros menores, ficaram ainda mais expostos à especulação do mercado, pois tiveram que afluir para o penhor agrícola que estava sob controle do capital das casas comissárias. Indubitavelmente, essa situação dificultou ainda mais a situação dos cafeeiros, pois as exigências do crédito derivado do penhor agrícola eram muito mais severas do que as condições das hipotecas.

Primeiramente, os penhores agrícolas tinham juros entre 10% e 12% ao ano e prazo de vencimento entre 1 ano a 3 anos, todavia a exigência mais dura era a obrigação do devedor de consignar a safra nas mãos da casa comissária, tendo ainda que entregar o café beneficiado na sede da casa comissária em Santos, onde o café seria vendido pelo credor, que descontaria as taxas de comissão de venda e os custos para efetivar a venda, e aí o resultado líquido seria aplicado para o pagamento da dívida junto ao credor.

---

<sup>274</sup> PERISSINOTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994. p. 46.

Assim, podemos deduzir que os cafeicultores estavam extremamente submetidos aos interesses especulativos das casas comissárias, pois não controlavam mais a venda do café e nem o resultado final da venda, que ficava sempre nas mãos do credor. Cumpre notar que nem mesmo o Convênio de Taubaté<sup>275</sup>, em 1906, plano de valorização assumido pelos presidentes das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, conseguiu restabelecer o sistema de crédito na área de Descalvado, como nos períodos anteriores. Desta forma, os cafeicultores ficaram ainda mais desprotegidos nesse período, pois o sistema paralelo também foi profundamente abalado pela crise, o que obrigou os cafeicultores a buscarem o crédito com as casas comissárias, não obstante as condições mais severas.

Esse período apresentou a percentagem de 71% dos empréstimos quitados, 21% executados e 3% indeterminado. No que se refere ao valor dos empréstimos, tivemos os empréstimos acima de 100:000\$000 com a percentagem de 71%, os empréstimos acima de 20:000\$000 até 100:000\$000 atingiram a percentagem de 22% e os empréstimos até 20:000\$000 representaram a percentagem de 7%. Assim, os desdobramentos da crise afetaram profundamente as relações creditícias em Descalvado, pelas quais os cafeicultores tiveram que aceitar as operações das casas comissárias para conseguir acesso ao crédito via penhores agrícolas, o que provocou nos lavradores maiores perdas, pois as casas comissárias sempre mantinham a produção dos cafeicultores em suas mãos, gerando assim mais prejuízos aos devedores e, conseqüentemente, a diminuição dos investimentos na produção cafeeira.

### 3.6 Período 1909-1915

Como vimos, no período 1900/1908 os desdobramentos da crise de superprodução de 1901 e 1906 juntamente com a política econômica restritiva adotada pelo governo federal, levou a uma diminuição no fornecimento de crédito por meio das hipotecas, o que fez os cafeicultores terem que buscar os penhores agrícolas como solução para adquirir o crédito a fim de manterem as operações da propriedade agrícola cafeeira. Desta maneira, surge uma nova dinâmica que rompeu com as tradicionais

---

<sup>275</sup> Para maiores detalhes ver: HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e Morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

formas de acesso ao crédito, colocando o penhor agrícola numa tendência de crescimento por ser menos perigoso haver o não pagamento aos credores, marcando a consolidação das casas comissárias como prestadoras desse serviço, no período 1900/1908. Sendo assim, vamos ver agora se o período 1909/1915 manteve as mesmas características do período anterior ou se teve alguma modificação na questão das formas de acesso ao fornecimento de crédito para os cafeicultores.

**Tabela 20 – Percentagem por função dos devedores nos créditos concedidos no município de Descalvado, 1909-1915.**

1909-1915	Hipoteca	%	Penhor Agrícola	%
<b>Negociante/comerciante</b>	829:304\$000	12,18%	0,00	0%
<b>Capitalista</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Proprietário</b>	213:810\$200	3,14%	0,00	0%
<b>Comissário</b>	0,00	0%	750:000\$000	11,18%
<b>Lavrador</b>	5:536:317\$140	81,35%	5:775:517\$620	86,12%
<b>Outros</b>	213:801\$200	3,14%	181:295\$020	2,70%
<b>Indeterminado</b>	13:151\$900	0,19%	0,00	0%
<b>Total</b>	6:806:384\$440	100%	6:706:812\$640	100%

**Fonte:** Livros de Inscrição especial, sob o número 2 RH 1908 e Livro de Transcrição de Penhor Agrícola, sob o número 2 PA/E 1904, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

Apesar de esse período ser menor que os outros períodos analisados, os dados da **tabela 20** demonstram que os maiores tomadores de empréstimo continuaram sendo os lavradores em ambas as formas de empréstimo, com percentagens superiores a 80%. Os penhores agrícolas tiveram um aumento pequeno em relação ao período 1900/1908, entretanto, pela primeira vez, ficaram equiparados aos empréstimos hipotecários, pois os penhores agrícolas somaram a quantia de 6:706:812\$640 contra 6:806:384\$440 das hipotecas. Assim, os dados demonstram a continuidade da ascensão dos empréstimos por intermédio do penhor agrícola como forma de obtenção de crédito pelos lavradores cafeicultores. Em presença dos dados da **tabela 20**, vamos agora partir para alguns exemplos dos empréstimos realizados para compreendermos as relações de crédito no ponto de vista dos devedores na área de Descalvado.

A casa comissária Bezerra Paes & Companhia, com sede em Santos, em 22 de dezembro de 1909 emprestou a quantia de 44:867\$840 aos lavradores Luciano Teixeira Leite e sua mulher Dona Anna da Cunha Teixeira Leite. A hipoteca determinava as seguintes condições: taxa de juros de 12 % ao ano e 1 ano de prazo de vencimento. Como garantia, foi hipotecada a Fazenda “Itapiru” e suas

benfeitorias, com: 150 mil pés de café, casa de vivenda, casa para colonos e mais acessórios empregados na lavoura. Os devedores quitaram plenamente a dívida corrigida para 59:931\$746, em 13 de dezembro de 1913, ou seja, três anos após o combinado na hipoteca.<sup>276</sup>

Em 24 de maio de 1910, o Banco de Crédito Hypothecário e Agrícola do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo, forneceu o crédito de 332:000\$000 ao Dr. Luiz Antônio de Souza Queiroz e sua mulher Dona Antônia Pompês de Souza Queiroz, fazendeiros, residentes na cidade de São Paulo. A hipoteca estabelecia a cobrança de juros de 10% ao ano e 10 anos de prazo de vencimento. Os devedores quitaram plenamente a dívida, em 01<sup>o</sup> de fevereiro de 1918, ou seja, dois anos antes do previsto na hipoteca. Para firmar a hipoteca, foi dada como garantia a Fazenda “Ibijuba” e suas benfeitorias, como:

casa de morada iluminada a gás acetileno, casa para administrador, 5 casas para camaradas, paiol, 40 casas para colonos, tulhas, máquina de beneficiar café com motor de 8HP, serra circular e vertical, terreiro ladrilhado com 3 mil metros quadrados, lavador, depósito para água, 4 vagonetes, 21 muares, 5 animais de montaria e 220 mil pés de café de diferentes idades.<sup>277</sup>

Fica claro pelas hipotecas que as decorrências da crise de superprodução ainda faziam efeito na questão do fornecimento de crédito na área de Descalvado. Os bancos começaram a retomar o fornecimento de crédito na região, efetivando 20 hipotecas contra 7 hipotecas do período 1900/1908. No entanto, as hipotecas concedidas no período 1909/1915 estavam todas ligadas aos devedores pertencentes ao grande capital cafeeiro<sup>278</sup>, ou seja, aos cafeicultores que possuíam diversas atividades econômicas dentro do complexo cafeeiro. Desta maneira, os lavradores ligados somente à atividade agrícola ficavam relegados ao crédito do sistema paralelo, pois o crédito bancário com as melhores condições de juro e prazo de pagamento estava controlado pelos membros do grande capital cafeeiro.

Assim, os cafeicultores que tinham somente a lavoura como atividade econômica ficaram ainda mais presos aos interesses especulativos do crédito comercial, pois era a única alternativa para os lavradores conseguirem o capital

<sup>276</sup> Escritura de hipoteca nº 1124. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1902. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>277</sup> Escritura de hipoteca nº 1136. Livro de Inscrição Especial 2 RH 1902. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

<sup>278</sup> PERISSINOTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994. p. 35-37.

necessário para manter as operações rotineiras da produção cafeeira. Também tivemos nesse período a continuação da queda dos empréstimos hipotecários, seguindo a tendência ocorrida no período 1900/1908, em que houve um emperramento ainda maior dos empréstimos hipotecários, que caíram de 9:928:564\$450 (1900/1908) para 6:806:384\$440 (1909/1915). Tal fato aumentou ainda mais a ascensão dos penhores agrícolas, como forma dos cafeicultores conseguirem ter acesso ao crédito, pois as casas comissárias eram as únicas que disponibilizavam crédito aos produtores agrícolas cafeeiros, independente se pertenciam ao grande capital cafeeiro ou à lavoura.

É importante ressaltar que o agravamento do acesso ao crédito em relação aos períodos anteriores foi ativado pela crise de superprodução juntamente com a política restritiva adotada pelo governo federal e, principalmente porque o governo nunca atendeu aos pedidos dos cafeicultores para estruturar uma política de crédito agrícola de juros menores e de longo prazo de pagamento, que desse melhores condições para os cafeicultores suportarem as crises tão rotineiras da atividade cafeeira. Cumpre notar que o governo nunca adotou esse pedido da lavoura, pois se o governo adotasse uma política para atender essa demanda, prejudicaria os interesses do grande capital cafeeiro, que por ter diversas atividades econômicas no complexo cafeeiro, conseguia suportar os momentos de crise melhor do que os membros da lavoura, e nos períodos sem crise o grande capital cafeeiro era o responsável por suprir a necessidade dos cafeicultores que não conseguiam o crédito por meio do sistema financeiro bancário.

Apesar da maior fragmentação do sistema de crédito por meio das hipotecas, tivemos uma boa recuperação das perspectivas produtivas do café na região, pois os preços do produto se elevaram novamente graças ao Convênio de Taubaté, o que permitiu aos cafeicultores de Descalvado honrarem os compromissos assumidos com os credores; no entanto, tínhamos entrado no período de estabilização do número de pés de café, pois nenhum empréstimo apresentava a plantação de novos pés de café como havia acontecido nos períodos anteriores.

O período teve uma tendência peculiar aos períodos anteriores, pois apresentou 98% dos empréstimos quitados e 2% indeterminado, quanto ao valor dos empréstimos, tivemos os empréstimos acima de 100:000\$000 com a percentagem de 64%, os empréstimos acima de 20:000\$000 até 100:000\$000 com a percentagem de 27% e os empréstimos até 20:000\$000 com a percentagem de 9%.



Por meio desses dados, podemos inferir que realmente os cafeicultores ligados somente à lavoura nesse período estavam totalmente à mercê do capital especulativo e que as casas comissárias se consolidaram como os principais fornecedores de crédito aos lavradores, pois a alta percentagem de pagamento da dívida foi decorrente do controle dos comissários sobre a produção cafeeira. Isso aconteceu porque os comissários, para emprestar o capital, obrigavam os devedores a consignar o café produzido em favor do credor para ser efetivada a venda e o resultado líquido tinha que ser aplicado para saldar a dívida contraída com os credores. Desta forma, os lavradores/devedores perdiam o resultado final da produção e os credores evitavam a possibilidade de não pagamento da dívida, fato que era recorrente nas hipotecas, mas deixava os cafeicultores ainda mais subjugados às especulações do crédito comercial, pois as outras formas de crédito não haviam conseguido se recuperar das crises do início dos anos 1900. Assim, os lavradores somente tinham como opção aceitar as imposições e o controle das casas comissárias para conseguir o acesso ao crédito necessário para a manutenção da atividade cafeeira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que a atividade cafeeira percorreu um caminho tortuoso e longo no município de Descalvado, engendrado principalmente pela extremada necessidade da obtenção de crédito imprescindível para a manutenção das atividades relativas à produção da atividade nuclear – o café. Nesse cenário, sempre houve grandes fazendeiros cafeicultores na área do município, com fazendas detentoras de grande produção cafeeira, independente dos momentos vividos pela atividade cafeeira. Esses grandes cafeicultores, devido ao grau íntimo de contato com as melhores fontes de crédito, por serem membros da elite cafeeira, sempre tiveram melhor acesso ao crédito derivado do sistema financeiro bancário com suas melhores condições, como: cobrança de taxa de juros menores e prazos mais alongados de pagamento das dívidas obtidas.

Desta maneira, o município de Descalvado contou com expressiva participação de famílias influentes no circuito produtivo cafeeiro, como membros de famílias importantes da elite paulista advindos das zonas paulistas mais antigas, as quais instalaram em Descalvado grandes fazendas de café, como as famílias: Whitaker, Tobias de Oliveira, Alves Aranha, Souza Queiroz, Monteiro de Barros, Rodrigues Penteado, Aguiar Barros, Ferreira de Figueiredo etc, formando assim um município altamente especializado na produção nuclear de café.

Nota-se que a chegada desses agentes sociais ligados à atividade cafeeira de grande proporção foi responsável por fundamentar uma estrutura de diferenciação social na região estudada, pois, na sua grande maioria, esses grandes produtores de café estavam intimamente amalgamados com a elite mercantil da Província de São Paulo, determinando como deveriam ser feitos os jogos dentro do universo da produção cafeeira. Assim, as outras unidades produtoras cafeeiras ficavam submetidas aos interesses e às ações impetradas pelos membros da elite mercantil presentes no município, os quais dominavam a hierarquia mercantil por intermédio do monopólio da produção, do comércio e, principalmente, do financiamento.

Este cenário de domínio dos membros do grande núcleo produtor cafeeiro se reflete na questão do crédito, pois a análise das escrituras de hipoteca e os penhores agrícolas demonstraram uma lógica de subordinação hierárquica no sistema de fornecimento de crédito, no qual a maioria dos empréstimos mais vultosos era adquirida pelos grandes fazendeiros cafeicultores juntamente ao

sistema financeiro bancário, enquanto aos outros produtores cafeeiros restavam na maioria das vezes os empréstimos derivados do sistema paralelo de crédito, com suas exigências básicas mais severas, ou seja, juros maiores e prazo de vencimento mais arrochado.

Percebe-se, assim, que havia um sistema de crédito extremamente assimétrico em relação aos grupos que buscavam o acesso aos empréstimos, pois os grandes fazendeiros conseguiam adquirir o crédito com quantias consideráveis por meio dos órgãos institucionalizados nos grandes centros, principalmente nos bancos sediados nas praças de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto os outros lavradores ficavam à mercê do crédito fornecido pelo sistema paralelo de crédito, com suas condições extremamente especulativas e mercantis, pois era controlado por membros do grande capital cafeeiro, que se aproveitavam da necessidade de crédito da atividade cafeeira e da pouca estruturação do sistema financeiro bancário, emprestando o dinheiro necessário, com taxas de juros maiores e prazos de pagamento mais arrochados.

Desta maneira, a maioria dos lavradores tinha como opção para atingir o crédito para a manutenção da atividade cafeeira somente o sistema paralelo de crédito que tinha como principais fornecedores os lavradores, os negociantes, os capitalistas e os comissários, sendo que os lavradores até o período 1891/1899 foram os principais emprestadores no circuito paralelo para os lavradores, no entanto, a partir do período 1900/1908, os comissários se tornaram os maiores emprestadores. Assim, a maioria dos lavradores sempre ficou aprisionada às condições mais severas presentes no formato adotado pelos principais emprestadores do sistema paralelo de crédito, no qual, a partir do período 1900/1908, a situação ficou ainda mais extrema porque os dois tipos de empréstimos (hipoteca e penhor agrícola) tinham como principais fornecedores os comissários que obrigavam os devedores/lavradores a consignar a produção cafeeira da propriedade agrícola, para poder ceder os empréstimos que garantiriam a manutenção da atividade cafeeira. Isso colocava os lavradores numa condição de subjugação total devido a não poderem controlar a venda do café, fato que ocorreu por conta das crises econômicas e da política adotada pelo governo para conter os problemas econômicos, o que provocou a diminuição significativa e a ausência dos outros grupos do sistema paralelo de crédito, permitindo que os comissários dominassem o fornecimento de crédito e passassem a dominar a produção cafeeira.

Tal dinâmica das relações de acesso ao crédito evidencia que havia uma fratura dentro do complexo cafeeiro entre as personagens que faziam parte do sistema produtivo, na qual o sistema era dominado pelos membros do grande capital cafeeiro que possuíam uma diversificação das atividades dentro do complexo cafeeiro, tendo investimentos nas exportações, nos bancos, nas ferrovias, na agricultura etc e que colocavam os membros da lavoura subjugados aos seus interesses especulativos.

Desta forma, podemos inferir que a elite cafeeira utilizava o município de Descalvado apenas como um canal de fornecimento do produto café, mantendo sempre a hierarquia social por intermédio da subordinação mercantil presente na insaciável necessidade de crédito para a manutenção da produção cafeeira, ou seja, a elite somente explorava as boas condições de produção do município e aplicava os capitais derivados da produção, na maioria das vezes, na capital paulista.

Para finalizar, devemos ressaltar que a atividade cafeeira foi a grande responsável pelo desenvolvimento das relações do município; embora, a grande circulação de capital provocada pelo complexo cafeeiro não ocasionou um desenvolvimento maior das atividades complementares na cidade, pois o capital produzido pela atividade cafeeira era remetido para os grandes centros urbanos, onde os grandes cafeicultores investiam seu excedente. Em síntese, o município não recebia investimento nessa área, sendo que as pequenas e médias lavouras também não foram capazes de produzir o capital necessário para desenvolver a ampliação e diversificação das atividades especializadas urbanas, devido a estarem “presos” ao círculo vicioso da necessidade de crédito por intermédio do sistema paralelo, que era mais pesado, com maiores juros e prazos menores de pagamento, o que não permitia fazer investimentos em outras áreas econômicas. Desta maneira, sem dúvida, Descalvado foi integrado no conjunto das relações impetradas na economia-mundo, como um mero fornecedor de matéria-prima agrícola, em que cumpriu seu papel de coadjuvante como economia especializada num tipo de produto requisitado pela economia mundial, com os grandes fazendeiros usando o município somente como fonte de produção do café.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Documentais

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Descalvado.

### Bibliografia

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de; NICOL, Robert. **Economia Agrícola**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BELLI, Sonia. **Descalvado de 1809 – 1996**. Porto Ferreira, SP: Ed. Gráfica São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. As Estruturas do Cotidiano**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Os Jogos das Trocas**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre a História**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

CAMARGO, José Francisco de. **Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. Volume I. São Paulo: IPE/USP, 1981.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In. HOLANDA, Sergio Buarque de (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CANO, Wilson. **Introdução à economia**: uma abordagem crítica. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5ª ed. Campinas: UNICAMP. IE, 2007.

CARDOSO, Ciro F. S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. Volume 2.

CIPOLLA, Carlo M. **Introdução ao Estudo da História Econômica**. Lisboa: Edições 70, 1995.

COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (Orgs.). **Pierre Villar**: uma história total, uma história em construção. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 5ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997.

\_\_\_\_\_. **Da Senzala à colônia**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DELFINO NETTO, Antônio. O Mercado Cafeeiro sem a intervenção governamental. In: PELÁEZ, Carlos Manoel; BUESCU, Mircea. **A Moderna História Econômica**. Rio de Janeiro: Apec, 1976.

\_\_\_\_\_. **O Problema do Café no Brasil**. São Paulo: Publicado para o Instituto de Pesquisas Econômicas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

DOMINGUES NETO, Hilário. **Navegando o Mogi-Guaçu**: a agroexportação cafeeira no Oeste Paulista e a formação de um mercado interno regional (1883-1903). São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Assimilação e Mobilidade**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1966.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café**: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937). Bauru, SP: EDUSC, 2010.

FARIA, Sheila de Castro. **Barões do Café**. São Paulo: Atual, 2005.

FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista – Casa Branca (1874-1915)**. 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. **Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana**. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.

FRANCO Jr., Hilário; CHACON, Paulo. **História Econômica Geral e do Brasil**. São Paulo: Ed. Atlas, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Caminhos para Santa Veridiana: as ferrovias em Santa Cruz das Palmeiras**. Santa Cruz das Palmeiras: A Cidade, 2003.

GODOY, Joaquim Floriano de. **A província de São Paulo: trabalho estatístico e noticioso**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007.

GRANDI, Guilherme. A companhia estrada de ferro Rio Claro e o projeto de expansão ferroviária da Companhia Paulista. **História Econômica & História de Empresas**. Vol. IX nº 1, São Paulo jan/jun 2006.

GRIEG, Maria Dilecta. **Café: histórico, negócios e elite**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Era dos Extremos: o breve século xx – 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, Thomas H., **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. **Vida e Morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JOHNSTON, E. ; MARTINS, M. **150 anos de Café**. 2ª ed. São Paulo: Salamandra Editorial, 1992.

KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. **Conheça Descalvado**. Disponível em: <http://www.descalvadoonline.com.br/conhecadescalvado/index.htm>. Acessado em: 04 Setembro 2011.

KOTKIN, Joel. **A cidade**: uma história global. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

LEFÈBVRE, Georges. **O nascimento de uma moderna historiografia**. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

LIMA, Eli Napoleão de; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José. **Mundo Rural IV configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, Ana Luiza. **Império do Café**: a grande lavoura do Brasil, 1850 a 1890. 16ª ed. São Paulo: Atual, 1990.

\_\_\_\_\_. **República**: um outro olhar. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1990.

MAURO, José Eduardo Marques. Os Primórdios do Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1850-1930). In: PELÁEZ, Carlos Manoel; BUESCU, Mircea. **A Moderna História Econômica**. Rio de Janeiro: Apec, 1976.

MELLO, João Manuel de. **O Capitalismo Tardio**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da Riqueza São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1990.

MESSIAS, Rosane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista**: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4ª ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1982.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1984.

MOTTA SOBRINHO, Alves. **A Civilização do Café**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.



MÜLLER, D. P. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo.** Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

NORMANO, J. F. **Evolução Econômica do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Aproximações:** ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo, 1889-1930.** Tomo I e II. São Paulo: FAPESP; Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria:** Juiz de Fora, 1889/1930. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um Toque de Clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SAES, Alexandre Macchione. **Conflitos do capital:** Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927). Bauru, SP: EDUSC, 2010.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940:** expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1981.

\_\_\_\_\_. **O Desenvolvimento do Crédito e dos Bancos em São Paulo (1850-1930).** 1983. 314 f. São Paulo: Tese (Livre-Docência), USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Departamento de Economia, 1983.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio. **Capitalismo e cafeicultura:** Oeste paulista, 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

São Paulo. **O Café**. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1919, 1929, 1937-1938.

SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1995.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Nacional e Ed. USP, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Mauricio (orgs.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

TANNURI, Luiz Antonio. **O Encilhamento**. São Paulo: HUCITEC; [Campinas, SP]: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1981.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no Interior: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)** Franca: UNESP –FHDSS, 2002.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; TEODORO, Rodrigo da Silva. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/ São Paulo, 1890-1914. In: **História**. São Paulo, v.24, n.2, p.291-327, 2005.

VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico & Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.